TEREZA JACINTA CONSTANTINO CAVALCANTI

ESCOLA DE TRABALHADORES PARA TRABALHADORES:

As Experiências de Formação Profissional do Centro de Trabalho e Cultura Recife-PE e do Projeto Construindo o Saber em Limeira -SP.

Campinas

2004

TEREZA JACINTA CONSTANTINO CAVALCANTI

ESCOLA DE TRABALHADORES PARA TRABALHADORES:

As Experiências de Formação Profissional do Centro de Trabalho e Cultura

Recife-PE e do Projeto Construindo o Saber em Limeira -SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Comissão Examinadora

_____

Prof º Dr. Salvador A. M. Salvador
Universidade Estadual de Campinas

_____

Profº .Dra. Apareceida Neri de Souza.
Universidade Estadual de Campinas

_____

Profº Dr. Geraldo Barroso Filho
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profº Dr. Vicente Rodriguez
Universidade Estadual de Capinas

Campinas, Julho de 2004

Dedico aos meus meninos:
Gabriel e Samuel - meus "anjos".
Ao meu marido,
Valdeci (Beco) meu guardião de todas as pontes .

Obrigada.

AGRADECIMENTOS

“Como é que se faz para lavar a roupa?
Vai na ponte, vai na ponte.
Como se faz para raiar o dia?
Do horizonte, do horizonte.
Esse lugar é uma maravilha.
Mas como é que se faz para sair da ilha?
Pela ponte, pela ponte
A ponte, Lenine e Lula Queiroga

Ao prof. Dr. Salvador Sandoval, meu orientador, herdeiro da sensatez mexicana, praticidade americana e de um coração brasileiro, batendo paulista, que se tornou um amigo. Deu-me a liberdade de escolher o lado da ponte e, com os devidos argumentos, me fez acreditar que sempre temos saídas.

À profª Dra. Aparecida Neri, amiga dedicada e crítica refinada, por me fazer crer que a perseverança de ser Nordestina é patrimônio. Ao profº. Dr. Vicente Rodrigues por sua gentileza e pertinentes contribuições.

Ao prof. Dr. Geraldo Barroso pelo constante incentivo acadêmico. Aos professores Dra. Neise Deluiz (UFRJ) e Dr. Marcos Costa Lima (UFPE) pela atenção e oportunas contribuições.

Ao pessoal da escola CTC- Recife nas pessoas de Margarida, Clara, Neilan.; à escola Projeto CS nas pessoas de Silvana e Valdemar; e a todos alunos- trabalhadores.

Aos amigos e amigas da Pós: Daniel Rodrigues, Cláudia Kobber, Rosely Nespoli, Jacqueline De Blasi, Edna Barroso e ao ‘camarada’ Mauri Carvalho. As meninas da secretaria da FE- Unicamp sempre prestativas e sorridentes.

Aos amigos e incentivadores Pollyana Magalhães, Salete Maldonado, Luziano Mendes, Cristiane Soares e Lelídio Miranda.

Em especial à Lúcia e Laura, minhas irmãs, que souberam ouvir e falar nos melhores e piores momentos. Enfim, a todas as pessoas que me ajudaram a "atravessar a ponte" e a "ver o raiar o dia, do horizonte".

CAVALCANTI, Tereza Jacinta Constantino. *Escola de Trabalhadores para Trabalhadores:* As experiências de Formação Profissional do Centro de Trabalho e Cultura. Recife- PE e do Projeto Construindo o Saber - Limeira.SP

RESUMO

Este estudo objetiva analisar o processo de formação profissional de jovens e adultos trabalhadores a partir da práxis e da relação educação e trabalho. Ou seja: a educação enquanto processo de formação integral do cidadão-trabalhador; e o trabalho como princípio educativo na formação do trabalhador-cidadão. A base empírica que possibilita o entendimento dessa relação tem como referência duas experiências de escolas para trabalhadores: 1. a do **Centro de Trabalho e Cultura**, uma Ong de Recife que recebe patrocínio de agências de cooperação internacional e nacional, parceira do Governo Municipal, Sindicatos, Movimentos Sociais; e 2.o **Projeto Construindo Saber** em Limeira (SP), um espaço coordenado pelo Centro de Educação Estudos e Pesquisas-CEEP: uma parceria de Sindicatos, Movimentos Populares, Organizações Sociais com a Secretaria de Educação de São Paulo e CEETEPS. A partir dessas duas experiências avaliamos o processo de produção do conhecimento, sob a perspectiva dialética do materialismo histórico, no qual se desencadeia a formação profissional: a interação, a mediação, as diferentes posições assumidas no engajamento político-social numa sociedade capitalista. Nessas diferentes dimensões, examinamos como se materializa, na relação trabalho/educação, a formação do estudante/trabalhador.

Palavras - chave*:* Formação Profissional, Educação e Trabalho

ABSTRAT

This study intends to analyze the process of professional formation of youth and adult workers, in relation to education (as a process of integrated formation of citizens and workers) and to work (as an education principal of formation of worker citizens). The empirical basis of this study has as its reference the study of two experiencies of school for workers: *Centro de Trabalho e Cultura* in Recife Pernambuco and the *Projeto Construindo Sabe*r in Limeira São Paulo. The research has as its presuppositions the interaction, mediation and the different dimensions assumed by man, generically, in a capitalist society. The presuppositions of the study are discussed for a given society in its different dimensions and mediations that the human being assumes in capitalist society. In this study, with a dialectic perspective of historical materialism, we do a brief analysis of the process in which is given professional formation: the intercation, mediation and differente positions ltaken in encoountering socially and politically a capitalist society. In those different dimensions, we exame how the formation in the work setting materializes in the perspective of the education/work.

Key words: professional formation, education and work

"Não confundir o papel da educação, da formação e qualificação no processo social e produtivo com o suposto, a meu ver falso, de que políticas educacionais e de formação profissional tenham a virtude de que os indivíduos criem seu próprio emprego(...) A idéia que passa é de que se foram desenvolvidas políticas de educação, de formação profissional e de requalificação e, ainda assim, há pessoas desempregadas, é porque formaram, educaram ou requalificaram mal."*

***Gaudêncio Frigotto**

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas 9

Introdução.....10

Capítulo 1: Educação Profissional no Brasil: ou Escola para Pobres?.....18

1.1 A Gênese da Educação Profissional no Brasil 18

1.1.1.Os Cursos Profissionalizantes no Império.....18

1.1.2.A Formação Profissional no Início da Fase de Industrialização.....19

1.2 A Educação Profissional Pós-1940: Dois Passos a frente e um para trás 21

1.3 A Nova LDB 9.394/96: Mudanças e Retrocessos.....29

1.4 As Políticas de Formação Profissional: CEFEPE -PE e CEETEPS-SP.....36

Capítulo 2: O Trabalho e a Educação no Brasil: uma abordagem contemporânea.....45

2.1 Para uma Concepção Atual de Formação Profissional. 62

Capítulo 3: O Perfil de Duas Escolas de Formação Profissional: gênese e organização.66

3.1. Projeto "Construindo o Saber ", Limeira –SP.....68

3.1.1.Organização Curricular 75

3.1.2.Organização Política.....77

3.2 - Centro de Trabalho e Cultura-(PE) Recife 78

3.2.1.Organização Curricular 85

3.2.2.Organização Política. 88

Capítulo 4: O Pensar e o Agir dos Alunos a Cerca da Formação Profissional.....90

Capítulo 5:Realidade e Expectativa sobre a Formação Profissional. dos Monitores, Professores e Sindicalistas.....110

5.1. As Diferentes Visões a cerca da Formação Profissional.....111

5.2 O Currículo e Participação: O Olhar Atento dos Interessados.....115

5.3 A Formação Política frente aos interesses dos alunos.....119

Conclusão 124

Bibliografia.....131

Anexos 139

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFUBESP-	Associação de Funcionários do BANESP
ANPED	Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação
AST -	Ação Social Técnico- MG
CADTS-	Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico e Social- RJ
CET	Conselho das Escolas de Trabalhadores
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CEEP-	Centro de Educação, Estudo e Pesquisa
CNER-	Campanha Nacional de Educação Rural
CNEA-	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CS -	"Construindo Saber"
CTC-	Centro de Trabalho e Cultura. Recife
CPA-	Centro de Profissionalização do Adolescente
CPC-	Centro Popular de Cultura.
CUT-	Central Única dos Trabalhadores
ETE-	Escola Estadual Trajano Camargo- Limeira-SP
ETE-	Escola Estadual Martin Luther King- SP
ETE	Escola Estadual Prof. Armando Bayeux da Silva- Rio Claro. SP
ETE	Escola Prof. Aprígio Gonzaga SP
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
EP-	Ensino Profissional
ETFP-	Educação Tecnológica e Formação Profissional
FAT-	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IPF-	Instituto Paulo Freire
MEB-	Movimento de Educação de Base
MCP-	Movimento de Cultura Popular
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PNUD-	Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PLANFOR-	Plano Nacional de Formação Profissional
PIPMO-	Programa Intensivo de Formação de Mão- de Obra
PNBE-	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
POM-	Pastoral Operária Metropolitana
SEFOR-	Secretaria Nacional de Formação
SEA-	Serviço de Educação de Adultos
SNF	Secretaria Nacional de Formação
SENTEC	Secretaria Nacional do Ensino Técnico
SINTRAEMFA-	Sindicato dos Trabalhadores Entidades de Assistência ao Menor e Família
SRB	Sociedade Rural Brasileira

INTRODUÇÃO

A educação para o trabalho visa essencialmente conferir ao homem a possibilidade de desenvolver suas capacidades e de se realizar através do trabalho. Isto é, dar ao educando trabalhador, através do conhecimento, a possibilidade de se apropriar do processo de produção ou mesmo de transformar esse processo, aproveitando as potencialidades do seu desenvolvimento técnico.

Segundo dados do IBGE, em 2001 o Brasil possuía aproximadamente 78 milhões de pessoas ocupadas, das quais 35 milhões não haviam concluído o primeiro grau. Um contingente, portanto, de 44 % do mercado de trabalho com um nível de escolaridade extremamente baixo[1]. Nesse mesmo ano, dos 700 mil alunos que cursavam o terceiro ano do segundo grau, apenas 16% - jovens entre 15 e 19 anos - concluíram essa etapa; e, dos três milhões de alunos matriculados no segundo grau, menos de 400 mil freqüentavam cursos profissionalizantes em escolas técnicas ou em cursos específicos voltados para Educação Profissional .

Por sua vez, no Estado de São Paulo, em 2001, de um total de 100 mil de alunos, metade da matrícula foi efetivada no 2º grau, sendo setenta por cento dessas matrículas destinadas aos cursos noturnos.

Educadores brasileiros comprometidos com a elaboração de uma proposta de democratização efetiva da educação têm desenvolvido debates, estudos e pesquisas sobre

[1]Para um maior aprofundamento da análise do mercado de trabalho no Brasil ver Dedecca (1999) e dados IBGE. Censo Demográfico 2000

questões decorrentes da relação entre educação e trabalho. Como e onde ocorre a educação para o trabalho?

A nova educação profissional requer, para além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo; a apreensão de um saber articulado à prática profissional; a valorização da cultura do trabalho; e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Nessa perspectiva, não basta somente aprender a fazer. É preciso entender que existem diversas maneiras para o *fazer* e o *saber* e que esses processos exigem escolhas.

Por outro lado, é possível conceber uma escola onde o trabalhador tenha condições de desenvolver uma cultura geral e humanística? Uma escola capaz de desenvolver a capacidade formativa e a capacidade de trabalhar, ou seja, desenvolver no indivíduo a capacidade de dominar o saber técnico e industrial e, ao mesmo tempo, avançar no saber intelectual?

Essas questões têm permeado freqüentemente as discussões sobre formação profissional e sua relação com educação, sobretudo frente aos embates teóricos existentes nessa relação. Neste sentido, a pesquisa recorre a um campo escolar. Onde a política educacional recai principalmente na formação do trabalhador, jovem e adulto, e na socialização do processo entre trabalho e educação.

Assim, elegemos como ponto de partida do nosso estudo a formação profissional dos trabalhadores de duas regiões diferentes do país: Nordeste e Sudeste, procurando destacar nessas experiências as relações entre trabalho e educação, numa perspectiva teórico-metodológica da formação politécnica e do trabalho como princípio educativo. Dessa forma, o nosso estudo se

propõe a analisar o processo de construção da formação profissional de jovens e adultos. Para tanto, selecionamos as seguintes experiências de formação de trabalhadores:

1) o *Centro de Trabalho e Cultura* (CTC), localizado na cidade de Recife- PE - um centro de ensino profissionalizante fundado há 35 anos no município do Recife - estado de Pernambuco.

2) o Projeto de *"Elevação da Escolaridade e Formação Profissional"- "Construindo o saber*" (CS) , desenvolvido nas cidades de Limeira, Rio Claro, Franca e em duas escolas da Zona Leste do município de São Paulo - estado de São Paulo.

O estudo tem como centro de reflexão a noção de sujeito e sua relação com o ambiente de trabalho mediante as reflexões trazidas e desenvolvidas no universo escolar. Portanto, privilegia a escola, através das suas múltiplas contribuições em termos de valores, hábitos, códigos da linguagem e comportamentos frente aos novos desafios tecnológicos presentes no ambiente produtivo.

Por sua vez, o conceito de trabalho é tratado na sua dimensão ontológica, ou seja, na concepção de que é através do trabalho que o homem se compõe e se afirma.

As reflexões aqui assumidas possibilitam uma visão estreitamente imbricada na dimensão científica e na dimensão da experiência, vistas como sinônimos de conhecimento, adquirindo sentido quando são mobilizadas no processo de construção e reconstrução da formação profissional. Um movimento em que a noção da escolaridade esta sempre se ampliando, na medida em que requer patamares cada vez mais complexos.

O tema ora abordado apresenta-se numa perspectiva que vai além da formação técnico - profissional basicamente voltada para o domínio instrumental, tem sua base voltada para o fortalecimento da cidadania.

Cabe ressaltar que a compreensão da materialidade efetiva da cidadania e da formação técnico-profissional, bem como, dos processos educativos com vínculos amplos se dão à nível da escola, das relações e práticas sociais podendo ocorrer adequadamente quando se referem à trama das relações e aos embates travados no plano estrutural e conjuntural da nossa sociedade.

Um dos problemas da educação profissional reflete-se na institucionalidade, na divisão do ensino entre escolas ligadas diretamente à produção (denominados de cursos profissionalizantes) e as escolas de qualificação geral (com base na escolarização formal). Como também, nas discussões sobre o rumo das políticas educacionais e nos impactos do desenvolvimento tecnológico no mundo do trabalho.

No Brasil em que pese os esforços empreendidos na ampliação da formação dos trabalhadores, ainda há uma grande defasagem na oferta, constatando-se a existência de pouca experiência com sólido conhecimento; observando-se que pouco se avançou na articulação entre cultura social e desenvolvimento profissional.

Portanto, entende-se que o esforço na formação profissional de forma organizada dos trabalhadores, deve-se desenvolver pela aquisição de conhecimentos técnicos e assimilação de valores culturais, com potencial possibilidade de ampliação e consolidação de uma formação multilateral dos indivíduos – numa perspectiva profissional e cidadã - por meio do ensino politiécnico.

Atualmente na sociedade moderna impõe-se um mínimo de formação geral para o trabalhador visando a integração no sistema produtivo. Numa visão geral, a escola seria o ponto de partida da ciência; da socialização; da familiarização dos códigos formais e integrantes da cultura letrada; e, da preparação dos indivíduos para o mundo do trabalho.

Nos anos 90 as reformas do Ensino Fundamental e da Educação Profissional convergiram para a garantia de equidade social numa perspectiva de empregabilidade[2].

Portanto ao contrário do que comumente se anuncia a empregabilidade não serve como resposta aos trabalhadores; é mais uma forma de adequação ao movimento de exploração sobre o sujeito coletivo- os trabalhadores.

A Educação Profissional deve ser considerada como uma necessidade de integração e, como tal, deve estar sob responsabilidade dos trabalhadores, integrando-se ao sistema regular de ensino na luta mais geral de uma escola pública.

A Educação Profissional do jeito que está montada desqualifica o ensino da rede pública, inverte a concepção de educação para a cidadania e reduz a formação tecnológica a um treinamento fragmentado dirigido exclusivamente pelas necessidades do capital. A escola neste contexto também está sendo reprodutora dos interesses do capital reforçando ainda mais o caráter contraditório construído pelo próprio capital no âmbito da formação.

Como foi desenvolvido o estudo em termos metodológicos? Procurou-se reconhecer nas experiências o processo de Formação Profissional, a práxis em que elas estão inseridas, no contexto o ambiente do trabalho e do espaço de produção e construção do conhecimento.

---

[2] Segundo MATOSO (1996), a "empregabilidade" passou a ser expressão da responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se, portanto, do trabalhador assumir os riscos de sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mais tornam-se incapazes de gerar mais postos de trabalho.

Neste estudo, considera-se a perspectiva histórico- crítica[3] das diferentes concepções sobre a formação profissional com base; nas determinações, mediações e transformações presentes na categoria educação e trabalho em uma sociedade capitalista.

A categoria analítica e os postulados da educação integral da escola unitária se faz presente. Pensa-se em atividades concretas e na mediação do trabalho que têm como aporte o princípio educativo. Reconhece-se, também o processo histórico e sua materialização no sistema produtivo.

Como parte do estudo e, para melhor conhecimento do campo, utilizou-se a metodologia de análise empírica baseado em pesquisa direta (questionários, entrevistas e depoimentos).

Foram feitas análises qualitativas e quantitativas dos questionários e entrevistas, em seguida, através de depoimento oral, procedeu-se a uma análise geral sobre a formação profissional e suas relações no mundo do trabalho e na educação

Foram aplicados duzentos questionários: cem para o Projeto "Construindo o Saber" e cem para o Centro de Trabalho e Cultura. Em seguida selecionou-se dezesseis alunos de cada escola, perfazendo um total de trinta e duas entrevistas. O roteiro das entrevistas foi previamente estruturado. As entrevistas foram gravadas e sua realização feita na própria escola do aluno.entrevistado.

Após a análise das tabelas e dos quadros escolheu-se oito participantes de cada escola para realização do depoimento oral. A escolha dos depoentes obedeceu o seguintes critérios.:

[3] Entende-se por perspectiva histórico –crítica o posicionamento político coerente com a classe social a que se pertence, no caso (trabalhadores) que vivem do seu trabalho. A visão de mundo desta classe; a relação orgânica. "...qual será a verdadeira concepção de mundo; a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? Uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua ação política.(Gramsci,1999.pp96-97)

faixa etária de 25 a 35 anos; trabalhador empregado; com vinculo em algum movimento político, social, partidário ou sindical.

Após à análise de todo o material recolhido dos participantes foi realizado o diagnóstico geral, visando a delimitação de uma primeira caracterização do perfil dos alunos trabalhadores, permitindo reconhecê-los nos aspectos, sociais, culturais e econômicos.

O percurso da pesquisa foi sistematizado em cinco capítulos, a saber.

O primeiro capítulo compreende a análise da trajetória da educação profissional no Brasil, especialmente, a partir da década de 40 (Século XX). Há ainda considerações sobre a legislação vigente – LDB 9.394/96 – e sobre as políticas de formação profissional.

No segundo capítulo apresenta-se uma abordagem teórico-contemporânea da educação profissional. de formação profissional na dimensão ontológica[4]. Para cada escola estudada foi feito um tratamento específico do seu enquadramento teórico-conceitual e, também, das práticas destas escolas, a partir do princípio educativo em que ocorre o ensino do concreto [5] .

O terceiro capítulo é feito um exame da estrutura das duas escolas de formação profissional que serviram de base para o desenvolvimento do estudo.

O quarto capítulo trata, ainda, do perfil das escolas objeto da pesquisa, dando-se ênfase a à compreensão dos alunos sobre o processo de formação profissional vivenciado e as repercussões deste na sua vida profissional e no seu dia-a-dia social, político e cultural.

---

[4] O sentido exposto retrata a dimensão ontológica em que Marx aponta o trabalho como princípio educativo. Trata-se de um pressuposto ético-político de que todos os seres humano são seres da natureza e, portanto, têm necessidade de alimentar-se , proteger-se das intempéries e criar meios de vida....na literatura educacional esta compreensão do trabalho como princípio educativo é reduzida a aspectos metodológicos e didáticos sistematizados na idéia de "aprender fazendo". Trata-se, pois, de uma simplificação e, ao mesmo tempo, deturpação da concepção marxista de trabalho como princípio educativo.(Frigotto, 2001, p.41)

[5] Por ensino do concreto entende-se a síntese, o novo , é ler e intervir na realidade, de modo que o ensino do concreto implicaria uma metodologia de trabalho pedagógico que permite o aluno compreender a gênese os conceitos e sua historicidade. Aprendendo as mediações, determinações e contradições e conseqüências na vida

O quinto, analisa os depoimentos dos atores diretamente envolvidos no processo de formação profissional - professores, monitores e sindicalistas - procurando apresentar as semelhanças e diferenças entre o projeto pernambucano e o paulista.

Na conclusão é feito um balanço dos pontos mais relevantes discutidos ao longo do estudo, procurando-se, em especial, identificar, nas análises realizadas para as duas experiências de formação profissional estudadas, as evidências que possibilitem responder a hipótese principal da pesquisa, ou seja, se tais experiências constituem exemplos de que é possível construir um modelo de formação profissional unitária, capaz de conciliar as necessidades tecnicistas e instrumentais do Capitalismo com uma formação de base humanista e cidadã.

Também como parte do material coletado é exposto um conjunto de fotografias, que expressam o registro das experiências verificadas.

Alguns dos momentos em que estive nas escolas estudadas, foi possível vivenciar momentos de interatividade tais como; na organização de eventos, festas, na discussão de problemas relativos ao cotidiano institucional e, burocrático, trabalhos em grupo, conflitos, de lazer e alimentação.

Estas escolas de trabalhadores, revelaram uma prática afetiva, receptiva, tão distante de serem secas e, insensíveis. Mesmo que consiga revelá-las e desvelá-las, no decorrer deste estudo, nada se compara ao que vi, ouvi e vivi.

Capítulo 1

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL OU ESCOLA PARA POBRES?

1.1. Gênese da Educação Profissional no Brasil

A formação profissional no Brasil, desde as suas origens, sempre foi destinada às classes menos favorecidas, estabelecendo uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber e os que executavam tarefas manuais. Ao trabalho, freqüentemente associado ao esforço manual e físico, acabou-se agregando ainda a idéia de sofrimento[2], considerando-se a sociedade colonial assentada sobre o trabalho escravo.

1.1.1 Os cursos profissionalizantes no Império

No século XIX, com o país já independente de Portugal, surgem as primeiras escolas de cunho profissionalizante denominadas Liceus de Artes e Ofícios. A educação escolar de formação geral era vista como desnecessária para maior parcela da população, pois a mão de obra era majoritariamente escrava. Não se reconhecia o vínculo entre educação escolar e o trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal ou mesmo profissional. Os Liceus organizados nesse período são marcados por políticas disciplinares e "corretivas" da classe trabalhadora, com o único intuito de diferencias e legitimar a estrutura de classe social dominante, herdada do período colonial.

[2] Etimologicamente o termo trabalho tem sua origem associada ao "tripulium", instrumento usado para a tortura. A concepção do trabalho associado a esforço físico e sofrimento, inspira-se, ainda, na idéia mítica do "paraíso perdido".

Nas residências e nos colégios jesuítas, localizados em alguns centros urbanos, constituíram-se os primeiros núcleos de formação profissional, isto é, as primeiras escolas-oficinas.

> (...) Os jesuítas além de terem desempenhado um papel importante na catequese e na educação dos índios, também construíram escolas para os colonizadores, particularmente para os setores da elite. (MANFREDI, 2002, pp. 69-70)

Por volta de 1882, chega ao Brasil a ordem Salesiana convidada pelo imperador Dom. Pedro II. Cria, com apoio financeiro e patrimonial do governo imperial, dois Liceus: um em Niterói, outro em São Paulo.Essas escolas de aprendizagem profissional dos Salesianos se destinavam somente aos pobres, mas também ofereciam cursos de nível secundário e comercial para jovens oriundos das camadas médias. Essas camadas abastadas clamavam por ensino secundário exclusivo, separado da pobreza, e de boa qualidade para seus filhos. Esse movimento fez com que, a partir de 1910, as escolas profissionais Salesianas praticamente se tornassem um sistema 'anexo' dos Liceus que mais nada tinham de artes e nem ofícios da sua origem.(CUNHA, 2000 b, p. 63).

1.1.2. A formação profissional no início da fase de industrialização

Os primeiros cursos profissionalizantes criados pelo poder público republicano no inicio (Século.XX) se organizavam em torno de dezenove escolas de aprendizes de artífices vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Embora se possa relacionar a implantação desses cursos com a transformações sociais econômicas neste período[3], o desenvolvimento industrial era incipiente no Brasil; por isso não havia ainda grande necessidade de uma mão-de-

[3] Trata-se dos primeiros anos de formação efetiva do capitalismo Industrial brasileiro, no que Cardoso de Melo denomina de capitalismo tardio (In Cardoso de Melo, 1982)

obra qualificada. Esses cursos se direcionavam mais para a qualificação de artesãos que de profissionais para indústria. Obedeciam mais a critérios políticos, que às necessidades de desenvolvimento urbano e sócio - econômico.

A motivação existente para a criação dessas escolas estava mais ligada a preocupação do Estado em manter alternativas de inserção aos jovens das camadas baixas no mercado de trabalho.

Da primeira República até o Estado Novo, o sistema educacional brasileiro, em particular a educação profissional, ganhou nova configuração. As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cedem lugar a verdadeiras redes de escolas. Essas redes constituíram um sistema de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores dos setores urbanos (MORAES, 201 apud MANFREDI,2002 p.80).

No Estado Novo, a concepção da educação profissional está voltada para a necessidade do trabalho assalariado e para as prerrogativas do capital industrial em expansão, numa perspectiva hegemônica, que prima por uma maior racionalidade técnica.

> (...) A política educacional do Estado Novo legitima a separação entre trabalho manual e intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressalta a sintonia entre a divisão técnica do trabalho e a estrutura escolar.(MANFREDI, 2002, p.95).

Assim, são organizados cursos práticos de constituição e aperfeiçoamento profissional. Esses cursos, no entanto, tiveram duração curta e foram extintos em 1935, ainda ano governo Vargas, sob a alegação de “infiltração comunista”. A partir de 1935, as organizações independentes, movimentos que influenciavam os trabalhadores, foram silenciadas e golpeadas. Somente em meados de 1940 é que o Brasil entra em pleno processo de industrialização , entretanto não consolida ainda uma força de trabalho politicamente organizada.

1.2. A Educação Profissional Pós 1940: Dois passos a frente e dois para trás

A polarização entre educação de trabalhadores e educação da elite continua sendo a tendência dominante.

> (...)A história do ensino médio no Brasil é um história de enfrentamento dessa tensão que tem levado, não à síntese, mas à polarização, fazendo da dualidade estrutural a categoria de análise pôr excelência, para a compreensão das propostas que vêm se desenvolvendo desde os anos 40 (ZUENZER,1997,p.10).

A década de quarenta é caracterizada por intensas mudanças na educação profissional. O "Sistema S" - SENAI- SESI- SENAC-SESC- SENAR-SENART- é criado com o apoio do poder público não só por atender as necessidades do capital, numa sistema paralelo ao estatal, mas também como disciplinador da força de trabalho. Tanto que, mais tarde, a Ditadura Militar será fundamental para a prosperidade desse sistema .[4]

De outro lado, na perspectiva do movimento dos trabalhadores e da sociedade civil organizada, havia um novo encorajamento. Assim, contrapondo-se ao poder hegemônico, algumas iniciativas se apresentavam. Acreditava-se, até então, na velha tradição do aprender no "chão da fábrica", junto aos companheiros de trabalho. Com o avanço das demandas técnicas, propriamente ditas, as organizações dos trabalhadores passam a se preocupar com práticas mais sistemáticas de formação profissional.

> (...)A idéia destinada aos adultos e seus familiares, revelaria um caráter considerado de uma formação mais consciente, no início do século onde se perdurava o movimento operário-sindical brasileiro com um ideário anarco-sindical, no momento em que a educação estava em destaque. Com essa visão a formação serviria às "novas mentalidades" e ideais revolucionários (MANFREDI, 2002, p. 91)

[4] Em 1942, o então presidente Getúlio Vargas, assina no Rio de Janeiro o Decreto -LEI nº 4.048, criando o SENAI em 1942, no período, designado como Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriais, subordinado à CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Em 1943, no final de sua primeira gestão, o Presidente Vargas e seus colaboradores idealizaram um projeto para atrair a massa trabalhadora urbana e conseguiram transformar os sindicatos operários em apêndice do Estado. Sobre avanço pós 1942, descreve a pesquisadora Ângela de Castro Gomes:

> (...) O sindicalismo corporativista não seria implementado no momento mais autoritário do Estado Novo, mas no período de transição, Pós-42, quando a mobilização dos amplos setores se tornou inadiável ante a própria transformação do regime, ttanto é que Getúlio seria reconduzido ao poder , pelas urnas em 1954. (GOMES apud MANFREDI, 2002, p. 96)

Num esforço conjunto entre lideranças de empresários e educadores são instalados vários Departamentos Regionais no SENAI, em regiões importantes do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A criação do SENAI coincide com um momento da urgência e carência de uma mão-de-obra operária, cada vez mais especializada voltada para garantir o aumento da produção industrial, ao mesmo tempo em que também há uma redução da imigração, no período da guerra. (WEINSTEIN, 2000, p.136)

Essas escolas de Formação Profissional e Aprendizagem caracterizam-se por uma proposta eminentemente prática/instrumental. As preocupações com a formação teórica raramente apareciam. A lei orgânica (1942) permitiu que as escolas, criadas em 1909, passassem a oferecer cursos técnicos para determinados setores industriais, além dos cursos industriais básicos e dos cursos de aprendizagem em geral. Essa Lei possibilitou também aos concluintes dos cursos técnicos ingressarem nos cursos superiores pelo argumento da equivalência.

Até então, portanto, verifica-se que a educação profissional está subordinada a um sistema federal de ensino técnico, complementado por um sistema privado de formação profissional para a indústria e para o comércio, através do SENAI e SENAC, que recebia do Governo uma série de estímulos, como por exemplo, a isenção de impostos. O objetivo inicial se

caracteriza pela institucionalização de um sistema nacional de aprendizagem custeado pelas empresas privadas para atender as suas próprias necessidades.

Emergem reivindicações na tentativa de se ampliar o esforço de desenvolvimento, tecnológico, econômico, político e social, no mundo do trabalho. Além de convergir esforços visando à consolidação de um sistema nacional de formação profissional.

Apesar desses movimentos em prol de uma redefinição do sistema profissionalizante e de algumas iniciativas estaduais, até a década 70, poucas mudanças haviam acontecido no bojo da educação profissional.

Antes, atravessa-se um viés tecnicista até o governo de JK, sobretudo expresso pelas diretrizes do Plano de Metas 1956. Segue-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no final de 1961, na qual ainda se verifica uma dualidade estrutural da educação profissional, mesmo que ensejando uma maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário.

Da mesma forma, os cursos realizados pelo SENAI e SENAC poderiam ser organizadas de modo a equivaler aos níveis fundamental (1º grau) e técnico (2º grau).

> (...) Os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos, à medida que progrediam nos seus estudos"; bem como a educação profissional que enfoca " o aluno recebia um conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico que lhe desse condições de prosseguir nos estudos ou mesmo de se qualificar em outros domínios. (EDGARD, 1997, p. 71)

Pela Lei, permanecem as principais agências de educação profissionalizante do "Sistema S", com destaque para o SENAI. Essas agências mantiveram-se como sistema paralelo e tiveram doravante grande expansão. Há, entretanto, do ponto de vista educativo, mudanças importantes

na abordagem pedagógica. Surgem iniciativas voltadas para a implantação de projetos de cunho humanista clássico particularmente em iniciativas ligadas à igreja e aos movimentos populares.

Estão em jogo no cenário brasileiro dois projetos distintos: um voltado à divisão técnica e social do trabalho, numa perspectiva de formar trabalhadores instrumentalizados e outro, voltado aos projetos econômicos de desenvolvimento nacional, visando à formação da mão-de-obra qualificada.

Assim, para fazer face às exigências de qualificação se inicia o Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra (PIPMO), cujos cursos eram ministrados por escolas do "Sistema S" e por Escolas Técnicas da Rede Federal. As capacitações eram rápidas e os conteúdos reduzidos, práticos e muito operacionais(MANREDI, 2002, p.104)

A perspectiva tecnicista desenvolvida fortaleceu o sistema S e as iniciativas das empresas privadas e estatais, por meio do PIPMO e da Lei 6.297/57 que concedia incentivos fiscais para as empresas desenvolverem projetos de formação profissional. (MANFREDI, 2000, p.104).

Segundo Haddad, nesse momento, há um processo de transição da sociedade, provocado pela industrialização e pelos processos de urbanização.

> (...)A humanização integral do homem, da democratização fundamental da sociedade, do desenvolvimento econômico e da conquista da soberania nacional. A conscientização do povo seria o ponto de vista de partida destes ideais.(HADDAD, 1985, p. 99)

Nesse processo, quando surgem as escolas voltadas para trabalhadores emerge no contexto nacional o fenômeno que Mannheim chamou de "democratização fundamental", que implica numa crescente inquietude social. Surgem então, no bojo dessa "inquietude",

experiências de projetos com perfil mais popular, as chamadas Escolas de Trabalhadores para Trabalhadores.

Escolas de organização popular abrem um leque de participações, independente de ordem econômica, social, política e cultural. Um tempo histórico, em que o povo deixa de ser objeto e passa a ser sujeito. Assim, o período de (1960-1964) é marcado por iniciativas populares e culturais fundadas em ações educativas de caráter social e no compromisso com a mobilização.

Apresenta-se uma educação comprometida com os segmentos populares que pretende possibilitar o ingresso no mercado de trabalho. Essa forma de organização reconhecia no acesso à informação e ao trabalho e no despertar do compromisso participativo uma possibilidade de transformação.

Infelizmente essas tentativas de diferentes experiências no campo da educação voltadas para o trabalho, postas em práticas no início da década de 1960 pouco avançaram. Não havia ainda um investimento fora do "Sistema S" que fortalecesse as iniciativas e alternativas voltadas para a formação profissional.

Até 1963/64, os cursos ofereciam pouca capacidade de agregação de valor e correlação com o mercado de trabalho industrial. Limitavam-se à realização de cursos nas áreas de corte e costura, enfermagem de urgência, sapataria, marcenaria, barbearia, datilografia, artesanato e encadernação.

Uma nova concepção de projeto de Educação Profissional tem início a partir da década de 1970, no aprofundamento do regime político autoritário tecnocrata-militar. Apresenta-se uma perspectiva mais realista, voltada para uma ação pedagógica que valorizava as técnicas do trabalho numa tentativa de promover o intercâmbio entre o ambiente escolar e o do trabalho.

A preocupações consistem na melhoria do processo de aprendizagem e na maior permanência dos adultos em escolas noturnas. A intenção é a transmissão dos conhecimentos capazes de propiciarem aos alunos as melhores condições econômicas e culturais, uma concepção liberal de Formação Profissional.

Na realidade, para a modalidade da Educação Profissional, ou seja, formação para o trabalho, os vínculos institucionais, como vimos, não estavam na esfera pública de ensino. Não havia condições materiais e estruturais de o governo manter "a qualidade" necessária que o processo industrial requeria. Dessa forma, o domínio dessa esfera educacional continua a ser ditado de forma ainda mais privilegiada pela lógica do empresariado, representado pelo "Sistema S", especialmente pelo SENAI.

Consideram-se nesse período o analfabetismo e a baixa escolarização dos operários como fator determinante da baixa produtividade no trabalho e conseqüentemente de uma menor produção. Esses trabalhadores, na verdade, revelam-se como empecilhos para o desenvolvimento.

Nesse sentido a erradicação do analfabetismo se apresenta como um instrumento de garantia da segurança social e da consolidação do sistema democrático liberal e um importante pressuposto para o desenvolvimento da base econômica do país.

Surge assim o Movimento Brasileiro pela Alfabetização - o MOBRAL, com materiais didáticos, cujo conteúdo reforça uma ideologia que escamoteia as diferenças de classe, gênero, etnia e raça; e potencializa atribuições que valorizam o indivíduo por sua capacidade produtiva: " *No MOBRAL, a educação era apenas "adaptação, investimento sócio econômico, preparação de mão-de-obra para ao mercado de trabalho"* (JANNUZZI, 1978, p.78).

O MOBRAL é extinto e, em seu lugar, surge em 1985, o programa EDUCAR. E, quase ao mesmo tempo, também é criado o modelo de aceleração escolar do Supletivo (LDB 5692/71) uma espécie de sistema paralelo ao sistema regular, que previa as modalidades de suplência, uma escolarização compensatória nos níveis do 1º e 2º grau; a qualificação, uma preparação para o trabalho, nas empresas; a aprendizagem e o suprimento, uma espécie de atualização dos conhecimentos, permitindo a garantia de continuidade no ensino regular (ROMÃO, 1999, p.18).

Nesses projetos criados para minimizar o *déficit* da educação, a suplência priorizou a "regulação" do 1º e 2º graus, por meio da aceleração, permitindo a certificação do 1ºgrau com 18 anos e do 2º , com 21 anos. Os exames eram feitos no processo, por disciplinas.

A Lei também permitiu que o aluno com mais de 21 anos, com o 1º grau, pudesse passar para o 2º grau mediante exame de reconhecimento. A LDB/71, capítulo IV, define o ensino supletivo e mostra claramente uma preocupação com a preparação para o trabalho e a formação profissional. Facilita a oferta da educação profissional aos alunos já inseridos no mercado de trabalho.

No entanto, nas entrelinhas dos projetos postos em curso para escolarização, observa-se de um lado a afirmação de uma proposta de "escola para os proletários"(uma escola manual-técnica) e, de outro, uma proposta de "escola para a classe média" (uma escola regular). Diz o texto oficial, sobre o supletivo:

> (...) .está a serviço do projeto de desenvolvimento definido pelos governos militares que assumiram o poder desde 1964. Este projeto tem por base a consolidação do modelo autocrático- burguês de dominação capitalista, com ênfase na tecnocracia e no monetarismo. Pretende-se não apenas ajustar a educação de adultos às exigências do modelo econômico vigente, mas também utilizá-la como elemento de garantia da perpetuação hegemônica da classe que exerce o poder, em termos de dominação política e permanência de sua visão de mundo, a ideologia capitalista. (LOPES, op. Cit. p.219)

Nesse sentido, a implantação da LDB 5.692/71 reflete o ideário do contexto da ditadura militar, no qual as forças políticas eram mais caricaturais do que representativas. Segue a lógica de tantos outros instrumentos colocados a cabo pelo regime, num duplo papel funcional da práxis dominante: o de permitir a garantia de um controle e regulação social e, ao mesmo tempo, o de garantir uma acumulação ampliada do capital, por meio de uma qualificação básica e continuada do operariado.

O período de redemocratização que se inicia após o fim do regime militar autoritário, marca a retomada das propostas para uma educação de caráter mais universalizante, com o seu ápice nas diretrizes gerais definidas pela Constituição Federal de 1988, que determinou (artigo 214) que o Plano Anual da Educação integrasse as ações do poder público e a mobilização de recursos humanos e financeiros por parte do governo e da sociedade civil.

Sob a égide desse processo emergem novas iniciativas no âmbito da sociedade organizada: profissionais da educação, atores comprometidos, ONGs e entidades do movimento popular e sindical mobilizam-se em projetos de reforma do Ensino Profissional. Esse momento também está em sintonia com as discussões sobre a Formação e Educação Profissional nos países ocidentais principalmente a partir da década de 1990).

Embora no Brasil se constatem avanços nas propostas de políticas públicas voltadas para o ensino profissionalizante, ainda persiste um caráter difuso. No modelo brasileiro, como bem salienta Cunha (1997, p.1), "*cada ministro ou secretário de educação tinha sua idéia "salvadora" para a crise da educação, o seu plano de carreira, a sua proposta curricular, o seu tipo de arquitetura escolar, as suas prioridades*". Ou seja, a construção das políticas educacionais são estruturadas por conveniência da proposta governamental do momento.

1.3. A Nova LDB (9.394/96): mudanças e/ou retrocessos

Finalmente, após uma tramitação de oito anos no Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é promulgada em dezembro de 1996. A Lei Federal n.º 9.394/96, concebe o ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica; de aprimoramento do educando como pessoa humana; de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo; e de preparação básica para o trabalho e a cidadania.

O empenho realizado pela sociedade civil organizada, de educadores, de sindicalistas, e empresários comprometidos com a educação profissional, em torno da elaboração da LDB, deveria ter resultado em um amplo e democrático debate. No entanto, o que se verificou ao final do processo de elaboração da Lei, foi que caíram por terra as reivindicações de caráter mais popular da comunidade escolar

A nova LDB nasce, no momento em que o Brasil (e a América Latina como um todo) já estão inseridos no processo de introjeção do chamado "Consenso de Washington" e da proeminência do ideário da Agências Internacionais (Banco Mundial, BIRD, OMC, FMI etc). Uma quadra onde se verifica uma sensível diminuição da capacidade de operacionalização de políticas públicas ativas, com a diminuição geral do papel do Estado –tanto como provedor de serviços sociais básicos quanto como formulador de políticas públicas sociais.

Por outro lado, num contexto de privatização do patrimônio público, a chamada "flexibilização" significará, nos anos 90, uma intensificação do processo de esvaziamento do ensino público e uma maior margem de atuação da iniciativa privada com conseqüente redução

dos direitos sociais já conquistados . Uma seara em que se torna mais complexa e limitada a ação em prol de uma atuação social mais abrangente.

A LDB se apresenta em conformidade com as diretrizes do Banco Mundial para a Educação. Algumas medidas legitimam essa afirmação como cita Valente (2002, pp.47):

- a Lei nº 91.131/95 que cria o Conselho Nacional de Educação como órgão de colaboração do MEC, meramente consultivo.
- a emenda constitucional nº 14, que regula a Lei 9.424/96 e impõe a municipalização do ensino fundamental sem, antes, dar aos municípios condições de auto-sustentação.
- a medida provisória nº 1.549-28/97 que deixa a Rede Federal, sobretudo o ensino técnico, nas mãos da privatização, ao mesmo tempo, que sinaliza o mesmo caminho para o Estados;
- o Decreto nº 2.208/97 que oficializa o desmonte do ensino técnico público de nível médio.

O Plano Nacional de Educação, que trata da Educação Tecnológica e Formação Profissional, apresenta como diagnóstico um balanço generalizante e de difícil compreensão. Na realidade, não há informações precisas sobre a oferta de educação profissional voltadas para o trabalho. Existe uma pulverização de ações desconexas.

Além das redes federais e estaduais de escolas técnicas, existem programas desenvolvidos pelo Ministério do Trabalho e das Secretárias Estaduais, Municipais do Trabalho e do Sistema Nacionais de Aprendizagem, com um número grande de cursos particulares de curta

duração, inclusive com cursos de educação à distância, treinamento em serviço com cursos técnicos oferecidos pelas empresas para seus funcionários.

Na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 93.94/96, no capítulo referente a Educação Profissional, e ao Decreto Federal 2.208/97, instituíram as bases da reforma do ensino profissionalizante, do ponto de vista formal, o que resulta em ajustamentos de todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional.

Essa nova institucionalização vem refletindo uma nova postura para a educação profissional que passa a ser pauta de disputas político- ideológicas, protagonizando debates de vários segmentos da sociedade, trabalhadores, empresários e governo. O quadro a seguir apresenta um resumo da situação que se configura a partir da Nova LDB(1996).

Quadro 1
Decreto Federal nº 2.208/97

Artigos	Descrição
1º	Define os objetivos da educação profissional.
2º	Articula a educação profissional com o ensino regular.
3º	Estabelece os níveis da educação profissional.
4º	Define o nível básico da educação profissional como educação não- formal e confere certificado de qualificação profissional.
5º	Institui organização curricular própria para o nível médio e permite o aproveitamento, para este nível, de até 25% do total de carga horária das disciplinas, de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio.

6º	Estabelece regras para a formulação do currículo pleno mínimo nacional pelo Conselho Nacional de Educação e complementação pelos respectivos sistemas de ensino; estabelecimentos de ensino poderão complementar em até 30% o currículo básico; poderão ser implementados currículos experimentais, os quais, após avaliação e aprovação pelo CNE, poderão ter validade nacional.
7º	Institui a obrigatoriedade da realização de estudos para a definição e atualização permanente das diretrizes curriculares para o ensino técnico, ouvidos os segmentos interessados: trabalhadores, professores e empresários.
8º	Institui a possibilidade de o diploma de técnico ser obtido a partir do acúmulo de certificados de qualificação profissional, desde que estes não ultrapassem cinco anos de sua obtenção e o interessado apresente o certificado de conclusão do ensino médio.
9º	Institui para os docentes do ensino técnico a obrigatoriedade de formação superior em cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica, sob a responsabilidade do MEC.
10º	Dispõe sobre os cursos de nível superior correspondentes ao nível tecnológico de educação, que deverão abranger diversas áreas de especialização de acordo com diversos setores da economia.
11º	Faculta a obtenção do diploma de técnico pelo acúmulo de certificados de competência, que poderão ser obtidos via supletiva, por meio de exames realizados pelos sistemas estaduais e federais de ensino.
12º	Define a data para a entrada em vigor do decreto.

Fonte: Mello, M. "A Reforma da Educação Profissional e o Tecnólogo do Vestuário: Algumas Implicações". Dissertação de Mestrado. FE/USP, São Paulo/SP, 1999

O destaque, do Decreto Federal, está na existência de dois projetos distintos: " o do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Técnico- SENTEC (hoje Secretaria da Educação Média e Tecnológica- SEMTEC), e o outro do Ministério do Trabalho, por meio do SEFOR- Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional." (MANFREDI, 2002. p.114)

O projeto desenvolvido pelo Ministério do trabalho - SEFOR, em 1995, realizou um amplo debate sobre educação nacional, envolveu parte das instâncias governamentais, universidades, empresários, trabalhadores e organizações educativas ligadas à Educação de Jovens e Adultos - EJA. Foi com base nessas discussões que se elaborou um projeto de formação e intervenção, durante duas gestões ministeriais.(MANFREDI, 2002, p.114)

Segundo Manfredi, *as questões críticas da educação brasileira* (Brasil,MTb,1995) é o resultado de um diagnóstico que toma como base as deficiências qualitativas e quantitativas do ensino profissional.

O plano engloba trabalhadores, empregados ou não, entre 25 e 40 anos, que foram deslocados pelas mudanças tecnológicas ou pelos processos de reestruturação produtiva. Nesse projeto estão as estratégias de qualificação e re-qualificação de trabalhadores jovens e adultos mediante formação continuada. Nessa concepção procura-se desfazer a dicotomia entre educação básica e educação profissional. (MTE/SEFOR,1999,p.9)

O entendimento é baseado no desenvolvimento de habilidades e nos conhecimentos básicos, específicos e de gestão. Também são reconhecidos os saberes adquiridos ao longo da vida dos trabalhadores em seus locais de trabalho e a garantia do re-ingresso dos mesmos no sistema educacional de ensino formal.

O ensino profissional, como política pública, insere-se como parte de um plano de desenvolvimento tecnológico e econômico, para gerar emprego e renda.

A formalização dessas propostas reúne recursos públicos, privados: internos e externos na articulação de sindicatos, ONGS e do Sistema S. Em nota Fernando Fidalgo esclarece que, nessa junção de forças, a negociação é feita por agentes promotores da Educação Profissional,

públicos e privados, desde sua concepção até a efetivação da política. Como os Centros Públicos Educação Profissional. (FIDALGO, 1999, p 135)

Na estrutura formativa do MEC, por meio da Secretaria Nacional do Ensino Técnico (SENETE), foi implantada a Lei Federal 8.948/94, instituindo, o chamado Sistema Nacional de Educação Tecnológica. O modelo adotado segue a linha dos países do primeiro mundo, enfatizando a necessidade de investimentos na formação e no desenvolvimento de recursos humanos. O projeto procurou integrar todas as escolas técnicas federais, estaduais e municipais, juntamente com o sistema S (SENAI e SENAC), num mesmo sistema.

Por outro lado, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), procedeu à elaboração da reforma do ensino médio e técnico (inicialmente no Projeto de Lei 1.603/96) e, depois no Decreto 2.208/97) . Esta reforma orientou a separação do ensino médio de formação acadêmica da Educação Profissional, realizando a aproximação do capital privado internacional aos interesses dos empresários locais. (MANFREDI, 2002, p.119)

Coube à sociedade civil organizada, através de profissionais da educação, sindicalistas, pesquisadores a articulação e mobilização de fóruns em defesa da Escola básica unitária. A escola pretendida, deveria conciliar o conceito de educação tecnológica e reestruturação capitalista. Comprometendo o campo da educação e do trabalho profissional de forma integral, unificando o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, como se prevê na LDB, reafirmando o compromisso compartilhado entre os conceitos básicos, em níveis elementar, médio e, posteriormente a uma formação profissional especializada. (KUENZER,1997, p. 32-39)

O diferencial dessa escola básica unitária tem no seu pressuposto a universalização do ensino público e, sobretudo, do ensino obrigatório para o ensino médio. Assim sendo, a noção de escola profissional completa o ideário de vários representantes das centrais sindicais, como a

CUT (Central Única de Trabalhadores), que vem discutindo há tempos a questão; e, mais recentemente, com a Força Sindical (FS) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)[7]. Embora entre elas existam diferenças de concepção e de sociedade[8],Todas as centrais vêm contribuindo com o Ensino Profissionalizante.

No essencial as centrais propõem que as empresas e sindicatos devem se dispor a uma ação concreta. Ou seja, uma escola que se proponha a realizar a elevação da escolaridade com o ensino profissional. A mobilização intensa dos sindicatos em fóruns institucionais decorre da compreensão de que o encaminhamento das questões relativas ao confronto e à negociação entre capital e trabalho não podem ser desvinculadas também da ação do Estado nas suas diversas esferas. (SOUZA,1999, p.25 a 29)

A visão do ensino profissional é entendida como parte de um processo, no qual a formação está vinculada à educação de jovens e adultos. A definição da identidade do ensino médio e otimização da relação custo-benefício acarretou num re-ordenamento à nível do ensino básico que culminou numa proposta de flexibilização e separação entre educação acadêmica e ensino profissional.

Segundo Kuenzer, diferentemente do SEFOR, a SENTEC conduz o debate e faz as propostas a partir de seus técnicos(interlocutores) previamente selecionados, descartando a participação de acadêmicos, representantes dos fóruns e associações, pesquisadores e, educadores qualificados pelo próprio MEC.

---

[5] A articulação entre empresários e trabalhadores entorno da Formação Profissional ocorreu em 1992, quando encerrou-se a primeira etapa do Fórum Capital/trabalho. O fórum foi presidido pelo Reitor da USP. Desenvolveu-se no âmbito do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foram realizadas 10 reuniões da Coordenação geral e quarenta reuniões dos grupos temáticos. Cerca de oitenta pessoas acompanharam as atividades do Fórum Capital/trabalho 1992,Os objetivos iniciais seriam um diálogo entre a Centrais Sindicais e entidades empresariais com vistas ao desenvolvimento nacional, sobre os problemas básicos da sociedade brasileira, entre estes o da educação, ciência e tecnológica. Estavam presentes CGT, CUT, FS, FIEP, FCESP, CNT, PNBE, SRB, OCB.

O que acontece após a LDB, quando se cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica é uma articulação entre várias iniciativas de educação profissional. Há uma maior definição das políticas e normas, elas passam a delinear diversas áreas do conhecimento, atuam em diferentes órgãos e em diferentes modalidades, criam uma verdadeira compatibilização aos desafios da era tecnológica, no limite e nos avanços possíveis da sociedade, em diferentes aspectos, de ordem, social, política e econômicas.

No sentido acima descrito, serão apresentadas no terceiro capítulo, duas experiências de Educação Profissional, na qual, as ações e as atividades são declaradas no programa escolar. E, para melhor entendermos as relações e entendimentos sobre formação profissional, poderemos esclarecer melhor, essas questões, mediante as análises, das entrevistas e depoimentos dos alunos, ex-alunos, monitores e professores, no quarto capitulo.

No próximo item, como já foi referido anteriormente, são apresentados no ambiente institucional em que estas experiências se inseriram nos estados de Pernambuco e São Paulo, as iniciativas políticas profissionalizantes do âmbito do governo federal, colocadas a cabo através dos CEFETS e no CEETEPS.

1.4. As Políticas de Formação Profissional CEFETS em (PE) e CEETEPS em (SP)

A formação e estrutura do ensino técnico no Brasil, traz na sua concepção histórica, uma funcionalidade caracterizada por uma ideologia de educação flexível; de modelos flutuantes e de frágil capacidade de adaptação'.

---

[6] Ver maiores informações em SOUZA, Donaldo Bello Trabalho e Educação: centrais sindicais e restruturação produtiva no Brasil/ Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

A educação profissional, vem sofrendo ao longo de sua constituição, uma grande influência reprodutivista, promovendo problemas nas relações sociais e de trabalho; sobremaneira determinadas pelas relações produtivas no trato com o conhecimento, na escola e na sociedade. Em grande medida, refletindo as necessidades do sistema capitalista monopolista.

As mudanças do sistema produtivo, no final deste século, vem nos levando a exacerbação do surgimento de uma sociedade marcada pelo conhecimento sem classes, que visa a formação de um profissional "polivalente" , transformando, na expressão de Frigotto, a classe trabalhadora em "cognitariado".

O Sistema Nacional de Educação Tecnológica, tem como espinha dorsal a Rede de Centros Federais de Educação Tecnológica -CEFETS em todo país. Antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) existiam às Escolas Técnicas Federais.

No caso Pernambucano, a transição da antiga Escola Técnica Federal de Pernambuco - ETFPE[9] (fundada em 1910), para a categoria de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, ocorreu em 1999, com a implementação de um novo processo de definição dos conteúdos curriculares e atualização de seus laboratórios.

Em janeiro de 1999, a escola foi transformada em Centro Federal de Educação tecnológica de Pernambuco (CEFETPE), com competência para ser, também, um centro de terceiro grau, concretizando parte da proposta do MEC de transformar as escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, MEC/MTb,12996).

[9] Entre 1910 e a década de 1960, a ETFPE, teve a denominação de "Escola de Aprendizes Artífices" e depois de "Liceus Industrial" . Na essência a ETFPE expressava a mesma filosofia destas instituições anteriores..

As propostas adotadas no novo formato seguiram a linha de diretrizes apresentadas pelo Modelo Pedagógico do MEC/1994 baseado no Sistema Francês de Ensino Tecnológico, caracterizado pela atuação do ensino como agente de desenvolvimento e pela manutenção de vínculos estreitos com o sistema produtivo. [10].

Em 1994, os relatório da ETFPE já apontam sua intenção de se transformar em CEFET, pela estrutura técnica dos cursos e modernização do prédio. Até então, já haviam sido transformadas em CEFETS as escolas técnicas do Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro.

No ano de 1996, no Congresso Nacional tramitada o Projeto de Lei n º 1.603/96 do Governo Federal, a versão sobre educação Nacional e Organização da Rede Federal de Educação Profissional.

Foi a partir do Plano Institucional que a ETFPE, entre 1995 a 1999, já com a definição e consonância do Projeto-nº1.603/96, delineou um conjunto de objetivos, moldados pelo modelo da Qualidade Total, tendo como meta, a integração escola/comunidade/empresas.

Com o Programa de Reforma da Educação profissional (PROEP) em 1999, a ETFPE, procura atender aos requisitos anunciados pelo Programa de Educação Tecnológica, que tem como objetivo:

> (...) Expansão , modernização , melhoria de qualidade e permanente atualização da Educação Profissional, através da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos ás necessidades do mundo do trabalho. (CEFETPE, 1999 a, p.36)

---

10 Os pressupostos destas propostas estão referidos no Ofício Circular nº 114-94/MEC/SEMTEC/GAB. Vale destacar como marco na constituição do CEFET-PE, uma série de reuniões promovidas pela sociedade civil organizada sob orientação do SENTEC/MEC iniciadas em 1993, que culminou com um encontro realizado no estado de Alagoas, em 1995, onde se elaborou o documento "Construindo o Projeto Político Pedagógico das EAF`s, ETF`s e CEFET`s", cujas diretrizes nortearam as ações do Centro.

O CEFETPE não conseguiu o cumprimento das metas na íntegra, como solução imediata, procedeu-se a um redimensionamento de todo o programa.[11] Entre os motivos apontados, a dificuldade financeira e orçamentária da instituição foi um dos problemas que mais pesou. A falta de uma Política de Programação Financeira, por parte do Tesouro Nacional, gera atrasos nos repasses. (SILVA,2001,p.68)

Atualmente ainda se encontra em construção a proposta pedagógica do CEFETPE, os conceitos e estágios de implementação. O seu foco de desempenho tem como base a noção de empregabilidade:

> (...) compreende o conhecimento como elemento gerador de competências e habilidades, indispensáveis |à garantia e permanência do homem no emprego, á capacidade de continuar a aprender, como também a compreender o trabalho como elemento primordial da cidadania. (CEFETPE, 200 a, p.25)

Conta-se hoje, no CEFETPE, com uma estrutura voltada para o ensino médio e cursos de nível básico. O ensino Tecnológico têm matriculas efetivadas na unidade de Petrolina e na Sede no Recife. No ano de 2000, ainda no nível médio o total de alunos chegou, nos diferentes cursos oferecidos, a um total de quatro mil cento e nove alunos.

Na verdade, como observa Roseane Silva, o percurso recente do CEFETPE não está de todo divergindo com o modelo da política- pedagógica anterior. Na sua avaliação, não há, ainda uma marca visível que identifica e distinga a passagem do antigo modelo pára o novo.(SILVA, 2001)

---

11 Para manter-se no páreo, na reforma do Ensino Profissionalizante, o CEFETPE, procurou outras parcerias; buscando, inclusive, recursos na iniciativa do setor produtivo, através de convênios com prefeituras do Estado (CEFETPE,2000 a,p.36)

Outra questão, também constatada na pesquisa de Silva é que um dos objetivos centrais da manutenção dos estágios com as empresas está na garantia de dinamização da relação escola-empresa. Um exemplo desta situação está no Balcão de Emprego, em que as empresas do Estado, podem consultar a instituição e selecionar alunos como estagiários ou como profissionais. Essas pesquisas comparativas indicam que o volume de estágios efetivados, do período da promulgação da Nova LDB até o ano de 2000, teve um acréscimo de 35%(SILVA,2001,p.94).

Da mesma forma em Pernambuco, o Estado de São Paulo também teve sua história pautada na experiência anterior da Escola Técnica Federal de São Paulo, fundada em 1909.

Em 1969, inicia-se o processo de criação da instituição através do Conselho Estadual de Educação por volta de 1963. Nesse período, São Paulo vive um dos períodos de maior expansão industrial e a indústria necessitava de mão-de-obra qualificada.

Surge, então, a necessidade de formação profissional para acompanhar a expansão industrial paulista. A idéia de criar um Centro Estadual voltado para a Educação Tecnológica ganha consistência no governo de Roberto Costa de Abreu Sodré, em 1967.

Em outubro de 1969, é assinado pelo governador o Decreto- Lei que cria a entidade autárquica destinada a articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino Médio e Superior. O Centro Paula Souza recebeu está denominação em 1973.

O Centro Paula Souza está vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo - SCTDET[12]. É órgão do governo estadual que tem por objetivo intensificar o desenvolvimento sustentável do Estado, estimular as vantagens competitivas das empresas e dos empreendedores paulistas, incorporar

tecnologia aos produtos da região e fortalecer as condições para atração de investimentos no Estado.

As empresas públicas e privadas também fazem parcerias com o CEETEPS, por meio de convênios, para o desenvolvimento de projetos agropecuários, ecológicos e sociais; para a prestação de serviços à comunidade; para a criação de programas de capacitação de professores; para a melhoria da rede física das escolas e para a criação de classes descentralizadas.

Em 1987, é criada a Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT) é uma instituição sem fins lucrativos, por um grupo de professores da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC- SP[13].

As atividades da FAT resultam em recursos que são aplicados na qualificação do corpo docente, na aquisição de equipamentos de ensino e pesquisa e na promoção de seminários didáticos e tecnológicos. A FAT também é responsável pela gestão dos recursos provindos dos concursos de ingresso nas Escolas Técnicas e nas Faculdades de Tecnologia.

A Lei nº 9394 na segunda metade do século XX., em dezembro de 1996 aplica-se a reforma do ensino tecnológico, o objetivo anunciado previa o pleno desenvolvimento do educando e, no seu preparo para o exercício da cidadania e na qualificação técnica voltada para o trabalho.

Então em 1999, à antiga Escola Técnica Federal, passa a ser no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, atual CEETPS- Centro de Educação Tecnológica Paula

---

[12] Também são vinculados à SCTDET o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) e a Universidade de São Paulo (USP).

[13] A Fundação constitui-se em um canal direto de interação com o sistema produtivo, possibilitando o desenvolvimento de projetos, cursos de atualização e ações da difusão e implantação de tecnologias.

Souza, num acordo previsto no Decreto nº 7.566 instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso .

Atualmente o CEETEPS, vêm sendo procurado por estudantes de todo o Estado de São Paulo e até de outros Estados. As Escolas Técnicas (ETEs) do Centro Paula Souza têm um dos mais concorridos vestibulares do país. No segundo semestre de 2003, 187.819 candidatos concorrem para as 32.381 vagas oferecidas, sendo 7.804 para o Ensino Médio e 24.577 para o Técnico (com uma média geral de 5,8 candidatos por vaga). Esse número supera o total do mesmo período no ano de 2002 que foi de 174.945 inscrições.

O projeto político-pedagógico atual do CEETEPS está em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e se organiza com base nos seguintes princípios.

> "I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
> IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
> V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> VII - valorização do profissional da educação escolar;
> VIII - gestão democrática do ensino público (...);
> IX - garantia de padrão de qualidade;
> X - valorização da experiência extra-escolar;
> XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais."

Os cursos oferecidos pelo CEETEPS de qualificação profissional básica foram implantados em 1998, após a reforma do Ensino Técnico. Destinam-se à requalificação de trabalhadores para melhorar sua posição no mercado de trabalho ou para que enfrentem as

exigências da competitividade. Podem freqüentar os cursos de qualificação pessoas com todos os graus de escolaridade.

Desde o início desse programa, mais de 130 mil trabalhadores foram formados, em várias áreas, nos cursos oferecidos em diversos convênios, em especial com a Secretaria das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo .

O CEETEPS assume o compromisso de preparar os alunos para os novos desafios tecnológicos que estão sendo desenvolvidos na sociedade do conhecimento. Desde 1996 o Centro Paula Souza preocupa-se em saber se os técnicos e tecnólogos que forma estão trabalhando, sobre suas dificuldades no desempenho profissional e se obtiveram melhorias pessoais e profissionais. As respostas a essas indagações permitem avaliar se o ensino oferecido contribuiu para integrar o egresso como cidadão e como profissional aos setores em que atua e às necessidades do mercado

Há também um grupo que auxilia no aprimoramento do perfil profissional do técnico e do tecnólogo para estar sempre em sintonia com as exigências e mudanças do mercado de trabalho.

Além de seus cursos de ensino médio, suplência escolar , formação profissional e graduação, o Centro Paula Souza inicia em 2002 o Programa Pós- Graduação, com cursos de mestrado em tecnologia: gestão, desenvolvimento e formação. Reconhecido pelo MEC em julho de 2003. A instituição consolida, dessa forma, seu papel de agente formador de recursos humanos altamente qualificados pela oferta de todos os níveis de ensino tecnológico e pela sistematização e integração de suas atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

Em termos específicos como se constitui a noção de nacionalidade e de cidadania na história da educação brasileira. E em que medida as políticas educacionais se organizaram nos períodos e contextos históricos determinantes para a formulação da educação profissional ?

No Brasil, a ênfase dada às iniciativas governamentais de educação profissional vem, ao longo do tempo, tendo sua ênfase associada as necessidades ligadas ao domínio técnico. A gênese da educação profissional no Brasil confunde-se desde as primeiras décadas da chegada dos portugueses no pais[14] vem, ao longo do tempo, tendo sua ênfase associada às necessidades ligadas ao domínio técnico. A gênese da Educação Profissional no Brasil confunde-se desde as primeiras décadas da chegada dos portugueses no país.

[14] A bem da verdade, antes da vinda dos portugueses, como lembra Manfredi, os índios no seu cotidiano já praticavam a socialização do trabalho. Em suas atividades costumeiras, os adultos desenvolviam as atividades de pesca, de coleta e plantio, construção e confecção de objetos, com os mais velhos repassando os ensinamentos aos mais moços(MAFREDI,2002.p.67-69)

Capítulo 2
O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL : UMA ABORDAGEM TEÓRICA CONTEMPORÂNEA.

Vem de um bom tempo a preocupação em compreender a problemática formação profissional sobretudo ao ser analisada na relação que emerge do contexto entre trabalho e educação. No geral, percebemos alguns avanços, especialmente, na compreensão do trabalho como um princípio educativo, não como *lócus* específico e isolado, mas numa abordagem ampliada que procura absolver características sociais, culturais, políticas e econômicas.

A natureza dessas questões pode ser analisada de diversas formas. Recorro ao empírico. Existem hoje experiências que estão sendo geridas em parceira entre o setor o público e o privado, categoria dos trabalhadores e representantes da iniciativa privada e práticas já consolidadas em conjunto com o movimentos sociais, ONGS e conselhos de escolas de trabalhadores, federações e organismos internacionais além da atuação do sistema S.

Nesse aspecto, faz sentido também a preocupação teórica a que esse assunto remete, desde a construção do currículo à sistematização da produção que circula sobre a formação profissional e como dos projetos educacionais que disputam melhores resultados no aspecto produtivo , frente ao processo de reestruturação tecnológica ou para obtenção dos melhores resultados nos quesitos emprego, qualificação e renda. Apesar da diversidade de instrumentos e interesses voltados para a formação profissional, encontramos educadores, pesquisadores, instituições seriamente preocupadas com o compromisso social, político econômico de jovens e trabalhadores no país.

Sob o ponto de vista do trabalho, especificamente, das condições históricas de sua evolução, reconhecidas como conflituosas e determinadas pelas necessidades pessoais, podemos entendê-las, por outro lado, na constituição da sua essência, como sendo natural, racional e pré-determinada pela posição que ocupa o indivíduo na sociedade.

Do mesmo modo, também a noção de escola evoluiu para a de um lugar onde existe a formação que reconhece as capacidades e limites do ser humano. Práticas inovadoras que ocorrem pela integração de mecanismos preparatórios do processo de conhecimento e sistematização do saber, através de questões relacionadas ao coletivo e ao indivíduos. A necessidade se forma pelo concreto dado, na condução do trabalho e assim, a escola é um lugar onde se experimenta a organização do trabalho, as relações sociais necessárias a nova ordem.

Nesse sentido, o espaço educativo constitui-se , portanto, como um lugar de construção e ampliação do saber social contra- hegemônico, além de promover e incentivar uma identidade coletiva dos trabalhadores . (ARROYO, 2002, p.90)

Essa dimensão conceitual de escola para o trabalho (ou para o trabalhador), enfrenta no cotidiano de sua manifestação, diferentes formas e intensidades de embates diante da paradoxal convivência com as exigências de acumulação de capital. O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo tenderiam a exercer um movimento crescente, no sentido de anular ou minimizar as características, *strictu senso,* autênticas da escola enquanto *lócus* da formação (sentido esse humanista e coletivista) e, ao mesmo tempo, reforçar a escola enquanto *locus* privilegiado de formação do cidadão trabalhador (este portador de sentido individualista, egoísta e competitivo), adequadamente capacitado, para contribuir, com a força de trabalho, para acumulação ampliada e sustentada do capital.

Assim se reconhece que uma das principais dificuldades que circunda esse tema está na própria apreensão das formas concretas e nas múltiplas contradições em que o capital e trabalho se manifestam, ou seja, as transformações que essas manifestações vêm apresentando ao longo da formação e consolidação capitalista, como modo de produção hegemônico e o embate que capital e trabalho assume no contexto educacional. Essa situação se torna evidente na apresentação das políticas e propostas educacionais que vêm sendo desencadeadas no Brasil.

Procura-se aqui, de forma geral, identificar e analisar algumas correntes e contribuições teóricas que procuraram dar conta da complexa e contraditória relação entre educação e trabalho, ou trabalho x educação no mundo capitalista , em particular, a formação capitalista.

Para melhor esclarecimento dessa natureza, iniciamos pelo papel da escola na qual se prepara a formação para o trabalho. Encontra-se nas referências utilizadas por Enguita uma melhor definição acerca do papel da escola frente ao mundo do trabalho. Por vezes a escola assume um caráter universal. A resposta dada à sociedade sobre essa questão é que na escola existe a socialização de forma conveniente e funcional.

> (...) o fazem não apenas a maioria dos estudiosos da educação- como o fazem seus agentes e seu público, salta aos olhos a necessidade de compreender o mundo do trabalho para poder dar a devida conta do mundo do trabalho. (ENGUITA, 1989, prefácio)

O sentido abordado pela autora está longe de ser uma exceção, na situação brasileira. Essa situação é contraditória para o sistema educacional. A falta de conhecimento sobre o trabalho e o mundo do trabalho gera dificuldades de toda a sorte. Os problemas ocorrem na formulação e/ou na falta de planejamento das políticas educacionais. Como já vimos, o sistema educacional não consegue manter um sistema regular de ensino para adultos trabalhadores e nem

responder às demandas tecnológicas, científicas e culturais para a Educação Profissional. Esse é um dos aspectos representativos da forma negativa que sobre formação profissional no Brasil foi-se estruturando.

Sob um outro ponto de vista, também negativo, está a formulação ideológica, presente nas relações institucionais educacionais do país. Existe um aparato entre infra-estrutura e base de produção que determina a super- estrutura, social, política e jurídica e, por isso se explica a ideologia dominante existente no sistema de ensino.

Esses argumentos estão presentes na escola de abordagem funcionalista O que está em jogo são os interesses presentes no modo de produção capitalista para os quais não interessa uma escola cidadã, crítica e democrática.

A escola que interessa ao sistema capitalista rompe com a idéia de comunidade, para se valer na idéia de sociedade como sendo uma expressão de classe. Uma escola que forma, que tem princípios socializantes, democráticos, não se insere na lógica do sistema capitalista. Representa na verdade potencial ameaça a sua ordem.

A educação como formação reflete na organização da vida do trabalhador. O atual contexto demonstra que o trabalhador tem poucas chances de manter-se na escola e, com muita dificuldade em concluir seus estudos.

A educação que visa a uma formação do trabalhador propõe propostas pedagógicas de democratização do saber, para o trabalho, de modo geral, serve também aos interesse do capital, há uma articulação fundante mediadora é o mercado de trabalho que, por características próprias, reforça e realiza a dicotomia e contradição existente, na mesma relação; entre o capital e o trabalho.

O modelo de educação desenvolvido no Brasil, utiliza-se da força do trabalho, que se baseia na polivalência, no aumento do nível de treinamento, na elevação da escolaridade, mas que de forma geral pouco qualifica e, muito menos dá acesso ao conhecimento científico, ao saber elaborado mais cognitivo e abstrato. Limitando-se a proporcionar ao trabalhador poucos requisitos de qualificação e alterações comportamentais, marginalizando uma boa parte dos trabalhadores.

É no contexto escolar que se vive uma parte importante do processo educativo, este espaço é responsável pela distribuição dos saberes e pela formulação de novos saberes, mas este não é o único espaço. Na educação capitalista a manipulação burguesa inibe a possibilidade de efetivação de um duplo processo, assim descrito por Claudio Salm:

> (...) Isto significa já ater-me ao duplo significado que a teoria marxista atribui à educação capitalista: educação como processo de adaptação ás relações existentes que assegura aos filhos da classe oprimida às condições de sua existência; e educação como arma na luta contra a opressão, como um instrumento moral e intelectual da jovem geração da classe oprimida, como base de organização do movimento socialista atual para o futuro socialista (SALM, 1980 apud SARTI, INGRID, 1979, p. 9)

No caso brasileiro, as propostas pedagógicas sobre a formação profissional têm procurado estabelecer uma relação entre educação e trabalho. Algumas escolas, ainda estão muito distantes de se apropriarem dos conceitos científicos elementares da ciência contemporânea e de consolidarem uma práxis que consiga se distanciar da prática laboratorial. Além do que, alguns espaços de formação profissional, não têm sustentação teórica ou metodológica.

Um outro olhar, que substancia o caráter da escola, parte do pressuposto que não há orientação pedagógica no desenvolvimento das práticas das escolas de formação profissional.

Gaudêncio Frigotto, um dos defensores desta abordagem, reflete nos seus estudos que o modo dominante de apreender revelado na educação e no trabalho, ainda está longe de ser adequado, mesmo nos quadros progressistas da educação para a formação. Nesta afirmação abaixo concebe-se essas dimensões elencadas por Frigotto:

> (...) a) uma dimensão moralizante, tão ao gosto da moral burguesa, onde o trabalho manual e intelectual aparecem como igualmente dignos, formadores do caráter e da cidadania ; b) uma dimensão pedagógica, onde o trabalho aparece como uma espécie de laboratório de experimentação- apreender fazendo: c) e, finalmente, uma dimensão social e econômica, onde os filhos da classe trabalhadora podem autofinanciar sua educação, nas escolas de produção. (FRIGOTTO,2002,p.16)

No papel assumido pela escola de formação profissional, geralmente verifica-se um viés entre educação e trabalho referente ao entendimento do processo educativo, pois considera-se que a transmissão do conhecimento só acontece na escola, onde o treinamento técnico está sendo transmitido.

Essa noção de que o conhecimento só acontece na escola é uma falácia, como afirma Kuenzer (1987, p.21): "(...) como se o processo de produção e reprodução do conhecimento ocorre-se no seu interior". O saber é socialmente produzido nas relações sociais, na escola, no ambiente do trabalho, no lazer. Acontece nas atividades de interação humana ou na natureza. O saber se constrói de forma coletiva e torna-se coletivo, recria-se, permanece, altera-se, enfim é vivido e construído.

Assim, a produção do conhecimento humano se concretiza em suas atividades práticas, ou melhor, na efetivação do seu trabalho, compreendido como toda forma de atividade humana, na qual o homem apreende, compreende e transforma, ao mesmo tempo, em que é modificado e transformado por ela.

A prática educativa é resultado do processo educativo social e historicamente construído ao longo das múltiplas relações entre os seres: nos confrontos diários, na permanente busca da ciência, na comunicação, no que se pensa e no que se faz, no que se inventa, no que se erra. Naquilo que é experimentado, discutido, descoberto e analisado:

> (...).concebendo a prática educativa como uma prática que se dá no interior da sociedade de classes, onde interesses antagônicos estão em luta, vislumbramos o espaço escolar como *lócus* onde se pode articular os interesses da classe dominada. Destacamos a prática social de produção da existência – as relações de trabalho- historicamente circunstanciadas; o trabalho humano, em suma, como o elemento da unidade técnica e política da prática educativa que articula interesses da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 1984, p.18)

A reflexão elaborada por Frigotto demonstra a consistência da realização das atividades práticas, exercidas por homens e mulheres, reafirmando o caráter comunicante que os seres humanos possuem no mundo. Bem como pela caracterização provocativa que incide o humano na sua forma de se comunicar. Considerando esse sentido e sua ocorrência, para a produção do conhecimento é necessário que haja um aprendizado, uma compreensão e uma transformação.

No que se refere ao trabalho essa seria a categoria em que constitui o fundamento para o processo de elaboração do conhecimento. O processo de produção do saber é construído historicamente e determinado. A escola é apenas uma parte deste processo. (MARX E ENGELS, s.d., p.24 a 27)

Assim como é também na escola onde ocorrem as desigualdades, onde ela se concretizam. O saber socialmente produzido é resultante de determinações realizadas pela hegemonia dominante. A teorização que se faz do conhecimento passa a ser representante de uma classe social, que o conhecimento produz a seu favor.

No caso das instituições escolares, a ciência oficial é passível de utilizações contraditórias. A classe trabalhadora, mesmo que participe, se mantém em desvantagens, pois não tem tido oportunidades de acesso aos instrumentos teóricos - metodológicos que possam lhes permitir-lhe uma avanço neste sentido.

O caminho que percorre a ciência em favor do capital é assustador. Segue o mesmo ritmo com pesquisas de ponta, na promoção de investigações científicas, no financiamento das pesquisas, na formação dos recursos humanos de alto nível e, principalmente, na privatização seus resultados. A apropriação do conhecimento é um dos trunfos que permite a produção e sustentação do sistema capitalista, na medida em que possibilita as condições técnicas para sua ampliação. Esse saber não é endereçado aos trabalhadores, não é com esses privilegiados que os trabalhadores disputam postos de trabalho.

Para os trabalhadores o direito a uma qualificação, muitas vezes, significa pertencer a uma escola fragmentada e por vezes submetida a um ensino excludente, minimizado. Dificilmente serão possuidores de conhecimentos científicos e de tecnologia de ponta.

A distribuição da educação é desigual e a escola contribui para que isso aconteça. O movimento democrático que a escola diz ter, ou seja, os princípios teóricos- metodológicos embutidos no processo educativo, não conseguem manter a classe trabalhadora na escola. No entanto é também no exercício do trabalho que se verifica uma possível apropriação do conhecimento, por parte do trabalhador, não de forma universal e nem consciente dos processos que envolvem a dinâmica e a organização do sistema produtivo.

O trabalho como categoria de emancipação do homem nas suas relações sociais se faz presente em todas épocas e contextos, mesmo que este possa se revestir de especificidades decorrentes ao modo de produção:

> (...) o trabalho se apresenta com um momento de articulação entre subjetividade e objetivação, entre consciência e mundo da produção, entre superestrutura e infra-estrutura, compreendidos como pólos da relação dialética que define o objeto como produto da atividade subjetiva articulada à atividade real, material (VARQUEZ, 1968, p.153)

Na noção de trabalho aqui verificada se reconhece a relação entre trabalho e educação, e que está acontece, ao mesmo tempo, na teoria e na prática, coexistindo, de forma reflexiva e ativa. Na atividade humana a ação e decisão se completam, desta forma, não existe atividade humana em que se separe o trabalho intelectual e do trabalho manual.

Tomando como base a ruptura entre trabalho manual e trabalho intelectual, é que se formula à consciência, de saberes distintos, ocupações diferenciadas, realizando consumo e produção, lazer e trabalho, conforme os indivíduos se determinam em classe.

Conforme Kuenzer; "*a educação para o trabalho se dá de forma diferenciada, a partir da origem de classe"*. A divisão de classe caracteriza e reforça que aos trabalhadores cabe o "saber manual" e que os intelectuais cabe o saber técnico- científico", o saber passa a ser separado nas relações sociais, promovendo a desqualificação e a desumanização e perdendo a característica humana de ser criativo e reflexivo na sua composição cada vez mais individualizada.

Ainda sob o ponto de vista da apreciação realizada por Frigotto pode-se entender que a escola não é apenas um aparato ideológico, reprodutor das relações sociais de produção capitalista.. A escola neste sentido como instituição, está á margem do movimento geral que faz o capital, a justificativa desta noção evidencia a escassez de vínculos da escola com o sistema produtivo. A evolução do próprio sistema produtivo avança em passos largos, enquanto a escola anda lentamente. Frigotto coloca:

> (...) Em suma buscaremos defender a idéia de que a separação entre infra e superestrutura é um exercício de exposição, e por isso, partiremos da exposição de que a escola, ainda que contraditoriamente, por mediações de natureza diversa, inseri-se no movimento geral do capital e, neste sentido, a escola se articula com os interesses capitalistas. Entretanto, a escola ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista, é ou pode ser um instrumento de mediação na negação destas relações de produção .Mas que isso, pode ser um instrumento eficaz na formulação das considerações concretas da superação destas relações sociais que determinam uma separação entre capital e trabalho, trabalho manual e intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho. (FRIGOTTO, 1984,. p24)

Frigotto considera para isso, que a escola se insere numa mediação, onde se configura o processo produtivo capitalista e o processo educativo. Evidentemente que a estrutura se dá numa sociedade de classes, onde vários interesses estão em jogo. Os conflitos entre capital- trabalho estão presentes nas relações. Na educação, os conflitos, seja na prática pedagógica, na metodologia adotada, nos recursos utilizados, se expressa uma relação de classes.

A expansão capitalista está no interior e na apreensão do processo produtivo e improdutivo e a prática educativa segue o mesmo movimento.

O problema que se coloca é histórico, a escola e as organizações de produção são espaços de dominação. E quem se coloca numa perspectiva de conflito, de resistência, procura a transformação social, encontra na escola um lugar para fomentação de atitudes, normas, conhecimentos, e a questionar a organização capitalista de trabalho. O saber, que possuí o trabalhador e a sua classe, ainda é algo intrínseco. Por mais que se queira, o capital não consegue expropriar este saber.

Na relação educação e trabalho, a razão da classe trabalhadora se organizar é garantir que seus interesses educacionais lhes dê acesso ao saber historicamente produzido, organizado e acumulado. A natureza emblemática em que a noção de trabalho está ancorado nas relações de produção, explica a estrutura dessa relação, cuja a base, se formaliza na contradição expressa na

sociedade atual, onde o econômico, o político e o ideológico “tendem” a convergir com um fim comum da subordinação ao capital visando seu reforço.

A escola coopera para reforçar a unidade das técnicas de produção, pelo processo expropriação no processo produtivo dos trabalhadores. A estrutura montada no sistema escolar, reforça a separação do trabalhador e das forças produtivas. O capitalismo separa o homem da ciência e do operário produtivo. No que se observa atualmente, os trabalhadores vêm procurando a escola como mecanismo de saída. E a escola em seu turno, legitima a hierarquização, quando recorre as qualificações, na divisão social do trabalho e quando instituí o valor as titulações, reforçando o modelo meritocrático capitalista.

Um dos desafios do sistema educacional hoje, é poder redefinir a função da escola na reprodução da organização do trabalho no processo produtivo. O desenvolvimento do sistema capitalista como modo de produção não está portanto unicamente no fato de que a forças de trabalho, desprovida da propriedade e das posses do meio de produção torna-se uma mercadoria. A relação está no controle do capital, na união da estrutura econômica. Na força do trabalho-mercadoria e os meios de produção. O que viabiliza esse processo é forma social da organização do Trabalho. (GOMEZ, 2002, p.47)

Está reflexão incide no argumento da problemática da relação educação e trabalho, na qual, o trabalho é assumido na sociedade industrial com uma mercadoria. Segundo Gomez:

> (...) a incorporação de tal tema no âmbito da educação constitui avanço em relação ao que se tem sido estudado até hoje. Ele remete ao próprio projeto histórico da classe trabalhadora de ter nas suas mãos, de coletivizar e controla os meios de produção. Esse projeto revolucionário, de luta política, mudança radical das bases do poder na sociedade (GOMEZ, 2002, .p.49)

È na realização do trabalho, como aprendizagem, em sistemas de ensino que é possível, apreender a forma e a organização do trabalho, os valores, as atitudes e os hábitos que são disseminados. Essas formas, nascem para desenvolver a pedagogia das relações capitalistas, ao assumir a divisão do trabalho enquanto resultado das novas formas de socialização do capital (FRIGOTTO,1983,p.20)

Na concepção gramsciana a relação trabalho e educação redefine a natureza relacional do trabalho e, reconhece nele o próprio modo de ser do homem no mundo, envolvendo as relações que perpassam a natureza realizando um movimento social, político, cultural, estético e artístico.

> (...) o trabalho é a própria forma do ser humano participar ativamente na vida da natureza a fim de transformar e a socializar. Daí sua proposta de uma escola única, única de cultura geral, humanística, formativa, que considere juntamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar de forma manual (técnica, industrialmente) e o da capacidade do trabalho intelectual (GRAMSCI,1967,p.141)

Segundo Arruda, é por meio do trabalho, que o homem produz também sua subjetividade e, tal concepção de trabalho " *envolve um percepção não -compartimentalizadora nem reducionista do ser humano*" enfim, ele concebe ao homem uma natureza em processo, pluridimensional, " *que vai se constituindo por meio do seu* viver e fazer e que vive, ao mesmo tempo, as várias dimensões de sua realidade corpórea, mental, intelectual, intuitiva, afetiva e espiritual" (ARRUDA,2002,p.69)

A educação e o trabalho, visto na atualidade, no âmbito da formação da cidadania, procura a questão da formação numa perspectiva integral, constituindo uma socialização

competente em que possibilita a participação social e uma qualificação para o trabalho. Uma concepção além dos limites impostos pela Teoria do Capital Humano.

A escola enquanto instituição, potencializará o saber através das relações sociais, tendo a clareza, de que a mediação dada pela educação é importante na supressão prática e material de exploração.

Com respeito ao papel do Estado na relação entre educação e trabalho, relação é impossível desconsidera-la, como ponto de apoio para as novas formas de utilizar e controlar a força de trabalho, assim como para seu barateamento e desorganização coletiva.

O Estado consegue garantir a flexibilização da legislação trabalhista, potencializando práticas de subcontratação e contratação temporária. Ao mesmo tempo que reduz sua participação na reprodução da força de trabalho em aspectos de funcionalidade social, como saúde, seguro desemprego, entre outros.

Além do que, o Estado cumpre a função a ideológica, argumenta o discurso da empregabilidade, em que o emprego qualifica e aparece como responsabilidade individual do trabalhador.

Hoje, as analises com vistas ao sistema produtivo, reforçam parâmetros de orientação e intervenção do Estado, tendo como preocupação o estabelecimento de critérios éticos para o funcionamento da economia, tendo como lógica o único meio de subordinar o individualismo da iniciativa privada aos interesses coletivos da sociedade nacional.

No que cabe ao sistema educacional brasileiro, a prevalência de um conceito de escola, onde se realize os interesses coletivos, sobre os interesses individuais. O Estado Nacional, como promotor de políticas publicas capazes de dar prioridade ao social na efetiva melhoria das

condições de vida da população, com crescimento e desenvolvimento, não ocorre sem que haja uma realização expressa pela vontade de política governamental.

Nas suas investidas, o capital, incorpora o progresso técnico, acumula um exército de incapazes e desqualificados, preserva uma relação de adequação técnica e modo de organização no mundo de trabalho que de maneira excludente gera escassez de trabalho. Segundo Furtado (1992), mudar a qualidade de suas "necessidades sociais"- é um processo que se remetendo ao Brasil, exige rupturas socioculturais.

Neste sentido, penso numa educação, voltada para a possibilidade de separar a dicotomia existente, reformulando o princípio do desajuste, procurando de forma imediata, colocar os trabalhadores fora da geração de excedentes na divisão social do trabalho, atendendo as necessidade culturais e de escolarização. Sob o controle dos aparelhos de Estado por classes comprometidas com integração da educação e trabalho.

Nesse sentido, a intervenção do Estado na organização da educação, como única instância capaz de garantir os recursos e de mobilizar os meios necessários a esses empreendimento.(KUENZER, 1987,p.69)

A resposta às questões levantadas devem ser observadas no contexto histórico. A formação necessária ao trabalhador, no seu sentido amplo, é determinante de tendências intrínsecas a luta de classes, na restauração social de uma nova ordem..

Em Marx, a referência a efetividade das lutas de classes e, das potencialidades revolucionárias inscritas na vida social se encarregam de demonstrar a superação de uma etapa de dependência a uma fase mais evoluída das forças dominadas.. (SAMPAIO JR,1999, p,232.)

> (...)Uma formação social nunca de desfaz antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela está pronta e novas relações de produção mais

> relevantes se impõem antes de estarem crescidas, no seio da sociedade antiga, as condições de existência material dessas relações. Por isso, a humanidade sempre se propõe apenas aquelas tarefas que pode resolver, pois a observação exata sempre revela que a própria tarefa nasce somente onde existem as condições materiais de sua solução, ou onde estas pelo menos estão em desenvolvimento. (Marx, 1966, p.15)

Na versão liberal de educação, a relação entre trabalho e educação representa um recurso didático, e o trabalho surge como um valor moral, ou simplesmente como preparação para o ingresso mercado de trabalho.

A concepção que procuramos apresentar aqui, como saídas mais concretas, filiam-se a uma proposta socialista, de uma escola unitária, voltada na união entre instrução e trabalho e, numa perspectiva do homem como ser completo, dotado dos princípios da ciência, e da tecnologia.

Está escola prevalece uma acentuada correlação do ensino com as questões sociais. Na formulação deste modelo de escola unitária defende-se o ensino politécnico, como sendo uma solução de eliminação dos problemas geradores da diferenciação e da desigualdade social.

Nos termos aqui apresentados, compreende-se por escola única, uma escola unitária do trabalho que tem como objetivo o desenvolvimento multilateral do ser. Este modelo de escola refere-se a uma situação hegemônica do proletariado. Sob as bases do sistema socialista realiza a emancipação geral; e do trabalho, porque é ele que dá o conteúdo necessário a unificação educacional.

Numa escola unitária se discute o currículo, promove o conhecimento técnico em consonância ao desenvolvimento humano. Os conhecimentos concretos vivos e atualizados sempre atrelado ao desenvolvimento técnico- científico.

Há uma sólida redefinição entre a estrutura, o conteúdo e os métodos numa relação orgânica (MACHADO,1989.p.11).

Segundo Kuenzer podemos encontrar na produção Marxista e nas contribuições de Lenin e Gramsci a discussão sobre a relação educação e trabalho presentes na escola única do trabalhador.

> (...) Na sociedade atual , a educação não tem condições de ser unificada; isto será possível quando forem eliminadas as causas que originam as diferenciações; que o processo de transição, no momento, as conquistas parciais são mediações importantes, enquanto significam a concretização de direitos e á construção das condições objetivas necessárias a transformação; A luta por conquistas parciais, a luta política deve articular à luta econômica; As reivindicações pela escola única devem ser concretas e inseridas na perspectiva da transição e da ruptura, uma vez que contém o embrião da nova escola, á medida em que o novo surge a partir do esgotamento do velho. (KUENZER, 1987, p.73)

Enfim, a capacidade entre educação e trabalho não guarda relações mediatas, as mediações dependem da mobilização e da capacidade organizativa de cada classe, através da mobilização coletiva e do exercício hegemônico. Tendo em vista, a escola de qualidade, sem ativismos e euforismos mediatistas.

Lembrando a escola soviética, tomada pelas massas trabalhadoras em 1917, na aliança entre camponeses e operários, esmagando as classes dominantes, os operários dirigem a transformação integral no interesse da vida das amplas massas de trabalhadores que a partir deste momento, não obedecem mais as leis de produção, independem a vontade humana (reino da necessidade), como coloca Pistrak:

> (..) As próprias relações de produção estão nas mãos do proletariado e são conscientemente dirigidas pela classe ditadora no sentido do bem comum (reino da liberdade) Todo o sentido expresso de uma revolução social, está em que todo processo até então escapam à vontade humana, passam a ser controlados por ela.” (PISTRAK, 2000, p.110)

Após a revolução social e cultural, o que de fato fica, está na escola e seria através desta que se chegaria revolução intelectual. O que no clássico sentido da revolução, a escola e o trabalho estão em um sentido geral em construção. A escola não é um sistema completo:

> (...) a participação no trabalho geral e, a existência de formas de trabalho específicas, incumbidas em ligar intimamente a escola a vida, o trabalho social da escola; a escola enquanto conjunto constituído, pode e deve ser coletividade de trabalho organizado... Considerando estes objetivos, definiremos, no interior e fora da escola e, a ciência como prática generalizada e sistematizada que orienta e complementa esta atividade, de forma que cada um possa ocupar o lugar que lhe cabe....o principal é que o trabalho e os conhecimentos científicos tenham o mesmo objetivo, que a prática generalizada e sistematizada pela teoria.... se quisermos atingir nosso objetivos pedagógicos por intermédio de sua unidade indissolúvel. (PISTRAK, 2002, p.113 a 115) (grifos nossos)

Procura-se aqui defender a promoção de um diálogo em torno da formação profissional, presente na relação entre educação e trabalho. O que permanece é um pensamento pedagógico que considera o vínculo desta questão, no processo de formação profissional atendendo de forma ampla o plano social, o envolvimento cultural. Onde também seja possível viabilizar o estudo e o trabalho mobilizados por ações políticas, fazendo parte de programas de formação integral do ser humano.

Os argumentos ainda incipientes, contribuem na assimilação e que a formação profissional atenda aos interesses dos trabalhadores, no que concerne a conquista de direitos educacional, na construção social dos indivíduos, na educação como instrumento científico e de viabilidade profissional. É importante também que se possa construir e reconstruir métodos pedagógicos que garantam a intervenção social dos trabalhadores- cidadãos como interlocutores de novas políticas educacionais voltadas para a formação profissional.

2.1 –Para uma Concepção Atual de Formação Profissional.

No Brasil atualmente o que se discute, para uma concepção de educação profissional, é a forma de poder que está sendo exercida na relação entre educação e trabalho no contexto político social e econômico. O rumo que a situação está tomando reforça a internacionalização desenfreada e a conseqüente diminuição da capacidade de soberania nacional.

O ponto de vista Gramsciano, ao se pensar na organização do poder das classes dominantes, ou no conjunto do bloco em que se aspire à hegemonia; como processo político, em que se possa "desobedecer" o sistema montado. Compreende-se a educação em articulação com vínculos do trabalho como princípio educativo.

A hegemonia desejada tem que passar do quadro das idéias e assumir uma situação de construção mais definida e estruturada, sendo o processo de dominação, dominado pelo consenso e, muito menos pela força.

A idéia que se coloca nessa perspectiva de concepção da formação profissional que já vem sendo tratada em vários escritos no Brasil durante os anos 80. È o princípio inicial da formulação que Marx e Engels e posteriormente reforçado pelas idéias de Gramsci,, sobre a politecnia.

Algumas discussões teóricas no período da velha república soviética, nos escritos de Lucília Machado (Politecnia Escola Unitária e Trabalho), nos princípios didáticos gerais que podem ser absorvidos pelas análises históricas e -críticas de Saviani. São indicativos de uma proposta que se vincula a concepção que pretendo abordar de uma formação profissional fundado na capacidade humana de realização e, na participação e mobilização visando as transformações sociais.

A escolha dessa concepção revela o caráter de inclusão de escolas que viabilizam uma prática na preparação de um tipo de formação adotada numa perspectiva de "omnilateralidade", presente na natureza e evolução humana. (FRIGOTTO, 1996. p. 206-207)

Em vários autores que desenvolvem seus argumentos a favor de uma escola unitária, encontramos sempre uma ligação e proximidade para a concepção de um escola politécnica, onde há o desenvolvimento da "omnilateralidade[15]."

Para resgatar este conceito na perspectiva do materialismo histórico- social nas relações sociais de produção e nas relações políticas, assumiremos uma concepção de escola, que estamos definindo neste estudo como sendo a escola adotada por Nosella, historiador do pensamento gramsciano[16].

A noção de ominilateralidade exprime a idéia de correlação entre: ética- política, a formação do homem na perspectiva ampla da desejada formação baseada na formação de escolas de trabalhadores. Ainda que em processo embrionários é possível verificar alguns avanços nas práticas educativas de escolas voltadas para trabalhadores. (NOSELLA, 1983 p.94)

Nos novos campos de atuação da educação de ensino profissional, prevalece o embate que tem como raiz a relação educação e trabalho. Os novos campos de atuação dos movimentos sociais e frações de classe emergentes estão presentes. A combinação dos vários interesses promove debates no campo teórico, na formulações de escolas para trabalhadores e de escolas de interesses de competência técnica e laboral.

[15] 'omnilateralidade" desenvolvimento das capacidades humanas.
[16] A noção de escola refere-se a todo tipo de organização cultural para a formação de intelectuais; essa organizações são criadas e sustentadas pelas diferentes práticas ou forças produtivas da sociedade. Nosella,1993,p.157-86)

Há disputa nas formas alternativas de educação de perspectiva socialista no cenário brasileiro ainda persiste, desde os anos 60, considerando seus altos e baixos, a sua intervenção mais abrangente chega com mais força nos anos 80.

Da mesma forma que estão em jogo os interesses da sociedade do conhecimento, há o interesse entre as categorias oriundas da teoria do capital humano como: da qualidade total, formação abstrata, formação polivalente, colocadas também, na égide da sociedade da exclusão.

Neste conjunto de interesses as formulações destas categorias evidenciam o plano tecnológico e o plano da competitividade, que têm origem dentro da reordenamento econômico e no novo padrão de valorização e ajustamento social.(FRIGOTTO,1996 p, 203)

No jogo dos interesses, a sociedade do conhecimento esconde a desigualdade entre os grupos e classes sociais, o monopólio crescente do conhecimento para uns poucos privilegiados e a apropriação desigual da riqueza e de renda.

Esse movimento ideológico também se expressa através das mudanças necessárias ao processo produtivo articulando os interesses da classe trabalhadora. Esses reajustamentos completam as propostas neoliberais que são colocadas como elementos da modernidade., e sob o manto flácido do disfarce, convênios, ações de colaboração, privatizações e parceria com o poder público privado. Ou seja, um verdadeiro desmonte das instituições educacionais. Na fragmentação e modulação da educação profissional.

No plano político- ideológico há um investimento dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e ONGs em propor novas práticas alternativas no plano político ideológico ético, teórico e prático com cursos surgindo em vários pontos do Brasil.

Os desafios estão postos desde a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada no governo de Fernando Henrique Cardoso em que se reedita a velha dualidade e fragmentação no campo da educação. Sobretudo na formação profissional acabando com sua especificidade e na vantagem acabar com os organismos que as coordenam

Além disso, a constituinte e a própria LDB, conseguiram minar uma conquista anterior, que viabilizava a gestão tripartite, onde se fazia valer a participação em conselhos gestores, o Estado, representantes dos empresários, sindicatos, movimentos sociais organizados (universidades e ONGS) na organização de planos de formação profissional , na implementação de projetos e práticas educativas voltadas para as necessidades dos trabalhadores (FRIGOTTO,1996 p. 204 a 205)

O percurso a que educadores comprometidos se propõe abraçar envolve um conceito amplo de formação. Reflete alternativas de igualdade, solidariedade e democracia que de forma geral, consiga aglutinar esforços dos diferente setores da sociedade para construir um educação politécnica.

Capítulo 3

O PERFIL DE DUAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: GÊNESE E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO CONSTRUINDO SABER (SP) E DO CENTRO TRABALHO E CULTURA (PE)

Neste capítulo são apresentadas duas experiências de formação profissional no Brasil: O projeto Construindo Saber no estado de São Paulo e o Centro de Trabalho e Cultura no estado de Pernambuco.

O Projeto de São Paulo, "Construindo o Saber" (CS), é uma ação realizada em escolas públicas. Reúne várias instituições: sindicatos, ONGs, representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais em várias cidades do estado de São Paulo e na região paulistana. Conta também com a assessoria técnica pedagógica de professores /pesquisadores da USP e da UNICAMP.

Para melhor esclarecer, apresentaremos um quadro geral do projeto Construindo Saber, que vem sendo desenvolvido em várias cidades do estado de São Paulo, Rio Claro, Franca, Limeira e em duas escolas estaduais na grande São Paulo. Em seguida apresentaremos com maior detalhe o projeto na escola Estadual Trajano Camargo (Limeira -SP) onde foi possível acompanhar as atividades e, onde foram realizadas as entrevistas e os depoimentos.

O Centro de Trabalho e Cultura, em Pernambuco (CTC), no Recife, já atravessa mais de três décadas. O CTC também tem um grande volume de participantes diretamente ligados a escola. São agências de cooperação internacional e nacional e tem parceira com a Prefeitura Municipal do Recife, ONGs, Sindicatos, representantes da sociedade civil organizada., universidades e SENAI. O conselho da escola é constituído por monitores, professores e ex-alunos.

A escolha dessas duas experiências ocorreu por dois fatores: i) o reconhecimento da contribuição de ambas nos locais de atuação e, ii) pelas especificidade que as distinguem em termos geográficos(duas regiões distantes), e de contextos históricos, econômicas, sociais e políticas diferenciados.

Além disso as duas experiências têm em comum, o fato de que expressam um compromisso assumido, voltado para a formação profissional de jovens e adultos trabalhadores. São práticas que ocorrem em paralelo ao sistema formal de ensino, estão em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e seu surgimento vem de coletivos sociais dos movimentos organizados.

Assumem um modelo de gestão colegiada; estão sempre realizando debates em diferentes espaços da educação e no trabalho, realizam fóruns permanentes com representantes de empresários e do poder público.

O coletivo escolar permite a participação e decisão dos representantes de diversos segmentos, nos encontros de avaliação e acompanhamento com os ex-alunos, sindicalistas e assessores ligados às universidades. Ambas também dependem de recursos do FAT- Fundo de Amparo dos Trabalhadores e dos convênios com o setor privado, governamental e não - governamental.

Essas escolas de trabalhadores ou para trabalhadores seguem uma abordagem teórica obtida muitas vezes mais com a experiência prática que a luz de teorias do conhecimento. Têm como pressupostos básicos a conscientização do trabalhador e sua valorização, o modo de vida e a cultura.

As escolas pesquisadas enfatizam os problemas imediatos do trabalhador na apropriação da aprendizagem técnica, como também do domínio científico das forças produtivas e, de forma ampliada, do conhecimento socialmente produzido pela humanidade. Procuram desenvolver uma mudança nas relações de trabalho e nas relações societárias no como *ser, pensar e agir* para transformar as instituições e a sociedade em geral.

3.1 O Projeto "Construindo o Saber"

O Projeto Construindo Saber, de Limeira (SP)[17] associa a recuperação da escolaridade à formação profissional. A iniciativa é desenvolvida nos espaços do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza –CEETEPS.

A concepção e o desenvolvimento do projeto de formação profissional está no Centro de Educação, Estudos e Pesquisas- CEEP. Fazem parte, além de sindicatos de diversas categorias profissionais ligados a Central Única dos Trabalhadores – CUT, tanto na capital São Paulo quanto do interior (Rio Claro, Franca, Limeira)

Os sindicatos das várias categorias profissionais do projeto de formação profissional representam motoristas e trabalhadores de transporte em SP, oficiais marceneiros de SP, metalúrgicos de Limeira, Rio Claro e região, trabalhadores marceneiros de calçados e vestuários

[17] Ver documento "Construindo Saber: Educação dos Trabalhadores pelos Trabalhadores"..SERT/CEETEPS/CEEP. São Paulo, 2002

de Franca, trabalhadores em entidades de Assistência ao Menor e a família de SP, sindicato dos vidreiros de SP, também participam a Pastoral Operaria Metropolitana, o Centro Educacional Comunitário SP Apostolo e a Associação de Funcionários do BANESPA (AFUBESP).

A escola de formação profissional é produto da concepção filosófica sobre educação que tem como pressuposto a educação voltada para trabalhadores. As idéias dessa concepção estão formuladas da professora Maria Nilde Mascallani.[18] .

No coletivo do Conselho de Escolas de Trabalhadores (CET)[19] a cooperação entre essas instituições nas diversas etapas de elaboração do projeto, resultaram na formatação da matriz curricular, no desenvolvimento dos itinerários formativos, na seleção dos alunos e professores, na seleção do material e acompanhamento/avaliação das atividades.

Para a existência dos cursos, o projeto também conta com o apoio da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho e com os recursos do FAT. No caso deste projeto a instituição receptora dos recursos do FAT é o CEFETPS.

A formulação dos cursos correspondente à profissionalização tem como referência a LDB 9394/96, o Decreto Federal 2208/97 e a Resolução nº1/200 CNE/CEB que estabelece diretrizes curriculares para educação de jovens e adultos, bem como a Legislação em âmbito estadual (CEE 09/2000- estabelece diretrizes para a implementação de cursos de nível Técnico no

---

[18] A construção do Saber pelo Trabalhador foi tema da Professora Maria Nilde Mascallani, que coordenou os ginásios vocacionais (Americana, Barretos, Batatais, São Caetano do Sul e São Paulo) atuou intensamente na elaboração do Projeto Integrar da Confederação Nacional do Metalúrgicos(CNM/CUT) e realizou também trabalhos no campo da educação formal e informal, na década de sessenta, no estado de São Paulo.

[19] O CET é composto pelas escolas CEEP - Centro de Educação, Estudos e Pesquisa/SP.CPA -Centro de Profissionalização do Adolescente/SP.O CECSPA_ Centro Educacional Comunitário SP. Apóstolo/SP. O CADTS - Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico e Social/São João do Meriti/RJ. Colégio Granham Bell/RJ. Colégio Metalúrgico/RJ. A Escola Técnica José Mesquita/Porto Alegre/RS. A AST (Ação Social Técnico) "Tio Beijo" da cidade de Belo Horizonte – MG e o CTC (Centro de Trabalho e Cultura) da cidade de Recife – PE.

Estado de São Paulo; CEE 09/2000 e CEE 08 e 11/2000, estabelecem diretrizes para a implementação de cursos de educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo).

As Leis e Resoluções colocam a educação profissional dentro de novas perspectivas que possibilitam outras formas de atuação, atendendo à flexibilidade exigida pelas características e necessidades dos alunos. Como também, o próprio Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais- CEETPS em seus Títulos III (a Organização Didática) e IV (o regime Escolar) que regulamenta as possibilidades desencadeadas pela Lei maior da Educação Nacional. (Moraes,1999,p.2)

A experiência educacional do Projeto *Construindo o Saber* teve inicio em 1999. No total, foram oito turmas de Ensino Fundamental que funcionavam nas escolas técnicas estaduais: ETE Júlio Cardoso (Franca), ETE Trajano Camargo (Limeira), ETE prof. Armando Bayeux da Silva (Rio Claro), ETE Martin Luther King e ETE Prof. Aprígio Gonzaga em São Paulo. Desde o seu início até 2001, o projeto de formação profissional atendeu mais de 600 alunos.

No ano de 2000, cerca de trezentos alunos conseguiram concluir o supletivo profissionalizante. Já em 2001, atendiam-se cerca de onze turmas, no ensino médio e no ensino fundamental, nove turmas com cursos profissionalizantes –cada uma dessas turmas com cerca de 25 a 30 alunos.

Na cidade de Limeira, em particular, foram atendidos cerca de 270 alunos trabalhadores, durante os três anos de cursos de formação profissional . Em todo o projeto aconteceram desistências e, por um período de quatro meses, houve um retardamento dos recursos do FAT , cabendo ao CEETEPS financiar os cursos por alguns meses sem direito a reembolso.

Para a nossa dissertação, escolhemos a escola de Limeira para ser estudada como modelo de experiência de formação profissional. Dessa forma, a referência à escola de Limeira subentende-se como a uma ação do projeto CS.

O projeto CS se constitui numa prática formativa diferenciada, propiciando acesso à escolarização em nível de conclusão de Ensino Fundamental (5ª a 8ª series) no curto tempo de 15 meses ou 1.320 horas. Desta carga horária, a Base Nacional Comum é de 1.080 horas, completada com 120 horas com uma língua estrangeira moderna, compondo as 1.200 horas mínimas exigidas pela Legislação vigente. A parte diversificada da organização curricular se completa por componentes profissionalizantes num total de 120 horas, que serão desenvolvidas articuladamente com a educação geral.

Os cursos estão divididos em três módulos, com duração de 20 semanas, ou um semestre cada um, correspondendo as três séries do Ensino Médio. Como se trata de cursos para Educação de jovens e adultos em conjunto com a formação profissional, ao final, os alunos recebem certificados de conclusão do ensino médio ou da qualificação profissional cursada.

O projeto como preocupação ampliar os conhecimentos dos alunos trabalhadores, no processo de produção, em conformidade com os conhecimentos adquiridos na escola. Os alunos participaram na escolha dos cursos profissionalizantes. Alguns cursos escolhidos pelos alunos foram os de informática, agente comunitário de saúde, auxiliar administrativo, eletricidade predial e residencial, montagem e manutenção de microcomputadores.

O principal objetivo está na constituição formativa do trabalhador -cidadão. Se fez necessário caracterizar quem seriam os alunos trabalhadores desses cursos. Foi feito um levantamento com os sindicalistas e coordenação do CEEP.

Nesse levantamento houve desdobramentos importantíssimos. Constatou-se por parte dos professores que alguns alunos apresentavam dificuldades de ordem motora, que criavam problemas na escrita; outros, de ordem emocional, como por exemplo timidez que interferia na oralidade. Observou-se, além disso, que os alunos trabalhadores, consideravam o professor como único detentor de saber e da capacidade de transmitir conhecimentos.

Houve também uma preocupação com o perfil dos professores que atuariam nesses cursos. A assessoria responsável apostou na formação individual e na seleção dos conteúdos mais significativos da vida dos trabalhadores. Trabalhou-se com métodos interdisciplinares. Todos os professores participaram das atividades didáticas. A intenção dessa metodologia era a de minimizar o distanciamento entre as diversas áreas do conhecimento, sem no entanto diminuir a importância que cada uma tem na construção social do conhecimento.

Para acompanhar o andamento das escolas de formação profissional os participantes se encontravam mensalmente para discutir e propor assuntos referentes à relação com os alunos, às escolas enquanto estrutura de ensino e à participação dos sindicatos.

Na elaboração dos cursos de formação profissional contou-se com a contribuição da pesquisa metodológica desenvolvida sob a coordenação da Profª. Carmem Lúcia Vidigal de Moraes, da Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa possibilitava caracterizar o perfil necessário dos cursos baseados nas pesquisas de emprego/desemprego e, também a luz das mudanças ocorridas nos perfis ocupacionais dos trabalhadores, no que corresponde a base dos itinerários formativos,[20] constituindo-se na metodologia de trabalho. A organização dos cursos, se dá por módulos flexíveis, seqüenciais e progressivos.

[20] Para entender melhor os itinerários formativos ver pesquisa coordenada pela professora Doutora Carmem Lúcia Vidigal de Moraes, 1999/2000

A divulgação inicial dos cursos em Limeira, aconteceram através de panfletagens em portas de fábricas e nas diferentes manifestações sindicais. A procura inicial, para a inscrição nos cursos em grande número era feita pelos metalúrgicos, posteriormente, após grande divulgação via oral, houve a necessidade de ampliação, pois surgiram muitos candidatos.

Equipe de Professores- “Construindo Saber”- Limeira. SP

Observa-se que nos cursos de formação profissional, vários dos alunos pertencem aos quadros dos sindicatos e de participam de diversos movimento sociais, isso facilita a discussão e a seleção dos temas para o currículo instituído na escola e, além de favorecer a discussão sobre as questões relativas ao mundo do trabalho. Sobretudo, as freqüentes questões sobre processo de produção, e quais os conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos a serem abordados.

As escolas do projeto construindo saber, procuram integrar projetos de geração emprego e renda, procuram desenvolver metodologias que abordem o cooperativismo, associativismo, micro- empreendimentos em redes de auto- gestão. Estão sempre recorrendo a alternativas atuais

de capacitação profissional e no trato com o conhecimento, para os trabalhadores empregados ou desempregados.

Selecionamos alguns dos objetivos específicos do Projeto CS, reconhecendo que estas estão inteiramente relacionados ao momento de construção e implantação do projeto:

- possibilitar o aluno trabalhador a uma formação geral crítica e cidadã e condições em nível de uma melhor formação profissional;
- capacitar trabalhadores desempregados e de baixa escolarização para inserção ou re-ingresso no mercado de trabalho; bem como, prepará-los para participar de forma ativa, nos projetos de construção coletiva de alternativas econômicas de produção associadas (ex. cooperativas e empresas auto geridas);
- contribuir para a elaboração de metodologias inovadoras de ensino e para o avanço conceitual no campo da formação profissional; e
- consolidar uma experiência inovadora na área de educação profissionalizante mantendo o intercâmbio com outras atividades públicas e privadas, no sentido da socialização e divulgação dos avanços concretos obtidos. Em termos específicos, disseminar essa experiência através do Centro Público de Vila Formosa junto à outra entidade para a sua utilização e, consequentemente, contribuir para a construção de políticas públicas na área de formação profissional.

Alunos CS- Limeira- SP

3.1.1. Organização Curricular CS. Limeira

A estrutura curricular do projeto CS, baseada na estrutura Nacional Comum, aborda as seguintes áreas do conhecimento:.

- Linguagem e representações (língua portuguesa, artes e matemática)
- Sociedade e cultura (História, geografia, trabalho e cidadania)
- Ciências e tecnologia (ciências físicas e naturais, programas de saúde)
- Preparação para o trabalho (formação profissional).

Com relação especificamente aos cursos oferecidos, merecem destaque os de Torno CNC; de Informática; e o de Eletricista residencial. Estes cursos têm uma duração média de 100 horas e um quantitativo entorno de 30 alunos por turma..

Os projetos voltadas para pesquisas bibliográficas e de campo envolvem, sobretudo a temática trabalho e cidadania. A proposta desenvolvida para a formação profissional do projeto CS envolve objetivos diversos, a saber:

a) oferta diversificada, com a organização dos cursos respondendo às necessidades dos alunos e demandas específicas da realidade local;

b) integração entre formação geral e formação profissional, compreendendo componentes curriculares relacionados a formação geral (ensino fundamental) que devem ser desenvolvidos com indiscutível qualidade (técnica e cidadã);

c) formação técnica .constituída de conteúdos gerais e específicos;.

d) conhecimentos gerais desenvolvidos de modo a complementar e integrar os conteúdos específicos da profissionalização;

e) incorporação de elementos de cidadania e de leitura crítica da realidade;

f) difusão de cursos de informática; e

g) introjeção dos princípios da organizações solidária e do cooperativismo.

Estudo do Meio Ambiente. Escola de CS. Limeira

3.1.2. Organização Política CS. Limeira

A escola projeto CS de Limeira, assim como as outras escolas deste projeto existentes em outras cidades do estado de São Paulo, surgiram basicamente das necessidades apresentadas pelos sindicatos, movimentos e organizações sociais que, no interior de suas organizações e no coletivo da sociedade vislumbram melhores cursos voltados para trabalhadores. Tendo à preocupação de que no coletivo houvesse a participação direta dos próprios trabalhadores, integrados no processo de elaboração e criação.

Muitos dos alunos têm vínculo com o sindicato de metalúrgicos ou fazem parte de organizações do comércio local de bijuterias.

Há discussões que envolvem o mundo do trabalho, as relações trabalhistas e a cultura do trabalho. No processo temático sobre cidadania e trabalho, há uma grande participação, considera-se as críticas, os pontos de vista e as referências partidárias. Como também, são apresentadas as interferências possíveis de transformação, as situações problemas, sem que se perca de vista, o ponto de partida; a classe trabalhadora.

Formação do grupo de professores- Limeira. SP

3.2. O Centro de Trabalho e Cultura (CTC) - Recife -PE

O Centro de Trabalho e Cultura, de 1999 à 2001, nos seus diferentes cursos já atendeu cerca de tem 1.802 alunos.

O objetivo do CTC é a realização de cursos profissionalizantes, voltados para áreas consideradas de grande potencial local de emprego.

O Centro de Trabalho e Cultura, desde sua fundação, trabalha com o processo de conscientização, os valores, o modo de vida, a cultura e tem como preocupação a formação profissional de jovens e adultos trabalhadores.

Ao longo dos anos o CTC vem construindo uma educação política voltada para o interesse profissional do aluno trabalhador.

Alunos no pátio - Semana intensiva de matemática e português. CTC. Recife

Para ser um aluno do CTC, segue-se alguns pré-requisitos, o primeiro é necessário que seja um aluno indicado por outro, ou seja, por um ex-aluno O segundo passo, é a entrevista e posteriormente um teste simples de matemática e português básico/elementar.

A seleção leva em consideração três aspectos para o candidato ser selecionado para um de seus cursos: a possibilidade do aluno utilizar o que foi aprendido durante o curso, ou seja, se o que o aluno irá aprender na escola, será utilizado posteriormente. As necessidades pessoais e familiares do candidato e os conhecimentos na área de cálculo e língua portuguesa.

Assembléias. CTC- Recife. PE

O CTC teve uma grande contribuição na história da classe trabalhadora nordestina. O Centro entra no cenário Pernambucano desde 1963. Sua fundação vem sob a solicitação da Coordenação Estadual do Movimento de Educação de Base (MEB) que reconhece no Recife, um pólo de experiências exitosas em Alfabetização de Adultos, no caso, refere-se a experiência do Movimento de Cultura Popular (MCP).

Como também, por conta de outros aspectos favoráveis de investimentos em outros campos de trabalho e ensino, como o cooperativismo e a capacitação profissional. No período, não foi possível a implementação do sistema cooperativista. Por está circunstância cria-se 1964 o Centro de Aprendizagem Profissional (CAP)

O CAP é criado com à ajuda da Juventude Operária Católica- JOC, onde se formula uma proposta urbana inspirada nas experiências francesas de Comunidade e Trabalho e Cooperativas de Produção. Em 1966 há uma interrupção por meio da ditadura militar.

As atividades ligadas ao CAP resistem, juntam-se em seguida a um órgão independente da Igreja católica, ao que vem a ser hoje em dia chamado de Centro de Trabalho e Cultua.

Hoje o CTC é uma ONG, recebe a colaboração de organismos internacionais e nacionais. Sua filosofia consiste em ser o centro um lugar de Produção de conhecimento e aprendizagem profissional. Constituindo-se um lugar de interesse imediato ao trabalhador na busca da aprendizagem profissional e, ao mesmo tempo, garantindo-o incluso socialmente.

O CTC acredita que discute o papel do trabalhador na construção da sociedade. Este dilema é constante na discussões políticas do CTC .

O grande desafio proposto pelo CTC no âmbito das transformações sociais é conciliar o saber técnico eficaz com uma educação como prática de liberdade, em que haja trabalhadores conscientes e responsáveis socialmente.

Aula prática. Marcenaria. CTC. Recife. PE

Os cursos do CTC procuram manter qualidade, um nível crítico que possibilite aos alunos interpretarem as relações existentes entre capital e trabalho.

O Centro de Cultura e Trabalho, em seus 35 anos, já pode desfrutar de uma metodologia própria. Possuí publicações técnicas no campo das escolas de formação profissional e dispõe de registro de suas experiências profissionalizantes, além de material abordando a educação política dos trabalhadores.

A educação política, presente no CTC, está embutida no modo de fazer educação profissional. A elaboração deste material surge a partir de sua participação no Conselho das Escolas de Trabalhadores, em 1979 e, por iniciativa do CTC junta-se a outras escolas no Rio de janeiro, São Paulo , Minas Gerais e Bahia.

Na época, a escola começava a desenhar uma metodologia baseada nas experiências dos monitores populares que em meio aos embates de oposição sindical e política, começam a pensar numa educação voltada para as necessidades dos trabalhadores. do Recife.

Neste período começa-se a experimentar uma metodologia, que hoje se chama-se "Criação do Saber ".

Os objetivos escritos nos documentos do Centro e na prática adotada, revela-se uma preocupação abrangente, que ultrapassa a formação de mão-de-obra para o mercado capitalista. Algumas das diretrizes adotadas pelo Centro de Trabalho e Cultura:

- propiciar aos alunos- trabalhadores competência na sua profissão e prepara-los para criar novas relações de solidariedade, justiça e companheirismo, que assim, superem as relações de exploração e dominação capitalista; conquistar a cidadania pela

educação profissional do trabalhador pela preparação e luta por outro tipo de relação de trabalho e integração social; e

- transformar os modos de sentir, pensar, querer e agir pela educação, através do conhecimento ou transformação das pessoas, sabendo que o conhecimento está em função da transformação das instituições e da sociedade em geral .

A realização do cotidiano escolar do Centro de Educação e Trabalho seque algumas etapas de organização.

Toda a vivência prática do CTC, vem à partir da metodologia "Criação do Saber". A concepção deste pensar se inicia desde a seleção dos alunos à realização dos cursos de formação profissional para jovens e adultos.

Para todos os alunos, no início do ano, é feito um trabalho que se chama nivelamento. Ocorrem através de oficinas de matemática e português. depois os alunos vão para as áreas específicas, na qual se matriculou.

Na rotina diária do Centro se destaca o jeito de se fazer. Os alunos vão se inserindo na prática. No primeiro semestre há uma discussão, sobre a administração da caixinha. A caixinha é um subsídio de recolhimento em dinheiro. Mensalmente alunos e monitores contribuem com o que se pode, não existe um valor estipulado.

Esse recurso serve para organizações de festas de conclusão, ou para empréstimo para alunos que estejam passando por algum tipo de dificuldade. Cabe ao aluno, dentro de suas possibilidades, devolver o empréstimo. Até então nunca houve nenhum problema com relação ao uso desta caixinha.

Alunos responsáveis pela alimentação da semana. CTC. Recife. PE

É também no inicio do ano e, decidido pelos alunos do ano anterior, qual será o valor da taxa (fundo) para comprar o material do lanche, da farmácia e da limpeza.

No CTC há um refeitório em que se prepara e vende-se os alimentos para os alunos, monitores, professores e visitantes. Há uma cozinheira no local que prepara o alimento.

O custo dos alimentos, ou das refeições é pago pelo valor escrito na tabela de preços (é sempre o valor de custo) o alimento fica exporto, o aluno escolhe, pega e deposita na caixa e, caso tenha troco, o aluno mesmo o retira seu troco.

Cada semana os representantes de turma, junto com a cozinheira anota o que foi consumido, desperdiçado e o quanto se tem em caixa. Assim segue uma dinâmica de acompanhamento.

Aulas práticas - CTC- Recife -PE

Um outro momento é a participação dos alunos na organização da limpeza (faxina) no ambiente físico, é feito um calendário, as turmas são responsáveis pela administração e execução semanal.

Quanto as atividades recreativas, esportistas e de lazer são combinadas no coletivo e vão sendo apreendidas e desenvolvidas por parte dos alunos, monitores, é assim que se constitui a prática, a metodológica da "Criação do Saber". O aluno que entra no CTC, no inicio do ano fica sabendo de toda essa dinâmica, através dos próprios alunos.

A metodologia "Criação do Saber", não se resume a uma mero domínio de um conhecimento científico ou a técnicas eficientes de manejo instrumental. "*O Centro de Trabalho e Cultura parte do pré- suposto de que o saber é criado. Não é algo eterno, caído do céu e transmitido para quem sabe e para quem não sabe.* Não há verdade escondida a ser descoberta, a criação ou recriação do saber se dá no intercâmbio ou no confronto dos diferentes modos de sentir /pensar /querer/agir."(SALES, 2002, p.35)

As considerações para se vivenciar o processo de "criação do saber", são desenvolvidas à partir da Plataforma do Conselho de Escolas de Trabalhadores, por monitores do Centro de Trabalho e Cultura, no ano de 2001, considera-se:

a) A valorização das experiências que cada um traz ou adquire;

b) A dismistificação do conhecimento e da carga de poder que a ele se associa;

c) A construção conjunta e intercomplementar das habilidades, conhecimentos e condutas, levando-se em conta as diferenças;

d) A gestão democrática do processo educativo: a construção da autonomia, o exercício do poder compartilhado e a invenção de novas formas de representação; e

e) A responsabilização e o envolvimento dos alunos e ex-alunos em relação ao empreendimento social no qual de constitui o CTC.

Anualmente são cerca de mil trabalhadores que procuram o Centro para se inscreverem nos cursos oferecidos, com o objetivo de vivenciar uma experiência político –pedagógica.

3.2.1. Organização Curricular

Faz parte da proposta curricular organizativa do CTC a vivência da "Criação do Saber", na proposta pedagógica parte-se do princípio de que o programa não está pronto e acabado.

Os processos metodológicos utilizados pela equipe do CTC na educação de adultos e na educação de jovens adolescentes permite que o coletivo promova o processo de aprendizagem na troca incentivada dos conhecimentos adquiridos - ou através atitudes decorrentes da ação e da

criatividade. Uma grande preocupação expressa no CTC é que o conhecimento aconteça imprescindivelmente, seja de forma cidadã ou no campo profissional.

Os conteúdos que são desenvolvidos no CTC não separa o conhecimento da dimensão social da vida. Existe toda uma preocupação permanente para que os alunos despertem a criatividade, possam expressá-las, possam descobri-las e ao mesmo tempo agir, ao seu favor. Por isso, se preza tanto no CTC, a organização. Os alunos são protagonistas de suas vidas, por isso as características da "Criação do Saber" são premissas básicas à serem consideradas no trabalho pedagógico do CTC.

Alunos em sala de aula - CTC- Recife- PE

Algumas considerações devem ser levadas em conta para entender como se organiza e funciona a instituição CTC, a saber:

1. Os monitores são na sua maioria ex-alunos formados pelos cursos do CTC, alguns com formação técnica em CEFETTS) e outros com formação universitária;

2. Os programas dos cursos são entregues aos alunos no primeiro dia de aula, podendo ser reelaborados em função: do tempo, do ritmo, da capacidade e do querer de seus participantes, bem como, das complexidades dos temas a serem estudados;

3. No início, todos estudam os conteúdos necessários da matemática e da língua portuguesa. Na matemática os alunos passam a trabalhar e a reaprender as operações básicas, números naturais e números decimais, situações problemas para o desenvolvimento e treino do raciocínio lógico. Na língua portuguesa, o estimulo a leitura e compreensão de textos visam melhorar a compreensão de textos complexos e técnicos;

4. Nas oficinas culturais trabalha-se com artes plásticas, cênicas, danças populares vídeos, literatura de cordel, música e desenhos em quadrinhos;

5. O programa dos cursos profissionalizantes do CTC possuem uma carga horária maior que outros cursos similares;

6. A avaliação acontece ao longo do processo de aprendizagem. Os alunos participam colocando suas idéias a cerca da temática desenvolvida. A avaliação no CTC é um instrumento para saber em que medida a concepção, objetivos e as dimensões da "Criação do saber " estão sendo transmitidos no cotidiano. Pensa-se: "como devem ser realizadas e o que não deve ser realizado"; e

7. Os monitores também são avaliados mediantes a sua contribuição na elaboração dos conteúdos significantes e específicos da área trabalhada em sala, sobre sua contribuição na formação do trabalhador responsável e consciente de sua condição.

3.2.2. Organização Política

A formação política tem um papel fundamental no trabalho social, econômico e histórico do Centro de Trabalho e Cultura. Está presente como atividade rotineira e como movimento educativo. O CTC procura discutir a história sob o ponto de vista da classe trabalhadora, além de discutir temas da atualidade e do interesse dos alunos.

Durante todo o ano letivo, as quartas-feiras é o momento reflexão teórica, a formação política dos jovens acontece durante o período da tarde e, para os adultos à noite. O Centro, compreende que está atividade possibilita ao aluno refletir e ter uma visão crítica de sua condição de trabalhador, sobre a conjuntura política, social e econômica, procurando ver quais as formas e saídas de intervenção que se possa ter nos espaços de convívio considerando valores como: solidariedade e justiça.

Seque baixo, a título de ilustração, o quadro com a Programa de Formação Política do Centro de Trabalho e Cultura para o ano de 2001. A escola a cada ano, conforme a avaliação dos alunos e monitores realizam algumas alterações, mas na essência a estrutura programática não sofre grandes mudanças.

Alunos em atividades práticas. CTC. Recife. PE

PROGRAMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA – ADULTOS – 2001		
ASSUNTO	DATA	CONVIDADO/MATERIAL
1. "Brincando e Frevando pela Paz"	21/02	Ato Público MMR
2. Dia Internacional da Mulher	07/03	Teatro Fórum Aluno – no pátio
3. Criação do Universo – Big Bang	21/03	Visita ao Observatório Torre de Malakof
4. Dia Nacional de Luta dos Estudantes	28/03	Passeata da UMES – Todos os Alunos
5. Início da civilização	04/04	Filme: "Guerra do fogo"
6. História do nascimento	11 e 12/04	Visita ao arquivo público
7. Discussão sobre a Pesquisa	18/04	Monitores
8. Construção da árvore genealógica	24/04	Monitores
9. Protesto com o MNMNR 1º de maio	27/04	Alunos e monitores
10. Apresentação da Árvore genealógica	02/05	Monitores
11. Adolescência (passado e hoje)	10/05	Pesquisar décadas (40,50,60,70,80 e 90)
12. Adolescência (continuação)	17/05	Preparação das apresentações
13. Adolescência (continuação)	23/05	Apresentação no páteo
14. Pré-história	30/05	Pesquisa em sala de aula
15. Sistema Feudal	07/06	Pesquisa e preparação de maquete
16. Sistema Feudal	13/06	Preparação de maquete
17. Sistema Feudal	20/06	Apresentação e exposição das maquetes
18. Festa de São João	26/06	Equipe do cotidiano
19. Avaliação interna dos cursos	04 e 05/07	Monitores
20. Mercantilismo até colonização	24/07	Monitores
21. Índios	28/07	Filme: "a missão"por turma da sala/vídeo
22. Revolução Industrial- capitalismo	02/08	Filme "Daens, um grito de justiça" sala/ vídeo
23. Criação de uma sociedade	17/08	Monitores
24. Criação de uma sociedade	29/08	Monitores
25. Socialismo Teórico	06/09	Monitores
26. Socialismo -Teórico	12/09	Monitores
27. Gênero	19/09	Filme:" TV corpo"
28. DST/AIDS	27/09	Alunos da GESTOS- ONG-Beto
29. Avaliação Geral do Curso	25/10	Todos no pátio

Capítulo:4.
O PENSAR E O AGIR DOS ALUNOS A CERCA DA FOMAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, num esforço de compreensão da realidade concreta, procedeu-se a uma análise do perfil dos alunos integrantes dos cursos objeto de investigação deste estudo e da percepção que estes têm do papel do aprendizado na formação profissional e do fortalecimento da cidadania.

È, pois, uma tentativa de entender quem são os alunos participantes destes cursos e de buscar compreender - como contraponto a concepção e expectativas institucionais, nos termos abordados no capítulo anterior - qual o real sentido que os processos de formação estão sendo desenvolvidos e vivenciados (profissionalmente e socialmente) por estes sujeitos centrais do processo.

Como parâmetro de análise tomou-se como base as informações levantadas a partir da aplicação de questionários realizados junto aos alunos das escolas[21] e a nossa própria interpretação considerando-se algumas reuniões realizadas diretamente junto aos alunos.

Segundo os dados registrados, os alunos da escola de formação Construindo o Saber da cidade de Limeira. SP, possuíam o seguinte perfil: tratavam-se de alunos trabalhadores; grande parte composta de casados com dois ou mais filhos; residentes em sua maioria na cidade; com emprego formal também na área urbana próximas; e auferindo uma renda mensal média de três salários mínimos (variação de R$ 500,00 a R$700,00).

Com relação a escola Centro de Trabalho e Cultura da cidade do Recife-PE, verificou-se o seguinte quadro: a maioria dos alunos eram residentes da Região Metropolitana do Recife,

portanto, moravam longe da escola; praticamente todos trabalhavam no setor industrial; e percebiam uma renda mensal média de dois salários mínimos, sendo que doze dos entrevistados indicaram ganhar entre R$ 400.00 e R$500.00 e um receber R$ 800.00.

Com relação a distribuição de gêneros e da faixa etária dos alunos, como pode ser observado na tabela 1, constata-se a seguinte situação nas escolas:

Os alunos são em sua maioria homens e estão em uma faixa etária média entre 25 à 35 anos. São geralmente filhos da classe de trabalhadores do ramo da metalurgia ou de outras a atividades manuais. Encontramos tanto na escola de Limeira quanto na escola do Recife, cerca de 20% de alunos que têm parentes diretos como: pais e filhos com um nível médio de ensino, cerca de doze anos ou mais de processo de escolarização.

Tabela 01
CTC (RECIFE) E CS (LIMEIRA) (1)
Faixa de Idade dos Alunos Entrevistados (2)

Faixa de Idade	Escola Limeira		Escola Recife	
	Alunos	(%)	Alunos	(%)
20 a 30 anos	17	21,3	40	56,3
acima de 30 a 40 anos	36	45,0	25	35,2
acima de 40 a 50 anos	25	31,3	2	2,8
acima de 50 a 60 anos	2	2,5	0	0,0
não respondeu	0	0,0	4	5,6
TOTAL	80	100,0	71	100,0

Fonte: Pesquisa Direta
(1) CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e CS (Projeto Construindo o Saber)
(2) Foram consideradas 80 entrevistas na escola CTC e 71 entrevistas na escola CS, de um total de 100 questionários aplicados em ambas as escolas.

[21] De um universo de cem questionários aplicados em cada escola: 80 alunos da escola Construindo o Saber" de Limeira-SP responderam as questões, enquanto na escola "Centro de Trabalho e Cultura" de Recife-PE responderam 71.

Comparando a idade dos alunos do CTC com a idade do alunos da escola de Limeira, constata-se que primeiro caso encontram-se estudantes com idades na média bem abaixo do segundo.

O fato dos alunos do CTC participarem do processo de formação profissional na sua maioria com idades entre 20 e 30 anos (mais de 56%) - faixa etária em que ocorre as etapas fundamentais de primeira inserção e de consolidação no mercado de trabalho - sugere que se trata de um público-alvo constituído por indivíduos que necessitam um melhor nível de qualificação visando a ampliação das oportunidades de empregabilidade.

Por outro lado, o fato de 45% e 31% dos estudantes do Projeto Construindo o Saber estarem respectivamente nas faixas dos 30 a 40 anos e 40 a 50 anos, suscita o contexto de que se trata de um conjunto de alunos especialmente representados por indivíduos que participam do processo de formação visando a requalificação/atualização profissional, e, no limite, revela uma estratégia de garantia da empregabilidade, em faixas etárias em que, em tese, dever-se-ia estar profissionalmente estabilizado.

Esta perspectiva pode ser também identificada quando se analisa o número de anos em que o aluno ficou afastado dos estudos no momento em que decidiu ingressar na escola. Como pode ser notado nos dados da tabela 2. Dos 49% alunos do CTC de Recife e 20,4% dos alunos da escola do projeto Construindo o Saber de Limeira estavam afastados até 6 anos dos estudos; sendo que no conjunto dos alunos desta última escola 60% estavam afastados de 10 a 30 anos dos estudos.

Tabela 02
CTC (RECIFE) E CS (LIMEIRA) (1)
Número de Anos de Afastamento dos Estudos pêlos Alunos (2)

Anos de Afastamento	Escola Limeira		Escola Recife	
	Alunos	(%)	Alunos	(%)
Até 3 anos	7	11,9	12	24,5
Acima de 3 até 6 anos	5	8,5	12	24,5
Acima de 6 até 10 anos	11	18,6	17	34,7
Acima de 10 até 20 anos	25	42,4	8	16,3
Acima de 20 até 30 anos	11	18,6	0	0,0
TOTAL	59	100,0	49	100,0
Não Responderam	21		22	

Fonte: Pesquisa Direta
(1) CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e CS (Projeto Construíndo o Saber)
(2) Foram consideradas 80 entrevistas na escola CTC e 71 entrevistas na escola CS, de um total de 100 questionários aplicados em ambas as escolas.

Claro que em ambos os casos o vetor estimulador principal para o ingresso dos alunos nos cursos de profissionalização está associado a necessidade cada vez mais premente para o trabalhador da formação do trabalhador como estratégia de sobrevivência num ambiente cada vez mais competitivo e exigente.

Ainda com relação à análise dos dados de faixa etária e de tempo de escolarização há uma outra questão interessante a ser observada. Em Limeira, muitos dos alunos são oriundos do Norte e Nordeste do pais, chegam com seus familiares, ou no caso de alunos mais velhos, são eles o provedor financeiro, pouco conhecem sobre o sistema de ensino. As circunstâncias das necessidades imediatas do cotidiano os levam a optar pelo trabalho, deixando de lado os estudos.

Na cidade do Recife identifica-se outra categoria de problema: muitos dos alunos no momento da pesquisa residiam em outras cidades da Região Metropolitana do Recife. Para estes foi possível avançar no sistema regular de ensino, no entanto, encontraram certa dificuldade de ingressarem na formação profissional, dentre outros fatores porque, afora o Recife, existem

poucas escolas de formação profissional próximas de trabalho e da moradia dos potenciais alunos.

Além do que a exigência de um nível elevado e diversificado de especialização profissional, compatível com o mercado de trabalho, é uma forte característica das grandes cidades - caso do Recife, o que de certo modo explicaria a necessidade de treinamento profissional. Com relação a Limeira, uma cidade de médio porte, o fato do vínculo empregatício estreito dos alunos ao complexo industrial da cidade, expressa um nível maior de uma formação focada em atividades específicas em conformidade com as exigências da demanda de mercados determinados como a metalurgia formal.

Quanto ao processo de engajamento político, social e cultural dos alunos, os resultados registrados apresentados na tabela 3 revelam outros aspectos do perfil dos alunos de cada escola investigada.

Tabela 03
CTC (RECIFE) E CS (LIMEIRA) (1)
Engajamento dos Alunos em Movimentos Sociais (2)

Movimentos Sociais	Escola Limeira		Escola Recife	
	Alunos	(%)	Alunos	(%)
Partidos Políticos	16	20,0	27	38,0
Associações	13	16,3	9	12,7
Sindicatos	28	35,0	16	22,5
Grupos Religiosos	13	16,3	19	26,8
Total	80	100,0	71	100,0

Fonte: Pesquisa Direta
(1) CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e CS (Projeto Construíndo o Saber)
(2) Foram consideradas 80 entrevistas na escola CTC e 71 entrevistas na escola CS, de um total de 100 questionários aplicados em ambas as escolas.

A escola de formação do Recife tem nos movimentos sociais organizados e na própria influência político-partidária suas principais fontes de engajamento social extra-escola. Carrega-

se uma importante bagagem histórica de movimentos operários ligados à igreja católica, aos movimentos sociais e, sobretudo a uma ligação política de esquerda. Vale lembrar a própria história da escola que se confunde, nos seus primórdios, com um enfoque de projeto político, particularmente ligado à militância da Juventude Operária Católica (JOC). A escola do Recife apresenta 18% dos alunos ligados a partidos políticos de esquerda :PT, PC do B, PSTU ou PCB.

O que chama atenção com relação á escola de Limeira é que o maior número de participantes mantêm vínculos com sindicatos e associações de moradores, de bairros, clube de pais e mestres e grupos de ajuda. A diferença tem à haver com a idade dos alunos (geralmente são pais de família) e ao próprio tempo de experiência de trabalho destes; significando, uma propensão maior pelos vínculos sindicais. Também o fato de se tratar de indivíduos atrelados a segmentos industriais que possuem representações importantes com o movimento sindical organizado.

Em outras palavras pode-se dizer que na Escola do Recife destaca-se um grau maior de envolvimento político de influência partidária. Fato que se explica pela própria trajetória do CTC, marcada por estímulos políticos muito expressivos. Enquanto o caso de Limeira, ocorre um alto número de alunos que fazem parte do sindicato dos metalúrgicos e, praticamente não revelam vinculados com nenhum movimento político partidário[22].

No Projeto de Limeira, ao contrário, da experiência recifense, não há uma incidência tão grande dos partidos políticos. Em seu turno, por se tratar sobretudo de trabalhadores ligados a metalurgia, nota-se a presença de um bom número de sindicalizados.

[22] No sindicato de metalúrgicos local há uma investida de mobilização ocasional, conforme o calendário de atividades, em atividades como: participação dos alunos, em assembléias, passeatas, momentos de paralisação e greves

Com base nas respostas indicadas através de entrevistas diretas junto a um conjunto de dezesseis alunos de cada escola[23] foi possível fazer um mapeamento das inferências quanto ao tipo de formação desenvolvida nas escolas em questão;. quanto aos conteúdos trabalhados nas escolas; o intercâmbio do cotidiano familiar; as considerações fundamentais no âmbito do trabalho e da escola; as mediações e reflexões concebidas sobre o conceito atribuído para formação.

O quadro abaixo reflete os motivos colocados pelos alunos entrevistados sobre o por quê deles ingressarem nessas escolas de formação profissional voltadas para a classe de trabalhadores.

Quadro 01
CTC (RECIFE) E CS (LIMEIRA) (1)
Motivo de Ingresso nos Cursos de Formação Profissional (2)

Escola CTC Recife	Escola CS Limeira
• Ter maior domínio técnico; • Ser uma escola de trabalhadores; • Saber fazer bem o trabalho/ melhorar Qualidade no trabalho; • O CTC se organiza e apresenta uma estrutura coletiva de organização; • Entender as exigências do mercado; • Ampliar as possibilidades de se manter no trabalho • Ser mais respeitado pêlos superiores; • Incentivo da Família; • Melhorar a renda familiar	• Pela Necessidade de uma maior formação; • Por uma escola voltada para o interesse do trabalhador; • Possibilidade de saber desenvolver melhor as atividades no local de trabalho; • Compreender as mudanças tecnológicas; e • O trabalho exige cursos de formação profissional; • Ter maiores perspectivas de Renda

Fonte: Pesquisa direta
(1) CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e CS (Projeto Construindo o Saber)
(2) Entrevistas Estruturadas com 16 alunos de cada escola

[23] Foram selecionados dezesseis alunos de cada conjunto de estudantes que responderam as perguntas abordadas nos questionários para a realização de entrevistas estruturadas, visando um maior aprofundamento analítico.

Da análise das 32 entrevistas realizadas é possível verificar, num primeiro momento, que há um grande respeito por parte dos alunos sobre estas instituições de formação. Os alunos acreditam que estas escolas podem garantir uma formação adequada ao tipo de trabalho de cada um e de suprir a escolaridade perdida, pela junção teórica e prática. Ao mesmo tempo, do ponto de escolar, destacou-se também a importância destas escolas desenvolverem atividades diretamente relacionadas com o mundo trabalho dos estudantes.

A eleição por parte dos alunos entrevistados dos principais motivos que os motivaram a retornar aos estudos refletiram, pela ordem de prioridades apresentada a intensidade e a escala de interesses que estes assimilaram dos projetos de formação profissional ensejados por cada escola.

Com relação ao CTC os depoimentos indicam que a instituição mantém um bom conceito enquanto curso de formação, estando há muito tempo (35 anos) atuando no campo de formação profissional. Um dos pontos fortes ao seu favor, citado como elemento importante no motivo do interesse de retorno aos estudos, foi a possibilidade de domínio técnico e a o fato de estar estudando em uma escola com um bom reconhecimento no mercado de trabalho pelos seus trabalhos prestados a favor da formação do trabalhador.

Outros pontos que as entrevistas chamaram a atenção foram aspectos relacionados com a estrutura e organização da escola. Neste sentido, foi lembradas questões relevantes do dia-a-dia escolar como: a organização das turmas; a abertura para a participação dos alunos na tomada de decisão; e a ênfase dada ao processo de aprendizado coletivamente trabalhado pelos alunos, estimulando-se a interação a troca de conhecimentos e vivências e a importância do desenvolvimento do trabalho em grupo. Este último ponto refletiu, também na mudança de postura dos alunos, no cotidiano do ambiente de trabalho, em especial no relacionamento com superiores e com os colegas de profissão.

No tocante aos depoimentos do CS, um ponto que chamou a atenção na fala de diversos estudantes, numa incidência maior que o verificado no CTC, foi o entendimento de que a escola constituiria basicamente a oportunidade de se posicionar melhor frente as exigências do mundo do trabalho. O motivo de continuar estudando estaria, portanto, praticamente associado a uma estratégia inevitável de sobrevivência profissional, demonstrando uma perspectiva muito próxima da lógica dominante de formação (como o verificado na prática de grande parte das políticas públicas voltadas para esta área no Brasil) em que se estuda para se manter no emprego, para se responder unicamente às necessidades do mercado de trabalho.

Na verdade os depoimentos realizados no CS reforçam a constatação verificada no próprio formato da estrutura curricular da escola ao se verificar a ocorrência, por exemplo a ocorrência de cursos de curta duração baseados em conteúdos bem focalizados, com baixa ênfase num conhecimento mais universalizado. Ou seja, em que pese o fato de se tratar de uma escola concebida e gerenciada por sindicato, seguiu-se um modelo de formação mais próxima dos modelos vigentes de conformidade com as premências do mercado de trabalho.

Este aparente paradoxo, em alguma medida pode ser explicado pelas próprias características do sindicalismo contemporâneo cada vez menos engajado com propósitos políticos e sociais mais abrangentes e mais associado a resultados práticos: facilitar o acesso e a permanência do trabalhador no mercado de trabalho, sem a preocupação de formar trabalhadores politicamente conscientizados[24] .

[24] A preocupação politicamente engajada é muitas vezes confundida, no discurso institucional dos objetivos do CS, na complementação do aprendizado técnico com ingredientes de conscientização de classe: saber se posicionar enquanto integrante de uma categoria profissional formalmente organizada, exemplo dos metalúrgicos, que potencialmente possuem capacidade de barganha maior frente ao Capital.

No caso do CTC, além da preocupação com a oferta de um aprendizado voltado para as exigências específicas do mercado de trabalho, contribuindo para um melhor nível de empregabilidade dos alunos, também, há uma preocupação com uma formação de trabalhadores-cidadãos, engajados em um projeto político. Isto fica implicitamente claro pela influência da participação de ONGs e, em particular, no contexto atual, do apoio de uma gestão pública municipal com forte apelo popular.

Estas constatações indicadas para ambas as escolas podem ser ainda mais reforçadas na síntese dos depoimentos indicada pelos quadros 2 e 3, onde se verifica a percepção dos alunos quanto as repercussões dos cursos frente aos desafios do mercado de trabalho e do cotidiano social e familiar.

Quadro 02
CTC (RECIFE) E CS (LIMEIRA) (1)
Repercussões Relevantes dos Cursos no Cotidiano do Ambiente de Trabalho (2)

Escola CTC Recife	Escola CS Limeira
• Discussão política; • Possibilitou melhor desempenho no trabalho • Entendimento da formação histórica da sociedade (lutas, reivindicações, movimentos, direitos e responsabilidades etc; • Domínio de aspectos técnicos; • Tomada de consciência de classe; • Ampliação do princípio da coletividade/da importância dos trabalhos em grupo, da solidariedade e respeito mútuo	• Domínio da ciência, do saber formal; • Maior domínio das máquinas, manuais técnicos, instrumentais diversos; • Discussão política; • Saber se posicionar melhor junto aos colegas e superiores; • Adquirir maior responsabilidade frente aos desafios profissionais; • Sentir-se respeito enquanto classe trabalhadora e importância do reconhecimento da condição de trabalhador

Fonte: Pesquisa direta

(1) CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e CS (Projeto Construindo o Saber)

(2) Entrevistas Estruturadas com 32 alunos de cada escola

Quadro 03 **CTC (RECIFE) E CS (LIMEIRA) (1)** **Repercussões dos cursos de Formação Profissional na Vida Social e Familiar (2)**	
Escola CTC Recife	Escola CS Limeira
• Melhorou a relação com a cônjuge; • Apresenta maior disposição de enfrentar a realidade cotidiana; • Melhorou a auto- estima; • Passou a envolver a família nas atividades da escolar e no âmbito do trabalho; • Maior estabilidade familiar; • Passou a levar a família a lugares como museus, teatros, cinemas etc.	• Diminuiu a vergonha de se expor ; • Ampliou os momentos de diversão com os familiares; • Passou a se relacionar melhor com os filhos; • Aumentou o envolvimento da família nas atividades de lazer ligadas ao trabalho; • Maior conhecimento de história geral (identificação com raízes familiares, das heranças regionais) • Maior respeito enquanto classe trabalhadora e importância do reconhecimento da condição de trabalhador.

Fonte: Pesquisa direta
(1) CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e CS (Projeto Construindo o Saber)
(2) Entrevistas Estruturadas com 32 alunos de cada escola

A importância da formação profissional para o dia-a-dia do trabalho foi destacada como forte para os alunos de ambas as escolas, especialmente o fato da formação ter possibilitado uma sensível melhora na auto-estima destes no trabalho, refletindo na percepção de que se tornaram detentores de um conhecimento mais diferenciado e de uma capacidade produtiva maior.

Um outro aspecto levantado diz respeito ao posicionamento individual, ao reconhecimento da capacidade deles próprios para melhor se posicionarem do ambiente de trabalho., frente aos seus superiores e colegas de profissão. Há neste sentido, uma reformulação da visão do mundo. Os alunos passam a crer na sua capacidade de intervenção e a terem maior

confiança em si. No caso do CTC ficou mais patente o reflexo da formação profissional adquirida no maior grau de valorização da condição de trabalhador-cidadão.

Com relação as repercussões da formação no cotidiano familiar dos alunos, as reflexões que fazem de si mesmos é que hoje eles têm um relacionamento melhor com seus familiares no trato com a vida cotidiana. Eles acreditam que a escola possibilitou uma maior abertura de vida . A discussão a cerca dos problemas do cotidiano do trabalho e do contexto sócio-econômico que estão inseridos, tornou-se recorrente para os alunos, sobretudo para os integrantes da escola do CTC. Os ensinamentos realizados passaram a fazer parte para muitos de uma prática de conduta de responsabilidade individual, social e coletiva.

Procurando-se, ainda, compreender melhor a percepção dos alunos quanto ao processo de formação profissional, buscou-se identificar qual a visão destes com relação a estrutura curricular dos cursos. O conjunto dos depoimentos realizados nesta direção foram sinteticamente listados no quadro 4, em que se pode analisar os pontos considerados mais importantes dos conteúdos oferecidos.

Quadro 04
CTC (RECIFE) E CS (LIMEIRA) (1)
Pontos de Destaque nos Currículos das Escolas de Formação Profissional.

Escola CTC- Recife	Escola CS -Limeira
• As discussões políticas, sobretudo Quando há convidados para os debates; • A troca de experiências por parte dos ex-alunos (nas oficinas de trabalho para os alunos novatos) • Aprender sobre a cultura pernambucana como elemento de conhecimento político, social e com possibilidades de desenvolvimento econômico (trabalhos ligados ao sistema cooperativista e ao associativismo) • A relação entre a prática e a teoria; • O Reconhecimento do saber trazido pelo aluno; • Aprendemos que o conhecimento é construído coletivamente. • O estudo da língua Portuguesa e das fórmulas da matemática.	• A construção do currículo em conjunto com trabalhadores, sindicalistas e técnicos de educação;; • Os momentos de troca de informações com os outros colegas do curso; • Os temas relacionados ao sistema cooperativista de desenvolvimento econômico; • A relação entre a teoria e a prática; • Poder participar da construção do conhecimento de forma coletiva; • Aprender sobre a história da classe trabalhadora . • Aprender os conceitos matemáticos e as regras da língua portuguesa para falar melhor;

Fonte: Pesquisa direta
(1) CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e CS (Projeto Construíndo o Saber)
(2) Entrevistas Estruturadas com 32 alunos de cada escola

Ficou claro, em termos gerais, que o currículo das escolas e a sua constituição organizativa vem tendo destaque relevante, sobretudo, no papel destas instituições na construção histórica da classe trabalhadora e na elevação da auto-estima dos alunos. A Reflexão se fez sentir no fazer e no pensar dos estudantes, num posicionamento diferenciado, do pensamento e nas práticas dominantes. Os depoimentos levam a crer que os alunos no geral compreendem que este tipo de escola favorece para que eles tenham outro tipo de postura. coletiva e individual.

As reflexões trazidas pelos alunos contribuíram sobremaneira, pare evidenciar a concepção de formação profissional que eles possuem através do seu próprio entendimento de mundo e concepção de vida.

Para eles a formação profissional está atrelada a uma vivência que se dá entre a escola e o local de trabalho e que se completa na sua individualidade coletiva. E que está construção acontece não só em um espaço, mas nas duas esferas de socialização - a Educação e o Trabalho. E quando, por ventura das dificuldades da vida., não se tem a oportunidade de se vivenciar anos seqüenciais de estudo, ocorre uma debilidade. No entanto está debilidade, como eles mesmo falam, é minimizada no ambiente do trabalho; na construção coletiva de seus pares de relação profissional e na vida cotidiana.

Os alunos que recorrem as escolas de trabalhadores, geralmente possuem uma maior clareza de mundo. Existe um desejo particular que mobiliza suas intenções para recriar algo, muitas vezes não definido claramente, que aos poucos vai sendo percebido e construído individualmente ou coletivamente.

Os alunos sentem-se responsáveis pelo seu trajeto de formação, reconhecem no universo escolar o "salto" qualitativo na sua formação, pois já passaram por ele, no sistema formal e, já possuem a habilidade de se relacionar profissionalmente, também, pelo fato de Material para consulta e possível retorno ao corpo do trabalho:

Uma primeira aproximação do quadro recente do nível de escolaridade da população apta para o trabalho no Brasil indica que ainda há um longo percurso a ser seguido visando a implementação de políticas educacionais capazes de refletirem numa maior e melhor qualificação do trabalho, não alienante ou desvinculada dos processos de socialização do trabalho e dos

processos cognitivos. É evidente que a temática do trabalho e da educação envolve muitos outros aspectos de grande polêmica.

O trabalho humano, nos termos do estudo proposto, é compreendido na sua dimensão ontológica, ou seja, na concepção de que através do trabalho o ser humano se compõe e se afirma como sujeito, assim faz e refaz sua historia, em contraposição a concepção histórica do trabalho, em que este se transformou em trabalho assalariado, alienado, parcelado, desumanizado e, com nível tal de generalização, que parece ser a única forma (Franco e Frigotto,1993).

Na atualidade estes fenômenos passam a ser localizados à partir dos parâmetros mais amplos do novo "modelo formativo" que emerge das novas configurações e reprodutibilidade do capital em larga escala e, consequentemente, fortemente impulsionados pelo avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação.

A ênfase dada está na representação objetiva, tendo como sentido o *modo de ser*, a referência pela qual ocorre à construção coletiva. Trata-se do "saber ser" do indivíduo. A objetividade concreta, sobre a qual o indivíduo se constitui e, sobre a qual se apoia e cria novos saberes.

A noção do processo de construção do conhecimento, dos mecanismos e enfrentamentos da realidade complexa, têm um sentido em constante mutação. Um processo perante o qual o sujeito é chamado a nomear a realidade, a fazer escolhas

A reflexão principal do estudo, está centrada: De um lado, na noção de sujeito, mais especificamente no desencadeamento do sujeito no ambiente de trabalho mediante as reflexões trazidas e desenvolvidas no universo escolar. Portanto, privilegia a escola, através das múltiplas

contribuições em termos de valores, hábitos, códigos da linguagem e comportamento frente aos novos desafios tecnológicos presentes no ambiente produtivo.

De outro lado, a noção de trabalho que ao mesmo tempo é teórica e prática, reflexiva e ativa, independentemente do modo de produção, o trabalho tem sempre duas dimensões, inseparáveis : decisão e ação.

Não existe atividade humana da qual se abstrai a atividade intelectual ou vice e versa. A não ser que está seja forjada pelo trabalho ou pela escola, inserida dentro da lógica do trabalho alienado.

As reflexões aqui assumidas, possibilitarão uma visão de maior detalhamento, na ciência e na dimensão de experiência, vistos como sinônimos de conhecimento e, que adquirem sentido quando são mobilizados no processo de construção e reconstrução da Formação Profissional, como explica Neves:

> (...) a noção de escolaridade se amplia ou se aprofunda, está sempre requerendo um patamar mais complexo de envolvimento, seja na capacidade de abstração do conjunto da força de trabalho ou ao assumir responsabilidades sócio- políticas, culturais e na própria realização do cotidiano (NEVES, 1997, p.23)

A relação existente entre educação e trabalho ultrapassa os limites do espaço escolar, o saber não é produzido apenas na escola, mas no interior das relações sociais e em seu conjunto. O ponto de partida, para o conhecimento está na atividade prática, ou seja, no trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana, através das quais o homem *apreende, compreende e transforma* as circunstâncias, ao mesmo tempo que é transformado por elas. Por isso se justifica que organizações, sindicatos e movimentos sociais criem escolas voltadas a formação profissional e elevação da escolaridade.

A formação profissional no Brasil, na realidade, encontra-se distante para muitos trabalhadores, excluídos do acesso à formação cientifico- tecnológica, persistindo numa indefinição do papel da escola média, em relação ao mundo do trabalho e, reforça a perda do significado social do ensino Fundamental. Na realidade da exclusão de trabalhadores é um problema enfrentado no dia- dia de boa parte dos jovens e adultos trabalhadores.

Está em processo hoje no Brasil, tomando-se como base os Parâmetros Curriculares Nacionais a tradução de forma dissimulada, contraditória e , o invólucro de teorias psicológicas, sociológicas, etc., Tendo como receituário, as considerações do Banco Mundial no campo educativo. Este, juntamente com os organismos internacionais, regionais e locais, constituem-se no intelectual coletivo (no sentido gramsciano) da nova pedagogia do capital globalizado e dos mecanismos de ajuste à nova (des) ordem mundial.

A disputa nesta direção ético - político, epistemológica e teórico-prática da estruturação curricular é amplamente discutida nos processos educativos, sendo uma tarefa crucial para todos aqueles que vêm lutando pela construção de uma sociedade democrática e, conseqüentemente, materialidade econômica, social e cultural para uma cidadania efetiva.

O tema abordado neta dissertação está presente, numa perspectiva de cidadania e na formação técnico- profissional. De imediato, cabe ressaltar que a compreensão da materialidade efetiva da cidadania e da formação técnico-profissional, bem como dos processos educativos, com vínculos amplos, que se dão á nível da escola ou das relações e práticas sociais e, que somente pode ocorrer adequadamente, quando se referem à trama das relações e aos embates travados no plano estrutural e conjuntural da nossa sociedade neste fim de século.

No Brasil, em que pesem os esforços empreendidos na ampliação da formação dos trabalhadores, além de ainda haver uma grande defasagem na oferta, não apresenta um

conhecimento sólido, tendo pouco se avançado na articulação entre cultura e desenvolvimento profissional.

Entende-se que o esforço na formação profissional de forma organizada dos trabalhadores desenvolve-se através de conhecimentos técnicos e, adquirirem valores culturais levando, portanto, a ampliação e consolidação de uma formação integral – numa perspectiva profissional e cidadã.

Na sociedade moderna capitalista impõe-se um mínimo de formação geral para o trabalhador, visando a integração no sistema produtivo. Numa visão geral, a escola seria o embrião da ciência; da socialização; da familiarização dos códigos formais e integrantes da cultura letrada; e, da preparação dos indivíduos para o mundo do trabalho. Segundo Saviani:

> (...) Esta é uma questão que ainda hoje está presente, ou seja, o desenvolvimento da escola vinculado ao desenvolvimento das relações urbanas. E o que por vezes se chama de vínculo entre escola e os padrões urbanos. Quanto mais avança o processo urbano -industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. Por ai e possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A sociedade básica deve ser estendida a todos (SAVIANI, 1999 , p.152).

Nos termos aqui apresentados resulta-se a importância da apropriação do conhecimento sobre a realidade social e realidade do trabalho, condição indispensável para intervenção dos trabalhadores na vida da sociedade, nas relações de trabalho, melhorando suas condições de trabalho.

A Educação Profissional deve ser considerada, como necessidade de integração e, como tal deve estar sob responsabilidade dos trabalhadores, integrado-se ao sistema regular de ensino na luta mais geral de uma escola pública.

O problema da formação profissional se reflete, do ponto de vista institucional, na divisão de ensino entre as escolas ligadas diretamente à produção (denominados de cursos profissionalizantes) e as escolas de qualificação geral (base da escolarização formal),. Assim como nas discussões sobre o rumo das políticas educacionais e nos impactos do desenvolvimento tecnológico no mundo do trabalho.

É, nesta linha, de debate, que se inserem as iniciativas e as experiências de Formação Profissional, como as experiências do Centro de Trabalho Cultura (Recife- Pernambuco); e o Projeto de formação Construindo o Saber (Limeira - São Paulo)

Essas iniciativas procuram responder a uma demanda especifica de jovens e adultos trabalhadores, inseridos ou não no mercado de trabalho.

Uma característica destas realizações, sobre a construção de práticas de formação profissional que leve em conta a vivência dos trabalhadores, só poderá ser realizada em espaços públicos com definição de conteúdos e métodos apropriados e participativos. Neste sentido, Ferretti argumenta :

> (...) as reformas educacionais modernizam as instituições escolares, contribuindo para a regulação social em determinado momento histórico, no qual se realiza uma mudança social decorrente da transição de regimes de acumulação do modo de produção capitalista.
> (...) Propõe-se o concurso da historia e da sociologia para a compreensão das relações entre saber, poder e instituições teórica que procura compreender a produção de um novo homem e um novo momento histórico, da produção de um, a subjetividade adequada a uma nova forma de organização social do capitalismo atual (FERRETTI, 1998, p.7).

As atribuições relativas ao currículo instituído nestas instituições de formação profissional estão no Decreto - Lei 2208/97, que orienta a educação básica e profissional. Surge,

também, nos discursos oficiais e nos projetos e documentos de diferentes segmentos do setor público, empresarial e sindical, a proposta de separação da Educação Profissional da Educação do Ensino Médio, que faz parte da etapa final da educação básica.

A Educação Profissional surge, portanto, como condição de complemento da educação básica e geral e constitui-se com um sistema paralelo ao sistema escolar. Em termos organizacionais estabelece-se que no nível básico não se exige escolaridade prévia e pode-se ter duração variável.

Enquanto na Educação Profissional de nível médio exige-se a conclusão da Educação Básica regular ou a concomitância com o Ensino Médio, enquanto a formação tecnológica é compatível com a formação profissional de nível superior. Nesse sentido, a Educação Profissional passa a se relacionar com outros níveis de ensino e não apenas com o Ensino Médio.

Desta forma, percebe-se que as reformas dos anos 90 convergem para a definição de um ensino que se apresenta como garantia de eqüidade social, mas a Educação Profissional incorpora o conceito de empregabilidade[25]. O que não serve como resposta aos trabalhadores. É mais uma forma de adequação ao movimento da exploração sobre o sujeito coletivo (os trabalhadores).

O ensino profissionalizante assim proposto desqualifica o ensino da rede pública, inverte a concepção de educação para a cidadania e reduz a formação tecnológica a um treinamento fragmentado, dirigido exclusivamente pelas necessidades do capital. A escola, neste contexto, também está sendo reprodutora desses interesses, reforçando ainda mais o caráter contraditório construído pelo próprio capital, no âmbito da formação.

[2] Segundo MATOSO (1996), a "empregabilidade" passou a ser expressão da responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se, portanto, do trabalhador assumir os riscos de sua empregabilidade, por meio de

Capítulo 5:

REALIDADE E EXPECTATIVA SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. PELOS MONITORES, PROFESSORES E SINDICALISTAS

Pretendemos aqui apresentar a nossa análise sobre os depoimentos colhidos junto aos trabalhadores diretamente envolvidos nos cursos de formação profissional na condição de: monitores, professores e lideranças sindicais das duas escolas do CTC (Recife- PE) e CS em (Limeira- SP).

O percurso metodológico transita por vários suportes teóricos (ver capítulo 2), sobretudo na abordagem baseada na técnica de depoimento oral. Procuramos reconhecer nos depoimentos a ação e a reconstituição da realidade de forma simplificada.

Os argumentos dos depoentes serviram como modelos de orientação da ação sob a realidade, esse sentido é utilizado pela ciência da sociologia voltada para a práxis (QUEIROZ, in FERREIRA, 1994, p.114)

O depoimento oral possibilita uma perspectiva de testemunho histórico, ajudando a entender a realidade sob as versões e interpretações dos sujeitos principais desse processo. Para fins desse estudo foram feitos alguns recortes necessários e significativos para a obtenção das informações dos depoentes sobre aspectos ligados a formação profissional, a partir das relações, reflexões, similitudes e embates presentes na sua vivência ou participação no âmbito de cada instituição (CTC e CS); e de suas próprias experiências enquanto sujeitos históricos.

---

formação profissional, requalificação etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, ma tornam-se incapazes de gerar mais postos de trabalho.

As análises expressas a seguir refletem em grande medida a idéia que os gestores e executores das escolas têm do processo de formação profissional. É, pois, uma outra forma de compreender a abrangência e contribuição dos cursos para a formação técnica e político-social dos indivíduos.

5.1 As Diferentes Visões a cerca da Formação Profissional

A formação profissional tem um significado de comprovação, de conquista. Valoriza-se muito a técnica aprendida nas escolas de formação, sobretudo porque é por meio delas que se pode exercer uma profissão, conquistar espaços sociais e progressão salarial.

Percebe-se um reconhecimento da importância de discutir o que está sendo feito para se chegar ao conhecimento prático. Além do que a sala de aula propícia um saber mais sistematizado, amarrado às necessidades dos alunos.

A preocupação demonstrada pelos participantes da escola do CTC evidência essa relação. A formação é um processo que pode ser demorado, porém se realiza em base a conformação de etapas e evolução claras e objetivas. O processo não se dá de forma estanque. Este aspecto foi ressaltado por diversos depoentes. A seguir são registradas algumas dessas percepções na visão dos monitores e professores do CTC.

Com relação aos depoimentos dos monitores, destacamos alguns fragmentos de falas que sintetizam o pensamento da maioria sobre o tipo de formação profissional desenvolvido pela escola:

> (...) A formação que é vivida no CTC, tem muito de técnica.
>
> (...) Quando entrei na fábrica para trabalhar e ao mesmo tempo sendo monitor no CTC percebi o quanto havia aprendido como ex-aluno e ao mesmo tempo trabalhador na fábrica.

> (...) Aqui a gente discute muito o que fazer e sempre se pergunta porque isso? Como isso acontece? Não se pode ficar sem respostas.
>
> (...) A dinâmica das aulas faz com que os alunos sejam estimulados a pensarem nos problemas concretos do trabalho. Procura-se fazer com que os alunos mesmos se aproximem das respostas..
>
> (...) O curso do CTC é diferente dos outros.

No tocante aos professores algumas indagações chamaram a atenção, como por exemplo:

> (...) No CTC o que me chamou atenção foi a metodologia mais do que o conteúdo, porque na escola técnica eu não estudei eletrônica.(quando fazia o curso técnico, antes de ser professora do CTC).
>
> (...) Na única cadeira que eu tinha de eletrônica na escola técnica tradicional, a forma como era passada era muito difícil. A linguagem muito científica, não dava para alcançar. Quando cheguei aqui tudo era muito simplificado. Por exemplo a forma que se aprende o que é átomo e como se formam os cristais. É tudo visto de forma prática.
>
> (...) No CTC há um incentivo muito grande a você pensar. Você desenvolve seu raciocínio?
>
> (...) Por conta da escola técnica, minha tendência era muito do tipo - 'Ah, vou ver no livro e eu vou achar minha resposta e aí eu vou entender!". Eu não conseguia porque a linguagem do livro era muito alta, enquanto que a discussão, a construção na sala de aula era muito mais simples, muito mais fácil. Aí assim, do ponto de vista teórico, mantinha-se grandes conteúdos.
>
> (...) Na escola profissionalizante oficial a gente vê tanta coisa e no final não se aprende quase nada. No CTC a profundidade com que se aprende é muito mais profunda, tem-se muito maior domínio das coisas.

A escola do CTC tem uma longa história na experiência de formação profissional. Sua vivência e a criação de uma metodologia própria fez dessa instituição um espaço reconhecido de qualificação especializada para a cidade do Recife. Os participantes evidenciam muito a questão da solidariedade e da formação política como fator importante da formação de cidadãos trabalhadores, como demonstra o depoimento a seguir feita por um professor do CTC:

> (...) Bom, formalmente o CTC é uma escola de formação profissional diferenciada das outras pelo seu histórico e maneira de abordar os alunos. De fato, por conta de todos esses anos e da forma como se desenvolveu o trabalho aqui dentro e a metodologia criada aqui e a relação que ser tem com os alunos, fez com que o CTC se destaca-se. A proposta do CTC é quase como um movimento social, que envolve as pessoas, que traz as pessoas para fazer uma formação profissional técnica, mas também humanizadora. A maioria opta por estudar no CTC por conta da formação política. A vivência aqui dentro cria uma relação de contínua solidariedade camaradagem e a possibilidade de criar coisas novas dentro da sociedade. Neste sentido é que eu acho que tem um pouco de movimento social na proposta político-pedagógica da escola.

Com relação aos depoimentos dos participantes do CS foi possível detectar a importância de uma formação ampliada. Assim como vários teóricos da educação para o trabalho expressam suas idéias, identificou-se nestes depoimentos um viés também a favor da ampliação do saber, que ultrapasse o laboral, que haja uma conjugação entre o saber técnico e saber manual.

A escola que se espera deve-se basear num saber técnico e científico que consiga ultrapassar o senso comum. O fato da escola CS ser uma escola voltada para trabalhadores não significa possuir um saber limitado, ao contrário . Verifica-se uma escola aberta ao conhecimento elaborado e consubstanciado com a evolução técnica, sem que perca de vista o sentido humanitário e solidário que move o movimento sindical.

Ao contrário do que foi expresso pelos depoimentos dos próprios alunos, que ressaltaram mais o papel da escola na formação técnica na visão dos professores, monitores e lideranças sindicais e nas entrevistas, o CS é um espaço fundamental de discussão política. Para todos eles o conceito de formação está na própria conquista do domínio técnico e prático. Uma escola para trabalhadores para suprir suas necessidades imediatas de conquista da sociedade e mediata para manter-se urgente na forma de agir.

Essa percepção da escola pode ser constatada nos depoimentos de alguns sindicalistas participantes do CS:

> (...) A formação profissional que vejo aqui no CS tem muito a ver com o que a gente aprende no movimento sindical.
>
> (...) No CS aprende-se como funciona a sociedade, através da história e que a sociedade que está aí não interessa É uma sociedade individualista.
>
> (...) Na escola a gente une a formação prática com a formação científica. Por exemplo se eu for escrever uma tese a escola me deu base para isso.
>
> (...) Aqui se você não tem a escolaridade e conhecimento e apresenta dificuldade de passar para o papel as idéias, a escola ajuda a gente trocar experiência.
>
> (...) Essa escola é para os trabalhadores serem conscientes. Os cursos são para formar trabalhadores politizados. Diferente das aulas da tele-sala, por exemplo. O aluno que estuda nestes tipos de espaço não tem debate, não tem discussão. Nas escolas onde há debate, a coisa acaba se espalhando, as pessoas crescem. No CS não é só o aluno que aprende o professor também.
>
> (...) Eu não dei um passo, eu fiz uma viagem e, foi uma viagem rumo ao desconhecido. Eu sabia o que queria, mas é conhecendo cabeças diferentes, tendo acesso a pensamentos e visões de mundo diferentes que se aprende.
>
> (...)Por eu estar dentro do movimento sindical há muitos anos e ter uma visão do todo, sinto-me identificado com a proposta da escola. Não é arrogância falar isso, mas é a visão legal das coisas que torna a escola diferente. No CS foi possível constatar isso, e consegui junto aos meus colegas crescer e influenciar também.

Para outros depoentes, as escolas de formação profissional exerce uma força de investimento, mais que apenas o domínio técnico. Um lugar onde há uma interação entre os seus pares. Na sala, há um momento em que se confronta o saber socialmente elaborado e o saber empírico . Nesse momento há uma confluência de idéias e a descoberta do conhecimento é possível de se conceber. O conhecimento não existe só na escola, mas no conjunto de investimentos coesos em que há participação e confrontos de idéias.

O interessante nestas escolas de formação profissional é a junção entre as diferentes concepções representadas por sindicalistas, movimentos sociais e populares, professores,

acadêmicos e empresários que coordenam práticas voltadas aos trabalhadores, cidadãos conscientes de seus limites e avanços. Juntos, cada fração com seus interesses de classe, revelam um potencial de propostas, movidas pelo coletivo.

Outro fator identificado nos depoimentos diz respeito ao retorno dos alunos aos bancos escolares: um momento enriquecedor no qual se vislumbra o acesso à cultura dominante. A socialização acontece com muita fluidez e rapidez pelo interesse dos trabalhadores no domínio técnico cientifico, na obtenção da cultura, da escolarização e no aumento de sua auto- estima.

Há crenças nessas escolas de trabalhadores que reforçam aquilo que na psicologia política social se reconhece como parte da identidade coletiva. Os valores e crenças vão sendo construídos como um fator de inserção desse indivíduos na sociedade. Essa certeza é qualificada por um sentimento de identidade coletiva que se tem. E, portanto vão sendo atribuídos os avanços e limites desse indivíduos pela carga de pertencimento.

Para os depoentes, o ingresso do trabalhador na escola representa uma ampliação dos benefícios que podem ser obtidos, ou seja, a tão sonhada mobilidade social que vem se pode conquistar através da inserção social, política e cultural.[26]

5.2 O Currículo e Participação: O Olhar Atento dos Interessados.

A análise dos depoimentos levantados sobre a organização curricular destas instituições revela o caráter participativo e o envolvimento dos alunos, professores e sindicalistas na organização e sistematização do currículo instituído.

[26] Idéia baseada em reflexões feitas no âmbito do curso "Educação e Movimentos Sociais" ministrada pelo prof. Salvador Sandoval em 2002 (FE-Unicamp)

Há uma preocupação em adequar os interesses dos alunos ao saber científico, de forma a permitir o controle e a autonomia dos mecanismos e instrumentos que minimizem a divisão social do trabalho.

Sabe-se que no âmbito do trabalho há uma crescente desqualificação técnica que vem sendo percebida pela falta de escolas capazes de qualificar trabalhadores- cidadãos e cidadãos – trabalhadores, com conteúdos favoráveis ao saber técnico e científico.

Os depoimentos revelam também a preocupação com as formas de apreensão da escola tipicamente capitalista que cada vez mais dispersa o saber como conhecimento e valoriza práticas mecânicas.

A está concepção pode ser atribuída uma noção capitalista de civilização, que pressupõe homens com certos conhecimentos e treinados capazes de se integrarem socialmente na vida urbana e no processo de trabalho.

Na perspectiva teórica em que se apresenta a idéia de estabelecer uma relação possível entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho, pode ser feita uma análise alternativa que recuse tanto as orientações e teorias que entendem a formação técnica como produto da racionalidade da organização do trabalho ou sistema tecnológico, quanto as orientações que procuram apreender o conhecimento como resultado de uma racionalidade estabelecida unicamente pelo sistema produtivo.(TANGUY 1986; CUNHA NEVES et alli, 1983)

Alguns dos depoimentos revelaram o reconhecimento da separação material e social das instituições escolares, por isso toda uma preocupação com o currículo.

Essas escolas procuram manter-se entre a esfera escolar e a esfera do trabalho. Numa tarefa difícil, sobretudo no modelo capitalista de sociedade em que vivemos. Nesse sentido,

encontramos nos depoimentos a revelação natural de quase um sonho, uma realidade esperada que se apresenta na prática isolada desse tipo de escolas de trabalhadores.

> (...) O CTC é uma escola que orienta para a vida. Que ajuda você a olhar de uma forma diferente. Vê a vida de forma crítica. As coisas vão acontecendo aí fora... Então eu acho que devemos abrir nossa mente como homem como profissional . O currículo do CTC possibilita isso. (depoimento de um monitor)
>
> (...) A caixinha é uma coisa de todos. Inclusive do monitor e do professor, além do aluno Todos tem a mesma autoridade sobre a caixinha. A questão é a igualdade da solidariedade está presente na escola. Isso é muito bom. (depoimento de um professor)
>
> (...) Antigamente nas fábricas era comum ouvirmos nosso alunos dizerem que haviam chamado profissionais de São Paulo para resolver problemas das máquinas. Hoje já fazemos toda a simulação necessária e resolvemos o problema por aqui . Caso não se consiga no trabalho, os alunos levam para escola e juntos resolvem com os professores e monitores. Dizem: é professor lá na fábrica aconteceu tal coisa e a gente não conseguiu resolver.! O professor diz, vamos resolver. A parte técnica do CTC está muito desenvolvida. Juntamos a teoria com a prática. Sabemos dizer onde está o problema com ajuda da ciência e resolvemos pela parte da prática (depoimento de outro professor).

Outra maneira de entender o pensamento dos depoentes é perceber que da forma com vem ocorrendo a modernização tecnológica está se criando uma dualidade crônica: de um lado uma massa de trabalhadores desqualificados e de outro uma massa de trabalhadores superqualifcados.

Esse sentimento causado pela modernidade sobrecarrega a escola como único lugar de conhecimento ou polariza a escola com o ambiente de trabalho, como se tratassem de lugares distantes, sem integração de conhecimento. Há no processo uma descompatibilização e fragmentação de saberes.

Em certos momento é possível verificar uma intencionalidade de que cada espaço tem sua realização como momento de conhecimento e apropriação de saberes , como visto de forma sucinta neste depoimento de uma liderança sindical:.

> (...) Então, é...como eu estava te falando, a 1 ano e 8 meses atrás eu ouviria algumas coisas no meu meio de trabalho, no movimento sindical, é...as análises hoje de um governo petista aí e tantas outras coisas. Eu até faria a mesma avaliação e falaria em coro com as mesmas falas que os companheiros e as companheiras do movimento falaram. Mas a escola, ela é um horizonte que , num tem fim mesmo, sabe. Por mais simples que seja o aprendizado, que foi passado da forma mais, mais compacta possível, porque não tinha tempo de abrir, né. O todo o conteúdo. Mas por mais que tenha sido compactado, o fato de você conviver com outras pessoas, de você observar outras pessoas, de você ouvir outras pessoas que não estão no teu meio propriamente dito, sabe, te dão a percepção do quanto é...pode ser diferente as opiniões, podem, pode fazer valer uma avaliação mais apurada, escutar mais, ler melhor, reler três, quatro vezes a mesma frase, a mesma palavra e dar o verdadeiro sentido para elas, sabe. Porque as pessoas elas pensam que não, que eu não preciso aprender, porque venho do sindicato; porque sou do PT; porque sou isso e aquilo, entende!... Não, vamos dividir aqui: Eu digo eu estou neste meio, o que não me faz diferente de ninguém. Está todo mundo inserido nesse meio: Estou também aprendendo com vocês, com os professores.

Nas experiências de ambas as escolas pode-se perceber alguns avanços foram obtidos com relação às tentativas de um currículo pelo menos no ponto de vista emancipatório do trabalhador. As escolas de trabalhadores buscam uma prática democrática em que os alunos trabalhadores acompanhem o processo de conhecimento e saibam se utilizar das novos avanços tecnológicos com domínio técnico e teórico.

Essas escolas apresentam-se na contra- mão do sistemas de ensino profissional, prevalecendo nesses espaços uma perspectiva de formação integral do ser humano. O uso da ciência está a seu favor, na construção de novas realidades e na perspectiva de melhoria de vida cotidiana, social, política e econômica. A qualidade profissional amplia o saber do trabalhador sem que persista a intenção de classificação de suas capacidades manuais e técnicas.

Existe nesses espaços uma cumplicidade e solidariedade de classe. Os conteúdos trabalhados reforçam o sentido de uma formação ampla, numa ênfase na natureza humana sem limitar ou denegrir sua imagem.

As escolas de trabalhadores procuram favorecer ao trabalhador na disputa por postos de trabalho, oferecendo as condições para se alcançar uma maior competência técnica e qualificação profissional.

Nessas escolas há uma identificação com as necessidades do grupo para serem atingidos seus objetivos caracterizando especificamente uma identidade coletiva presente nos interesses em comum. Neste sentido, percebe-se um compartilhamento de idéias que fortalecem o coletivo.

O sentimento coletivo dá a esses grupos de trabalhadores uma perspectiva de avanço. Por isso o coletivo é um componente fortemente presente na formulação do currículo e na efetivação das metas voltadas para a mudança social desejada.[27]

O currículo instituído está para essas escolas como um elemento de instrumentação real que garante ao grupo atingir as mudanças pretendidas.

5.3 A Formação Política e Frente aos Interesses dos Alunos

O cotidiano destas escolas de formação apresentam um diferencial quanto as outras escolas também de formação profissional . Elas se mantêm em constante processo de avaliação no coletivo dos técnicos, alunos, ex-alunos, monitores, professores, equipes e assessorias técnicas acadêmicas. Assim; e a importância do processo de conhecimento como peça básica à favor da hegemonia da classe dominante.

Ainda neste aspecto, percebe-se que há uma convergência na fala de muitos entrevistados no desejo de uma formação escolar realizada em estreita relação com a participação política. Não que seja este, um pré-requisito para a realização dos cursos de formação profissional,. Na verdade trata-se de uma tendência própria dos alunos, resultante das

necessidades impostas pelo contexto que vivem, que faz ter um nível maior de envolvimento político.

O que realmente se espera dos alunos que passam por estas escolas de formação profissional voltadas para trabalhadores, na ótica dos monitores, professores e sindicalistas é que eles possam se posicionar na sociedade capitalista com maior grau de envolvimento político.

Na escola do CTC esta perspectiva é vislumbrada claramente, o que não ocorre explicitamente no caso da escola do CS. Apesar de ocorrer também este sentimento de necessidade de participação no diferentes movimentos sociais. Há no CS uma influência sindical que acaba transmitindo uma idéia muito particular de engajamento político passa sobretudo pela participação classista/corporativista, com baixa capacidade de engajamento no sentido social mais amplo.

Vejamos algumas declarações que ratificam essa nossa compreensão do processo:

> (...) Eu acho que o CTC dá uma contribuição muito grande na formação política, no maior nível de consciência de quem nele estuda (monitor).
>
> (...) A pessoa chega no CTC, sai com uma visão diferente. Ele sai com um visão de classe, de proletariado. Passamos a perceber, principalmente, A questão do individualismo. Aqui o professor é todo coletivo, se aprende sobre cidadania. passa-se a respeitar tanto o direito das pessoas, como o nosso.(Monitor)
>
> (...) O trabalhador começa a ver seu mundo, como ele realmente é, no momento que ele começa a questionar os seus direitos, quando ele começa a vivenciar as questões políticas. (Sindicalista).
>
> (...) Os alunos quando começam a participar das aulas políticas, observa-se uma mudança, porque ele fica com outra cabeça - Começa a criar perspectivas de mudanças, a exercer a sua cidadania. (Monitor).
>
> (...) Os Cursos Nos Fazem Crescer, Tanto Individualmente Como Coletivamente. Conhecemos Novas Pessoas E Fizemos Novos Amigos Quando Trabalhamos No Coletivo O Crescimento É Visível A Todos. Por Isso Acredito Que Estes Curso Do CS pode ser muito bom ao desempenho social, político e cultural Destes alunos. (Professor)

---

[27] Ibidem .

> (...) O Que chama atenção dos professores do CS é quando se transmite aos alunos a importância dos momentos de discussão de determinados temas, digamos de temas de natureza política. Parece uma verdadeira Assembléia, todos defendem seus posicionamentos com muita proeminência. (Professor).

A maior preocupação verificada do ponto de vista da formação política está na relação entre educação e trabalho. Algumas inferências nesses aspectos só serviram para evidenciar um ou outro aspecto desta questão.

A caracterização de cada um dos aspectos está na mesma direção que já foi expressa por vários teóricos da contemporaneidade, em especial: Frigotto, Nosella, Kuenzer.

A natureza das duas escolas ora analisadas preservam o caráter de formação baseado num duplo atributo: o reconhecimento e a valorização do homem enquanto sujeito–histórico.

A qualificação técnica e o envolvimento político são postos como ações transformadoras da realidade social, política e econômica dos alunos, professores e monitores, embora não necessariamente na perspectiva de uma escola revolucionária , apesar de que alguns que participam destas escolas pensem assim.

Para alguns depoentes a formação deve guardar estreita relação com as mudanças sociais; e outros só refletem sobre a qualificação na escolarização (na meta de se alcançar novos graus de escolarização) e sobre a necessidade de uma maior competência para novos postos de trabalho.

Houve uma concentração da idéia de centralidade do trabalho, no que concebe uma forte incidência e influência destas escolas de formação profissional para que os alunos consigam no ambiente de trabalho modificar a divisão social do trabalho, possuir maior autonomia no trabalho.

Essa situação se projeta nas escolas de trabalhadores, diferentemente do que ocorre nas escola convencionais de formação profissional ou nas escolas do sistema S ou nas escolas profissionalizantes ligadas diretamente aos empresários.

Hoje o currículo é um diferencial que favorece a contratação destes alunos no mercado de trabalho, no avanço da escolarização e na formação profissional e como destaque para a formação política, como pode ser constatado na percepção de alguns depoentes:.

> (...) A formação política favorece ao aluno se posicionar, ter maior liberdade de expressão . Favorece na maior facilidade de falar, de perguntar e de questionar tudo. Os alunos assim crescem. O aluno chega no CTC calado e sai falante, participante. (monitor)
>
> (...) Hoje eu sou professor mais quando vim para o CTC era aluno. O que me trouxe aqui foi justamente a questão da formação política, fiquei sabendo por amigos que haviam estudado aqui, que além do conhecimento técnico havia a formação política. Que havia a preocupação com estudos voltados para os âmbitos político, social e cultual da sociedade; com questões de interesse de qualquer trabalhador a exemplo de leis, direitos. etc. (professor)
>
> (...) Quando estudei história não havia relação com as outras áreas do conhecimento. Tudo era feito a partir de uma relação, histórica dissociada da política, da economia e da sociologia. Estudava-se OSPB, Educação Moral e Cívica sem colocar as questões relacionadas com a Organização Social e Política Brasileira. Hoje nos cursos do CS, faz-se um trabalho interdisciplinar. e olha-se o conjunto e as interpretações nas áreas de estudo, refletindo com os alunos, discutindo os problemas que acarretam, enfim. (um professor)

Percebe-se uma preocupação com a dimensão política na composição da identidade dos cursos destas escolas de formação profissional.

A vivência experimentada nestes espaços possibilita que haja um interesse nas questões ligadas á formação política por parte dos alunos. Mas isto não significa que eles se envolvam maciçamente no ambiente do cotidiano ou nas suas relações de trabalho , nos diferentes movimentos populares e sociais.

Há na verdade uma maior participação, no que se foi verificado de que quando eles chegam, nestas escolas pertencerem a movimentos ligados a igrejas e movimentos de associação de moradores. Tanto por alunos do CTC quanto no CS . Essa realidade não é estanque está envolvida na própria dinâmica em que são montados os cursos. Alguns professores, monitores e sindicalistas, chamaram atenção para o fato de que, após o ingresso destes alunos. Eles passam também a participar de outros movimentos sociais e políticos.

CONCLUSÃO

Este estudo não pretendeu valorizar quaisquer projeto de formação profissional. Procurou, num cenário amplo e complexo de experiências voltadas ao ensino profissionalizante no Brasil, refletir sobre algumas experiências que podem ser consideradas alternativas aos processos dominantes.

Nos dois casos aqui analisados, o da escola do Centro de Trabalho e Cultura (CTC), em Recife- PE e o Projeto Construindo o Saber (CS), de Limeira- SP, observamos que as experiências além de fornecerem o conhecimento técnico específico, a jovens e adultos trabalhadores, conseguem potencializar conhecimentos que extrapolam as relações do ambiente do trabalho e da escola.

São escolas de trabalhadores que se propõem a oferecer uma formação que vai além do suporte técnico e da certificação. Suas propostas de formação procuram engajar os alunos trabalhadores nos processos sociais de militância política, nos diferentes movimentos sociais, sindicatos etc. em que haja a transformação individual e coletiva dos sujeito históricos.

No universo da formação essas escolas refletem a resistência dos trabalhadores, descontentes com a realidade das políticas públicas educacionais do ensino profissional. Assim, procuram adequar seus interesses e necessidades ao domínio tecnológico do sistema produtivo, mas sem perder de vista os seus próprios princípios que são contrários à competição desenfreada e aos ditames do capital.

A escola do projeto *Construindo o Saber* (Limeira – SP), por exemplo, reconhece, por meio do estudo do itinerário formativo, aquilo que é do interesse dos trabalhadores, respeitando

os conhecimentos adquiridos anteriormente, e adequando-os às atividades curriculares, no processo de aprendizagem com técnicas e instrumentos de qualificação e elevação da escolaridade.

Essa escola apresenta uma proposta que vai além do preparo técnico e teórico. Isso se expressa pelas mudanças, no ambiente de trabalho, principalmente relativas à auto-estima e pelo domínio dos conhecimentos sobretudo quando se referem à solução de problemas e às oportunidades no desempenho das funções de gerenciamento.

Na visão dos sindicalistas, os cursos oferecem aos alunos trabalhadores a possibilidade de se transformarem em sujeitos ativos, pois os seus currículos trazem propostas de ética, cidadania e inclusão social. Na verdade, o que se verifica é um domínio teórico ou técnico dos conteúdos gerais.

Realmente, no sentido dessa apropriação, há avanços, pois é possível observar a desenvoltura social, política e cultural. No entanto, o que se caracteriza fortemente na experiência de Limeira é o avanço específico da educação geral no domínio das ciências propriamente ditas: matemática, português, geografia, em detrimento da práxis efetivamente ligada ao aspecto do trabalho.

Nessa experiência, os alunos já estão no ambiente de trabalho e portanto parte do seu aprendizado se dá nesse ambiente. A escola faz a parte teórica, e a comprovação desse entendimento cognitivo acontece no espaço do chão da fábrica e nos momentos coletivos de convivência entre os alunos. Por isso fica evidente o domínio científico que esses alunos passam a adquirir.

Nessa escola o engajamento político dos alunos se dá muito mais pelo envolvimento sindical e participação nas luta da categoria, que pela participação e engajamento nos diferentes movimentos sociais ou políticos partidários. Isso se demonstra pela força do sindicato local dos metalúrgicos.

Existe por parte do sindicato uma noção quanto à função dos cursos que muitas vezes são "confundidos" com um espaço para disputa política sindical ou para manifestação de interesses de classe.

O curso de formação profissional em Limeira oferece aos alunos uma oportunidade de qualificação técnica e aprimoramento teórico de bom nível. O empenho dos professores e alunos pela complementaridade do ensino é evidente. O trato dado ao currículo demonstra domínio do que é específico para ensinar a modalidade de jovens e adultos.

Os professores foram selecionados bem antes do início do curso. Passaram por uma criteriosa avaliação. Estão sempre se atualizando em encontros de área e com outras escolas do projeto CS. Um ponto forte do currículo instituído no CS está na interdisciplinaridade. Os saberes dos trabalhadores-alunos foram compatibilizados com os conhecimentos científicos .

Os alunos demonstram bastante interesse em aprender. Estão sempre se organizando para encontros onde há socialização das experiências de cada um. Defendem laços de solidariedade; procuram outras formas de organização que extrapolam o ambiente escolar, como associações e cooperativas de trabalho.

A experiência de Limeira demonstra uma situação mais técnica e pragmática que humanística. Na realidade acredita-se que esteja acontecendo uma educação de caráter mais

amplo. Por ser uma experiência dependente das políticas públicas, com sua tendência à descontinuidade, ainda corre o risco de ser uma política de resultados.

A segunda experiência – objeto de nossa análise- foi o do CTC, em Pernambuco, por ser de uma escola que tem um histórico de mobilização político- partidária valoriza as atividades educativas o reconhecimento do papel aluno como sujeito mobilizador. O sentido é fazê-lo pensar nas condições sociais em que está inserido e na possibilidade de transformação dessas condições.

As atividades coletivas são muitas e há toda uma propensão em favorecer a criatividade e a autonomia do aluno tanto no seu desempenho profissional quanto na sua consciência política. Nesse sentido, todas as atividades são igualmente valorizadas: da faxina aos momento das assembléias; da alimentação no refeitório aos encontros semanais de formação política.

Por outro lado, as atividades técnicas nas oficinas obedecem a um ritual e uma ambientação muito próximos ao que ocorre nos locais de trabalho: dos problemas aos instrumentos e máquinas utilizados. Há todo um esforço em retratar um ambiente de trabalho com eficiência técnica , mas reconhecendo no trabalhador, e não nas máquinas, o peso maior no processo produtivo. do que no instrumento a ser utilizado.

Já na constituição do currículo, matriz dos cursos, há um preocupação em compor uma concepção de maior proximidade entre as relações trabalhistas e que interessa ao trabalhador aprender. O saber técnico é valorizado na aprendizagem prática. Os alunos participam ativamente do conselho escolar e tem voz ativa na formulação do currículo e de todo o processo gestor da escola.

Nota-se que a preocupação com a questão da formação política é tão forte que às vezes as discussões de outros aspectos do processo de conhecimento, como as disciplinas do campo teórico, são deixadas de lado.

Um outro aspecto importante no processo de formação, observado no CTC, corresponde à flexibilidade na duração de cada curso. O ritmo dos alunos é considerado. Se houver necessidade, as questões práticas e teóricas são retomadas até o esgotamento de todas as possibilidades.

O programa do CTC é muito discutido e avaliado, o fato do CTC ter uma metodologia própria facilita o maior reconhecimento do programa de ensino. Os alunos ao ingressarem na escola já recebem toda a programação anual do curso que é explicada pelos ex-alunos em assembléia. A metodologia do CTC é reconhecida por sua sólida base que propícia ao aluno projetar o seu próprio desempenho profissional, reconhecer suas falhas e tentar superá-las.

Foi possível verificar uma tendência de militância político-partidária nos diferentes movimentos sociais pelo fato de que o CTC tem uma longa história de mobilização social e atuação no Recife. A filosofia básica é a formação do trabalhador consciente de sua cidadania e atuante no seu cotidiano e na transformação social.

Finalmente, nas duas escolas pesquisadas observamos uma preocupação específica relativa à formação profissional, ao mesmo tempo que uma negação da concepção restritiva que entende o ensino técnico como mera qualificação de mão-de-obra. Em ambas, as conquistas do coletivo de trabalhadores, por meio da qualificação técnica, são tão importantes quanto a sua participação ativa na luta por direitos.

O fato do alunos de Pernambuco serem mais jovens que os alunos de Limeira favorece uma diferença em termos de expectativas e atitudes. Em Limeira os alunos já são trabalhadores; conquistaram parte de suas necessidades profissionais; e, em muitos casos já estão estabelecidos junto à família. Diferentemente do que ocorre no CTC onde os alunos ainda estão na busca de uma consolidação profissional, desejam integrar os diferentes movimentos a fim de solucionar e interferir na dinâmica da sociedade.

No CTC os alunos expressaram um propósito maior de transformação social. Prezam enquanto trabalhadores melhores postos de trabalho. Acreditam ser necessário o domínio tecnológico para a superação das dificuldades da classe trabalhadora. Segundo o conselho representante e equipe, essa é a filosofia básica do CTC. Isso se justifica pelo fato de muitas empresas e grandes indústrias terem alunos e professores nos seus quadros. A chance de um reconhecimento profissional é bem maior.

Estas escolas estão se preparando, ou pelo menos, contam com novos elementos norteados pela organização de metodologias apropriadas, que buscam um caráter unificador escolar que possibilite a participação direta nas políticas públicas e a construção de um modelo de formação profissional de base sólida instrumental, mas também cidadã

O nosso percurso até aqui nos dá evidências de que se tratam de alternativas viáveis como escolas voltadas aos trabalhadores, onde os saberes técnicos e científicos completam-se com uma abordagem de caráter humanista e politizada. Portanto, uma escola útil ao pleno desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, isto é, voltada à formação integral do homem. Para uma escola dessa natureza, esperam-se conteúdos construídos a partir de conselhos de gestão alunos/professores/monitores/ sindicatos.

Essas experiências reforçam a idéia de educação unitária, com os indivíduos sendo "dono de seus direitos", "cheio de ações" como disseram seus alunos. Tendo o trabalho como princípio educativo e a educação como um lugar de intervenção, integração teórica e prática e de elevação do processo cognitivo. A instrução, o ensino, a educação como uma importante arma para defesa contra a imposição ideológica da classe dominante.

O nosso trabalho se filia às propostas de ruptura desse domínio. Desejamos uma escola alternativa, no âmbito do capitalismo, que conceba uma linha evolutiva de melhoramento das condições do indivíduo através da educação e do trabalho, na qual cada sujeito seja interpelado a cumprir o seu papel no processo de transformação do ensino e da sociedade.

Este trabalho de pesquisa possibilita abrir um largo leque de reflexões para se repensar o universo da formação profissional, a exemplo a questões como: i) qual a margem de desenvolvimento de escolas de formação profissional pública não estatais? ii) como repensar uma escola pública estatal que atenda os requisitos de formação profissional para os trabalhadores na perspectiva de uma escola unitária? iii) De que forma a classe trabalhadora pode participar como ator relevante na concepção e desenvolvimento de ações voltadas para sua escolarização e formação profissional, buscando-se a afirmação de uma "escola de trabalhadores para trabalhadores"? iv) Como conciliar a formação voltada para qualificação do jovem trabalhador com as necessidades de reaqualificação e reconversão profissional de trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho? v) Em que medida é possível contrapor o discurso dominante da formação profissional como mero elemento de afirmação da empregabilidade? vi) Como tratar com o desafio permanente da presença de tensões e conflitos de interesses entre os diversos atores diretamente envolvidos no interior das escolas? vii) como pensar na formação profissional com participação política, sem cair no partidarismo, corporativismo, ou personalismo?

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P. "Balanço do Neoliberalismo". In: SADER, Emir & Gentili, Pablo. (orgs.). Pós-Neoliberalismo; As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Editora Paz & Terra, São Paulo, 1995.

ARROYO, Miguel. "O Princípio Educativo: O Trabalho ou resistência ao Trabalho? Teoria da Reprodução e da Resistência". In *Teoria & Educação,* n. 1, 1990. Ed. Palmarinca. Porto Alegre- RS

_____ "Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador". Cortez Editora, São Paulo, 2002

BESIEGEL, Celso de R. "Estado e Educação Popular: Um Estudo sobre a Educação de Adultos". Editora, Pioneira, São Paulo, 1974 (pag..8)

BOITO Jr., Armando. "Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil". Xamã Editora, São Paulo, 1999

BOURDIEU, Pierre. "A Economia das Trocas Simbólicas". Coleção Estudos. Editora Perspectiva, São Paulo, 1974.

_____& PASSERON, Jean Claude. "A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino". Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1975.

BRASIL. Ministério do Trabalho (MTb) "Educação Profissional: Trabalho e Empregabilidade" SEFOR/MTB. Brasília , 1995.

_____."Plano Nacional de Educação Profissional: Avaliação Gerencial". FAT/CODEFAT. Brasília, 1996.

_____."Educação Profissional no Brasil: Conceitos e Práticas em Debate" .Brasília, 1997.

_____."Educação e Trabalho: Um Projeto para Jovens e Adultos de Baixa Escolaridade" Brasília, 1998

CAGGIOLA. Osvaldo. "Introdução à Teoria Econômica Marxista". Editora Jinkings Associados LTD SP. 1998.

CARVALHO, F. Olganir . "A Escola como Mercado de Trabalho: Os Bastidores da Divisão do Trabalho no Âmbito Escolar". IGLU, Editora, São Paulo, 1989.

CASTEL, Robert. "Desigualdade e a Questão Social". EDUC, São Paulo, 2000

CUNHA, Luís Antônio. "O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização". Editora UNESP, São Paulo, 2000.

CINTEFOR/OIT. "Gestión bipartita de la formación continua". *Oficina Internacional del Trabajo.* España,1999

CEEP. " A Educação dos Trabalhadores pelos Trabalhadores. Mimeo. SP. 1996

COSTA, Ivandro da (Org.). "35 Anos criando Saberes". Publicação do CTC, Editora Comunigraf, Recife, 2002.

DEDECCA, Cláudio Salvatore. "Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado". Coleção Teses. Unicamp -IE. Campinas, 1999.

_____ . "Desemprego e Regulação no Brasil Hoje". In *Cadernos do CESIT*, n.20. Unicamp-IE/CESIT. Campinas, 1996.

DELEUZE, Gilles. "Empirismo e Subjetividade. Ensaio sobre a Natureza Humana segundo Hume". Editora 34, coleção TRANS, São Paulo, 2001 (160 págs.).

DELUIZ, N. "Formação Profissional no Brasil: Enfoques e Perspectivas". Boletim Técnico SENAC.RJ-V.16, nº 3, set/dez,. 1990

_____. "Formação do Trabalhador: Produtividade e Cidadania". Editora. Sahrpe, Rio de Janeiro, 1995.

_____. "A Globalização Econômica e os Desafios à Formação Profissional". Boletim SENAC, vol. 23, nº 1, jan/abril. 1997

_____. "Projetos em Disputa: Empresários Trabalhadores e a Formação Profissional". In. *Trabalho e Educação*- NETE nº1 fev/jul, 1997

_____. "O modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: implicações para o Currículo". Artigo publicado no boletim técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.27, n.º 3- set./dez de 2001 (págs. 13-25).

DOURADO, L. F & PAR0, V.H.(Orgs.). "Política Pública e Educação Básica". Editora Xamã, São Paulo, 2001.

EDGARD, Alves (org). "Modernização Produtiva e Relações de Trabalho: Perspectivas de Políticas Públicas". Vozes, Petrópolis, 1997 (pág. 71).

ELIAS, Norbert. "Sobre el Tiempo". Francfort del Meno, FCE, México, 1997.

ENGUITA, Mariano Fernandez. "A Face Oculta da Escola" Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Editora Artes Médicas, Porto Alegre-RS, 1989.

_____. “Tecnologia e Sociedade: A Ideologia da Racionalidade Técnica, a Organização do Trabalho e a Educação”. In. Trabalho Educação e Prática Social. Por uma formação humana. *Teoria e Critica.* (Org.) Tomaz T. da Silva. Artes Médicas, Porto Alegre. 1991

FERRETI, Celso J. (Org.).Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Editora Vozes. Petrópolis, 1994.

_____ . “Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência. In: FERRETTI, C. J. et al.(Orgs.). Novas tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar. Vozes, Petrópolis, 1994.

_____. “Educação para o Trabalho”. In: Fernandes, R (Org.). O trabalho no Brasil no Limiar do século XXI. , LTr., São Paulo, 1995.

_____. “Reformas Educacionais e Formação Profissional no Brasil. Revista Portuguesa de Educação”. Universidade do Ninho. Lisboa, 1998.

_____. “Empresários, Trabalhadores e Educadores: Diferentes Olhares sobre as Relações Trabalho e Educação no Brasil nos anos Recentes”. In. LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis (Orgs.) Capitalismo, Trabalho e Educação. Editora. Autores Associados, Campinas-SP, 2002

FIDALGO, Fernando. “A Formação Profissional: França e Brasil, Anos 90”. A. Garibaldi., São Paulo, 1999 (págs. 135).

FRANCO, M. e FRIGOTTO,G. “As Faces Históricas do Trabalho: Como se constróem as Categorias”. In. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.74n.º178,set/dez.1993.

FREIRE, A. Maria. “Analfabetismo no Brasil”. Cortez Editora, São Paulo, 1989 (pág. 58).

FREIRE, Paulo. “Conscientização e Alfabetização: Uma Nova Visão do Processo”. Estudos Universitários. Recife.(4);5-23, abr/jun.de1963

FRIEDMANN, Georges & NAVILLE, Pierre. “Tratado de Sociologia do Trabalho”. Vol. I e II-Tradução de Octávio Mendes Cajado, SP. Cultrix/Editora. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973

FRIGOTTO, Gaudêncio. “A Produtividade da Escola Improdutiva”. Cortez Editora, São Paulo, 1984.

_____. Trabalho e Educação Face à Crise do Capitalismo: Ajuste Neoconservador e Alternativa Democrática". Tese de Professor Titular. Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. "Educação e Crise do Capitalismo Real". Cortez Editora, São Paulo, 1996.

_____. "Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final Século". Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

_____ & CIAVATTA, Maria (Orgs.) "Teoria e Educação no Labirinto do Capital". Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2001.

GARCIA, S. R. Oliveira. "O Fio da História: A Gênese da Formação Profissional no Brasil" In *Revista Trabalho e Crítica*, ANPED, n º 2, set.2000

GÓES, Moacyr. "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-64) Uma escola Democrática". Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1980. (págs. 46 e 47)

HADDAD, Sérgio. "Conscientização e Alfabetização de Adultos". In Cadernos de Pesquisa, nº 2, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1985. (pág..99)

HOGGART, Richard. "As Utilizações da Cultura: Aspectos da Vida da Classe Trabalhadora, com Especiais Referências a Publicações e Divertimentos". Vols. 1 e 2, Coleção Questões, Editorial Presença, Lisboa, 1973.

HISTER. Antônio Carlos. "Ousadia no Diálogo: Para que Todos tenham Voz Educação pela Ética e Dignidade do Ser Humano". Editora Loyola. São Paulo, 1993.

IBEAC. "Experiências Internacionais". Anais do Seminário Educação e Escolarização de Jovens e Adultos, vol1. MEC. Brasília, 1997.

KEMP, T. "A Revolução Industrial na Europa do século XIX" , Cap 4. Edições 70, Lisboa, 1985.

KOSIK, Karel. "Dialética do Concreto". Tradução Neves e Toríbio, Paz & Terra, Rio de Janeiro, 1976

KUENZER, Acácia Zeneida. "Pedagogia da Fábrica. As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador". Cortez Editora, Coleção Educação Contemporânea, São Paulo, 1986.

_____. "Educação e Trabalho: Questões Teóricas". *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre,4(1),jan/jun.1986.

_____. "Educação e Trabalho no Brasil o Estado da Questão". Reduc/INEP, Brasília, 1987.

_____. “Conhecimento e Competências no Trabalho e na Escola” (mimeo). Curitiba, 1998

_____. “Ensino Médio: Construindo uma Proposta para os que Vivem do Trabalho”. Cortez Editora, São Paulo, 2000

____. “As Mudanças do Mundo do Trabalho e a Educação. Novos Desafios para Gestão”. Cortez Editora, São Paulo, 2001

LANDES, David. S. “Prometeu Desacorrentado: Transformação e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até Nossa Época”. Tradução Vera Ribeiro, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994

LOMBARDI, José C, SAVIANI; Demerval & SANFELICE, José L. (Orgs.). “Capitalismo, Trabalho e Educação”. Autores Associados, Coleção Contemporânea, Campinas, 2002.

LOPES, J. Loureiro. “Educação de Adultos: Legislação e Ideologia”. Tese Doutorado, PUC, São Paulo, 1984

MACHADO, Lucilia R. de Souza. “Politécnica, Escola Unitária e Trabalho”. Cortez Editora/Editora Autores Associados, São Paulo, 1989

_____.Mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora. IN KUENZER, Acácia et al. Trabalho e educação. S. P.: Cedes: Anped : Papirus,1992.

_____. “Formação Geral e Especialização Unilateral: Fim da Dualidade com os Reajustes da Base Material do Capitalismo?” In.. Anais da ANPED, 17, Caxambú, 1994.

MAIA, Aurélio Spall (Org.) “Trabalho, Educação e Cidadania: Reflexões sobre o Programa Integrar” Porto Alegre-RS, 1999.

MAKARENKO. Anton. “Vida e Obra - a Pedagogia na Revolução”. Tradução Cecília da Silveira Leudemann, Expressão Popular, São Paulo, 2002.

MANACORDA, M. A . “La alternativa pedagógica”. Barcelona: Nova Terra,[s.d].

MANFREDI , Silvia Maria. “Educação Profissional no Brasil”. Cortez Editora, São Paulo, 2002. (págs. 91 a 114)

_____. “Trabalho , Qualificação e Competência Profissional: Das Dimensões Conceituais e Políticas”. *Educação e Sociedade*, n. 64, p.13-49, Campinas, setembro de 1998

MANNNHEIM, K. “Diagnóstico de Nosso Tempo”. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

_____. “O Princípio Educativo em Gramsci”. Artes Médicas, Porto Alegre, 1990.

MARKET, Werner. “Trabalho, Formação do Homem, Politécnica”. *Educação & sociedade*. (CEDES) nº55, PAPIRUS , São Paulo, 1996

_____. "Novas Competências no Mundo do Trabalho e suas Contribuições para Formação Profissional". *Trabalho e Critica*, nº 2, set. UNISINOS- ANPED.2000

MARTINS. José de Souza. "A Sociedade vista do Abismo. Novos Estudos sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais". Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2002 .

MARX, Karl. "Contribuição à Crítica da Economia Política". Martins Fontes Editora, São Paulo, 1983.

_____ & ENGELS, Friedrich. "Crítica da Educação e do Ensino". Moraes Editores, Lisboa, 1978.

MATTOSO, Jorge. "O Brasil Desempregado: Como foram Destruídos mais de 3 milhões de Empregos nos Anos 90". Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1996.

MORAES, C. L. Vidigal. "Centro de Educação, Estudos e Pesquisas. Educação de Jovens e Adultos- Plano de Curso. Ensino Fundamental e Ensino Médio. (Mimeo) 1999

_____. "Educação, Trabalho e Formação Profissional".. In PRADO, Maria Lígia Coelho VIDIGAL, Diana Gonçalvez (Orgs.). A Margem dos 500 Anos: Reflexões Irreverentes. EDUSP, São Paulo 2002 (págs.42-61).

NEVES. Lúcia M. W. "Brasil Ano 2000: Uma Nova Divisão de Trabalho na Educação: Papéis Cópias de Botafogo". Rio de Janeiro, 1997.

NEVES, M. B. Trabalho e Cidadania. Petrópolis, Vozes, 1994.

____. Educação e Política no Brasil de Hoje. Editora Cortez. São Paulo, 1994.

NOSELLA, Paollo, "Trabalho e Educação". In Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador. Cortez Editora, São Paulo, 2002 (pág. 36)

NUNES, C . A . "Iniciação Profissional do Adolescente nas Escolas Técnicas Secundárias na Década de 30". Fórum Educacional, Rio de Janeiro, ano 4, n.3, jul- set. 1980.

OLIVEIRA, D. A. "Educação Básica e Profissional no Contexto das Reformas dos Anos 90". NETE-UFMG. Jan/jun, nº 8, 2001

OLIVEIRA, Ramon, A "(Des)qualificação da Educação Profissional Brasileira". Cortez Editora, São Paulo, 2003

PAIVA, Jane. "Desafios à LDB: Educação de Jovens e Adultos para um Novo Século?" IN. ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel et al. Múltiplas Leituras da Nova LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Qualitymark/Dnya Editora, Rio de Janeiro, 1997.

PAIVA, Vanilsa. “Educação Popular e Educação de Adultos”. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), São Paulo, 1983 (pág. .23)

PCR. “Centro Público de Promoção do Trabalho e Renda”. Secretária de Desenvolvimento Econômico. Recife,2001

PISTRAK, M. “Fundamentos da Escola do Trabalho”. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2000.

RAGONESI, M. E. M. A Educação de Adultos: instrumentos de Inclusão ou democratização? Um estudo sobre a evasão em cursos de educação de adultos. T. PUC. SP, 1990.

RANCIÉRE, Jacques. “O Mestre Ignorante. Cinco Lições sobre Emancipação Intelectual”. Tradução Valle. Autêntica, Belo Horizonte - MG, 2002

ROMÃO, J.E. Educação de Jovens e Adultos. Cenários e Perspectivas. Cadernos de EJA. SP.IPF. 1999.

RUMMERT. Sônia Maria. “Educação e Identidade dos Trabalhadores: As Concepções do Capital e do Trabalho”. Xamã/Intertexto, São Paulo e Niterói, 2000.

SALES, Adriana. M. “A Mundialização da Educação: O projeto Neoliberal da Sociedade do Brasil e na Venezuela”. Tese de Doutorado, Educação - Unicamp. Campinas-SP. 2003

SALM, Claúdio. “Escola e Trabalho”. Tese de Doutorado, Economia-Unicamp, Campinas, 1980.

SAMPAIO JR. P. de Arruda. Entre a Nação e a Barbárie. Os dilemas do Capitalismo Dependente. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999

SANDOVAL, Salvador. “Os trabalhadores Param. Greves e Mudança no Brasil 1945-1990”. Editora Ática, São Paulo, 1994.

SAVIANI, Dermeval. “O trabalho como Principio Educativo frente às Novas Tecnologias”. In SOUZA, 1999, p.25 a 29)

SHAW. Wiliam H. “Teoria Marxista da História”. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1979

SIGNINI, Liliana. R. Petrilli. “Educação, Trabalho e Desenvolvimento. Uma Complexa Relação Trabalho e Educação”. NETE. MG. Jul/dez, nº 6, 1995.

SILVA, Tomáz. T.(Org.) “Trabalho e Prática Social. Por uma Teoria da Formação Humana” Artes Médicas, Porto Alegre-RS, 1991

SILVA JR, José dos Reis & GONZÀLEZ, Jorge. Luis Cammarano (Orgs.). “Formação e Trabalho: Uma Abordagem Ontológica da Sociabilidade” Xamã , São Paulo, 2001

SOUZA, Aparecida Neri de. “A Racionalização Econômica na Política Educacional em São Paulo”. *Pró- Posições*- vol. 13, N, 1(37)-jan/abr.2002,p.78-79.

SOUZA, Donald B.; SANTANA, Marco A & DELUIZ, Neise. “Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil”. Quartet Editora e Comunicação, Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, José dos Santos. “Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: anos 90”. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados, Campinas-SP, 2002.

TANGUY, Lucie. “Racionalização Pedagógica e Legitimidade Política”. In: ROPE, Françoise & TANGUY, Lucie (Orgs.). Saberes e Competências: Uso de Tais Noções na Escola e na Empresa. Editora Papirus, Campinas-SP,1997

_____. “Do Sistema Educativo ao Emprego. Formação: Um Bem Universal?”. In. Educação & Sociedade”, ANO XX, n.67, Unicamp, agosto/1999.

_____. “De la Evaluación de los Puestos de Trabajo a la de las Cualidades de los Trabajadores – Definiciones y Usos de la Noción de Competencias”. In TOLEDO, Enrique De la G. &

NEFFA, Júlio César (Coords.) El Futuro del Trabajo El Trabajo del Futuro. CLACSO, CEIL, Buenos Aires, 2001

TAULE, José Ricardo. “Para (Re)Construir o Brasil Contemporâneo. Trabalho , Tecnologia e Acumulação”. Rio de Janeiro: Contraponto,2001

ZARIFIAN, Philippe. “O Modelo da Competência e suas Consequências sobre as Ocupações Profissionais”. Palestra proferida no CIET-SENAI, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1998.

WANDERLEY, L. E. “Uma Pedagogia da Participação Popular: Análise da Prática Pagógica do MEB-1961/66”. Tese de Doutorado, Educação - PUC, São Paulo, 1984.

ANEXOS

1. Modelo dos Questionários

Caro aluno do Projeto "Construindo Saber" (SP) e do Centro de Trabalho e Cultura (PE)

O seu endereço/telefone..
Nome_____
Idade_____ tempo que ficou afastado da escola (antes de cursar o 1grau)_____
Endereço_____
_____tel ( )_____

O meu nome é Tereza Jacinta C. Cavalcanti, sou professora municipal no Recife, estou temporariamente afastada de minhas funções de sala de aula, para cursar na Unicamp - Campinas São Paulo, o mestrado em Educação.

Estou desenvolvendo uma pesquisa (para título de mestrado), sobre Elevação da Escolaridade e Formação Profissional, em duas experiências, com alunos e ex-alunos do Recife(PE) e de Limeira (SP) e alunos da grande São Paulo.

Por que peço sua atenção? Gostaria que você contribuísse com esta pesquisa na qualidade de entrevistado, seria muito valoroso ter sua atenção nesse momento, respondendo estas questões, posteriormente estarei realizando uma entrevista pessoalmente, claro; caso você concorde. .

SUAS RESPOSTAS NESTE QUESTONÁRIO NÃO SERÃO DIVULGADAS, MANTEREI SIGILO. CASO SUA PARTICIPAÇÃO NA PESQIUSA SEJA NECESSÁRIA A DIVULGAÇÃO, FAREI UMA PRÉVIA CONSULTA A SUA PESSOA.

1) Qual o curso que você está matriculado? Atualmente.....
( ) 1º grau..... ( ) 2ºgrau.....
2)Como você ficou sabendo sobre o oferecimento desses curso?.....
.....
3)Você atualmente está empregado / estagiário? .....c/carteira ( ) sim ( ) não
outros.....onde trabalha?.....
você faz parte do sindicato onde trabalha ? ( ) sim ( ) não - Por quê .....
Sua renda mensal ?_____ nº de filhos_____ filho de maior escolaridade.....
- Caso não esteja empregado/ último emprego ano .....tempo que está sem emprego em anos.....-Nesse período estudou ? ( ) sim ( ) não Onde? .....
4)O que você está aprendendo no curso tem a haver com o seu emprego/estágio? ( ) sim ( ) não. Por quê ?.....
5) Você percebe alguma diferença entre um aluno de outro curso e você neste curso, no mesmo período ? ( ) sim ( ) não ( ) não sei .
6)Você já pensou em desistir? ( )sim ( )não Por quê.....
7) Você acha que sua vida teve alguma modificação após o início deste curso? .....Pode citar alguns?.....

8) Com os conhecimentos adquiridos no curso você acha que está preparado para desenvolver bem o seu trabalho e outros aspectos de sua vida social? ( )sim ( )não Por quê?.....

9) Você faz parte de algum movimento popular? ( ) sim ( ) não ou já fez ( ) .....

Igreja, associação de moradores, grupos de ajuda, sindicatos, outros?..... Qual?..... .como você participa?..... Qual o grau de engajamento nesse movimento?.....

10)Qual seria o motivo de sua participação ?.....

11) 0 que você considera como importante na sua participação?.....

12) Como você recomendaria a alguém participar do movimento que você faz parte?.....porquê?.....
13) O curso ou o local de trabalho ajuda você pensar assim? .....porquê?.....

14) Se você deixar de estudar ou trabalhar? Você abandona esse movimento? ..... sim ( ) não ( ) não sei ( ) Por quê? .....

Obrigada. Manterei contato. Tel. 19- 32081574.Campinas.SP

2. Roteiro das Entrevistas.

As entrevistas foram baseadas no seguinte perfil: alunos trabalhadores com mais de 20 anos de idade e que façam parte ou não dos diferentes sindicatos, movimentos sociais, associações, entidade de auto-ajuda, outros.
As perguntas seguiram o roteiro abaixo:

1- .Por que você se inscreveu para fazer esse curso ?
2- Antes de iniciar o curso. O que você pensava sobre voltar a estudar?
3- Em algum momento no seu trabalho algo lhe chamou atenção para os estudos?
4- O que chamou sua atenção ? onde?
5- O que você pensa dos estudos de seus filhos?
6- Qual a idéia que você tem de escola?
7- Hoje o que faria desistir de estudar ? Por que?
8- Com relação a sua escola, como você a descreve?
9- Você acha que ela e igual as outras? por quê ?
10- Quais são as matérias que mais chama sua atenção na escola?
11- Você a relaciona com alguma outra coisa fora da escola? O que por exemplo?
12- Quais as situações que você não gosta na escola?
13- Que matéria que você estudou que já teve alguma a ver com o seu trabalho?
14- Em quais aspectos?
15- Você trouxe alguma questão de seu trabalho para a escola?

16-Discutiu com os professores com os colegas? Você ficou satisfeito?

17-Tem alguma matéria que você acha que deveria existir no programa de sua escola? Alguma matéria sairia do programa?

18-Alguém que você conhece já foi promovido por Ter concluído seus estudos?

19-O que você pensa a respeito? Será que esta estudando/ terminar os estudos/ ou iniciar os estudos tem diferença?

20-Você participa de algum movimento social?

21 Qual? De que forma você participa?

22-O que pensa a respeito?

23 E o que diz sua família?

24 O que seria para você "Formação profissional"?

25 Você se acha preparado para enfrentar os problemas relacionados ao seu trabalho(nas relações da organização do trabalho) nas situações de conflito profissional ? Por que ?

26-Você se acha mais seguro atualmente no ambiente de trabalho ? por que ?

21-Você diria:" Agora já sei lê e escrever corretamente /mais ou menos e estou melhor qualificado profissionalmente" por que diria? Por que não diria?

22- Saberia dizer que alguém do seu curso estaria mais preparado do que você? Por que?

23- Você precisa falar melhor no seu trabalho? Se expressar melhor?Ou ter mais noção de matemática? Geometria? Ou o que ?

24- Os aspectos relativos a cidadania são relevantes para o seu desempenho profissional? Em que medida?

25-Pensando me você nestes aspectos : O que diria sobre:

a) Estou hoje entendo melhor as coisas do trabalho,

b) Quando se fala sobre meus direitos trabalhistas.

c) Aprendi na escola/sindicato? PQ?

d) Entendo melhor o Brasil, e a minha condição de vida. Compreendo melhor hoje através da escola/ sindicato/ movimento? Ou cada uma me ensinou uma algo? O que PQ?

e)Tenho uma vida diferente da que tinha antes/entendo melhor meus filhos/mulher/marido.

Pensando :

a) escola ajuda em que ?
e boa em que? E ruim em que?
Precisa melhorar?

b)No movimento que faço parte. Gosto muito do que faço? Estou fazendo mecanicamente?
Sou obrigado pêlos compromissos que assumi. Outros?